



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOÃO CARLOS MARQUES

A VOZ DO TRABALHADOR:
CULTURA OPERÁRIA E RESISTÊNCIA ANARQUISTA NO RIO
DE JANEIRO
(1908-1915)

Londrina
2013

JOÃO CARLOS MARQUES

A VOZ DO TRABALHADOR:
CULTURA OPERÁRIA E RESISTÊNCIA ANARQUISTA NO RIO
DE JANEIRO
(1908-1915)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina - UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História Social, área de concentração: Territórios do Político.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sylvia Ewel Lenz

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M357v Marques, João Carlos.
A voz do trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)/ João Carlos Marques. – Londrina, 2013.
114 f.: il.

Orientador: Sylvia Ewel Lenz
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013..

Inclui bibliografia

1. Imprensa trabalhista – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 2. Movimento operário – Brasil – Teses. 3. Anarquismo e anarquistas – Teses. 4. História social – Teses. I. Lenz, Sylvia Ewel. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 930.1:070(815.3)

JOÃO CARLOS MARQUES

A VOZ DO TRABALHADOR: CULTURA OPERÁRIA E RESISTÊNCIA
ANARQUISTA NO RIO DE JANEIRO
(1908-1915)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina - UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História Social, área de concentração: Territórios do Político.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sylvia Ewel Lenz
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr.^a Isabel Bilhão
Universidade de Passo Fundo – UPF

Prof. Dr.^a Ana Heloisa Molina
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 12 de junho de 2013.

Dedico esse trabalho a minha amada esposa Priscila, que há 10 anos tem me incentivado e ensinado a paixão pela vida.

“E o SENHOR te porá por cabeça, e não por cauda; e só estarás em cima, e não debaixo, se obedeceres aos mandamentos do SENHOR teu Deus, que hoje te ordeno, para os guardar e cumprir.” Deuteronômio 28:13

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu inteligência e sabedoria e o dom da vida, por ter me sustentado e me guiado em todos os momentos que pensei não ter saída. Por sempre estar ao meu lado.

A Priscila, minha amada esposa, por ouvir minhas ideias com atenção e carinho, muitas vezes com críticas que me ajudaram na escrita do texto e nos rumos da pesquisa. Por ser minha inspiração, pela paciência que teve com minha ausência na finalização do texto. Por me apoiar e não deixar desanimar. Sua importância não se resume somente nos dois anos do curso, mas nos últimos sete anos que ingressei na vida acadêmica.

Aos meus familiares, meus pais, meus irmãos, que foram compreensivos nos momentos de minha ausência durante o curso e, sobretudo na fase final. Sempre com palavras motivadoras e carinhosas.

A minha segunda família, meus sogros Mario e Janaina, que me acolheram como filho e me deram suporte e ajuda para que fosse possível a realização desse trabalho.

A minha professora e orientadora Sylvia Ewel Lenz, pela dedicação profissional na minha orientação e pelo acolhimento, que apesar das diferenças temáticas não mediu esforço para me orientar. Sua orientação foi indispensável para os caminhos percorridos e resultados da pesquisa.

A professora Isabel Bilhão aos ensinamentos da época da graduação, e orientação para a pesquisa histórica e para a vida, que muito contribuiu na minha atividade de historiador.

Aos professores do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Estadual Londrina, principalmente a professora Ana Heloisa Molina pela atenção que teve com minha pesquisa e pelas sugestões às quais muitas delas foram incorporadas ao texto. Aos meus amigos e companheiros de caminhada, de profissão e na vida.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, sempre atenciosos e excelentes profissionais.

Aos funcionários do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, pela atenção e cuidados dispensados nos anos de pesquisas.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) ao incentivo financeiro, pela concessão da bolsa no último ano do mestrado. Há qual muito me ajudou e contribuiu para a realização dessa dissertação.

A todos que me ajudaram, intelectualmente, emocionalmente...
Meu Muito Obrigado.

MARQUES, João Carlos. *A Voz do Trabalhador*: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915). 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Nos últimos anos, estudos sobre o movimento operário brasileiro têm contribuído com variadas interpretações sobre as concepções ideológicas do sindicalismo revolucionário, em parte, reflexo das divergências políticas internas do movimento sindicalista. Desta forma o presente trabalho tem por objetivo analisar os discursos do jornal sindicalista revolucionário *A Voz do Trabalhador* sobre a visão de mundo e dos meios de ação propostos pelos militantes em torno da Confederação Operária Brasileira. Esses discursos, produzidos entre 1908 á 1915, mantiveram estreita ligação com as concepções anarquistas projetadas em nível internacional pelo movimento libertário. No Brasil, foram forjados em decorrência das condições sociais e políticas do regime republicano da época e em função das diferenças étnicas e política-ideológica dos militantes. Em meio a essas divergências foram travados embates a respeito da instrumentalização do sindicato como forma de resistência e organização da massa trabalhadora e da presença anarquista no interior das associações operárias.

Palavras-chave: Sindicalismo revolucionário. Imprensa operária. Primeira república.

MARQUES, João Carlos. *A Voz do Trabalhador*: working class culture and anarchist resistance in Rio de Janeiro (1908-1915). 2013. 114 p. Dissertation (Master's in Social History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

ABSTRACT

In recent years studies on the Brazilian labor movement have contributed to varied interpretations of ideological conceptions of revolutionary syndicalism, partly a reflection of the internal political differences union movement. Thus, this study aims to examine the discourses of revolutionary syndicalist newspaper *The Voice of the Worker* about the worldview and the means of action proposed by militants around the Brazilian Workers' Confederation. These discourses, produced from 1908 to 1915, maintained close liaison with the anarchist conceptions designed by internationally libertarian movement. In Brazil, they were forged as a result of the social and political conditions of the republican regime of the time and on the basis of ethnic and political-ideological militants. Amid these differences were locked clashes regarding the instrumentalization of the union as a form of resistance and organization of the working masses and the anarchist presence within the workers' associations.

Keywords: Revolutionary syndicalism. Press working. First republic.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

- ILUSTRAÇÃO 1** – Ilustração publicada no jornal *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1908, p. 4 38
- ILUSTRAÇÃO 2** – Ilustração publicada no jornal *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º de Maio de 1913 p. 1 49
- ILUSTRAÇÃO 3** – Ilustração publicada no jornal *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 20 de julho 1914 p. 4..... 51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COB	Confederação Operária Brasileira
IWW	Industrial Workers of the World
FOSP	Federação Operária de São Paulo
FOPS	Federação Operária de Santos
CGT	Confédération Generale du Travail
FORJ	Federação Operária do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAP. I: INTRODUÇÃO DAS IDEIAS ANARQUISTAS NO RIO DE JANEIRO NOS PRIMEIROS ANOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA	21
1.1 IMIGRAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	21
1.2 FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO LIVRE ASSALARIADO NO RIO DE JANEIRO.....	25
1.3 IMPRENSA PROLETÁRIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: O BALUARTE DA CLASSE OPERÁRIA.....	30
1.4 A VOZ DO TRABALHADOR: RESISTÊNCIA E PROPAGANDA ANARQUISTA NO MOVIMENTO OPERÁRIO NO RIO DE JANEIRO	36
1.5 PRIMEIRA FASE DE A VOZ DO TRABALHADOR: “PREPARANDO O SOLO”	41
1.6 SEGUNDA FASE DE A VOZ DO TRABALHADOR: “A SEMENTE GERMINA”	46
CAP. II: O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	53
2.1 ANARQUISMO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: DIVERGÊNCIAS E DEFINIÇÕES A RESPEITO DO TEMA	53
2.2 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E AS ABORDAGENS EM TORNO DO TEMA	56
2.3 O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: PARA ALÉM DE UMA ESTRATÉGIA ANARQUISTA	61
2.4 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: INSTRUMENTALIZAÇÃO ANARQUISTA.....	72
Cap. III: ANARQUISMO NO SINDICATO: DEBATES EM A VOZ DO TRABALHADOR	82
3.1 AS DIVERGÊNCIAS INTERNAS: ORGANIZACIONISMO E ANTIORGANIZACIONISMO NO MOVIMENTO ANARQUISTA	82
3.2 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: ESTRATÉGIAS DE MASSAS NO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO.....	88
3.3 SINDICALISMO ANARQUISTA E SINDICALISMO DE MASSA: DEBATES E DIVERGÊNCIAS	95

3.4	AUTOMATISMO SINDICAL: EMBATES E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS MILITANTES BRASILEIROS	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

Entre o final do século XIX e início do XX, apesar dos altos índices de analfabetismo houve, na sociedade brasileira, “uma disseminação da leitura entre as classes marginalizadas e de baixa renda”.¹ Esta situação foi favorecida pelas transformações decorrentes da proclamação da República e o fim do regime Monárquico, que levaram a uma fase de grandes mudanças de natureza econômica, social, política e cultural que já se encontrava há algum tempo em gestação.²

Nesse período era forjada uma imprensa destinada a informar e a conscientizar a classe trabalhadora. Os jornais operários publicavam textos e imagens alusivos aos ideais de harmonia e libertação, sobretudo nas publicações realizadas por jornais com linha editorial anarquista. Então, o recurso ao jornal como veículo de comunicação foi de grande importância para organizar a classe trabalhadora brasileira. Por meio de suas páginas, lideranças operárias procuravam orientar os seus leitores, em processo para conscientizar e de “informar” para “formar.”

Portanto, o jornal era utilizado como instrumento para defender e organizar o proletariado, educando-o para a sua emancipação. Porém, nesta época, a sociedade, apresentava um elevado índice de analfabetismo. Se por um lado, a população vivia praticamente sem escolaridade, do outro um havia número crescente de imigrantes que desconheciam o idioma português.

Devido às dificuldades de transmissão dos ideais libertários por meio da imprensa operária, os líderes do movimento operário buscavam outras modalidades de transmissão. Neste período também se desenvolveu a prática da “leitura em voz alta e comunitária” para analfabetos e para estrangeiros que desconheciam o idioma português, se tornando “uma das mais importantes formas de circulação e apropriação de textos”³ no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. Segundo Roger Chartier ler em voz alta têm basicamente dois propósitos:

¹ EL FAR, Alessandra. Páginas de sensações: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 72.

² *Idem*

³ SOUZA, Sílvia Cristina Martins. Do tablado às livrarias: edição e transmissão de textos teatrais no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 42: p.557-578, jul/dez 2009, p. 560.

De um lado, uma função pedagógica: demonstrar que é um bom leitor, lendo em voz alta, constitui um ritual de passagem obrigatório para os jovens que exibem, assim, seu domínio da retórica e do falar em público. Por outro lado, um propósito literário: ler em voz alta é, para um autor, colocar um trabalho em circulação, “publicá-lo.”⁴

Ou seja, no caso da imprensa operária, os artigos, bem como os avisos, convocações para manifestações, para reuniões, eram transmitidos por meio dos textos impressos nos jornais e reforçados pela leitura em voz alta em bares, cafés e associações operárias. Além de desempenhar um papel de transmissão, de circular e tornar público os princípios; e não menos importante, de dar conta de informar sobre o cotidiano dos trabalhadores. A leitura em voz alta tinha caráter pedagógico e não apenas de transmissão da mensagem pretendida pelo autor, pois os textos, muitas vezes eram alusivos aos ideais libertários e, não somente informativos. Com isso os dirigentes visavam a conscientizar os operários sobre a sua situação e que estes ideais se concretizassem na prática. Mas, esses textos podiam ser interpretados das mais diversas formas.

Assim, ao visualizarmos por meio da análise da atuação da imprensa operária as diferentes formas de transmissão de um texto, desde a publicação até a sua recepção que, os jornais operários não ficavam apenas na leitura individual, mas também partilhada em grupo. Ou seja, a análise dos jornais operários e sua interpretação devem partir também da compreensão dos meios de transmissão e recepção do conteúdo impresso.

Outro ponto importante na análise das formas de transmissão da imprensa proletária é a utilização que os editores fizeram das imagens como instrumento para educar e informar. Devido ao poder de síntese, além das imagens ilustrarem as páginas do jornal, elas serviam, principalmente, para reforçar a mensagem dos textos, apresentando, também, outra linguagem ao leitor.

Em muitos casos, essas imagens, vinham com legendas para não ficar dúvida da “mensagem pretendida por seu autor.” Por outro lado, algumas imagens são de fácil entendimento “por mostrarem personagens, fatos cotidianos identificáveis” aos “olhos do operário.” Ou seja, “quem vê a imagem a decifra, entende-a dentro de seu mundo.”⁵

Destacamos três elementos principais que faziam parte da composição da iconografia e da prática operária por meio da imprensa libertária: a alegoria feminina, a bandeira vermelha e o sol nascente. Esses elementos, segundo Raquel de Azevedo (2002),

⁴ CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2000, p. 21-22.

⁵ GAWRYSZEWSKI, Alberto. A imagem como instrumento de luta anarquista. In *Imagens anarquistas: análises e debate*. GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). - Londrina: UEL, 2009, p. 19.

foram criados após a Revolução Francesa “cujas características foram filtradas em seus momentos de fúria popular, de terror e reação, dando origem ao ideário e aos símbolos utilizados por socialistas, comunistas e anarquistas.”

Desta forma, ela ofereceu elementos que alimentaram a ideologia anarquista como a: “derrubada da Bastilha e a Comuna de Paris” utilizados como “modelos de revolução e de reorganização social”. Segundo a autora:

O estabelecimento desses procedimentos em rituais tinha como função a criação de uma nova tradição contraposta à tradição oficial, aristocrática e burguesa. A utilização das alegorias e simbologias pelas diferentes correntes (...) especialmente entre as décadas de 1870 e 1914, coincide com o período de formação do movimento operário que cria seus rituais e manifestações de classe (...).⁶

Ou seja, devemos analisar não apenas o conteúdo do jornal como fato isolado, mas “vislumbrar o campo como um todo.”⁷ Ou seja, como é que os jornais operários passaram a existir?; Como eram produzidos os jornais? E como chegavam aos leitores?

Além da preocupação dos editores em propagar os ideais libertários por meio da imprensa, seja pela leitura em voz alta ou, ainda, pela utilização iconográfica, as dificuldades de transmissão também eram superadas pelas publicações em outro idioma. Segundo Maria Nazareth Ferreira “vários foram os jornais que apareciam em mais de um idioma”, sobretudo em espanhol e italiano.⁸ Ou seja, nas palavras de Maria Helena Capelato, “conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado de fonte e reflexão teórica. Sem esses ingredientes corre-se o risco de repetir para o leitor, aliás sem o charme do jornal, a história que ele conta.”⁹

Desta forma, não devemos observar somente o conteúdo em si, mas sim considerarmos aspectos que Nelson Werneck Sodré define como “as técnicas de transmissão do pensamento”. Também “verificar, a cada etapa, a área geográfica de circulação dos jornais, a composição do público, e outros aspectos sempre em mudança”. Ainda segundo o autor, outros elementos devem ser considerados, tais como a evolução nas técnicas de produção e

⁶ AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*, São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p. 165.

⁷ DARNTON, Robert. “*O que é história do livro*” revisitado. *ArtCultura*, Urbelândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan.-jun. 2008, p. 156.

⁸ FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1988, p.17.

⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 23.

distribuição dos jornais, o papel da publicidade alterando muitas vezes o formato e conteúdo dos periódicos.¹⁰

Não pretendemos fazer um trabalho exaustivo sobre a história da imprensa no Brasil desde seu surgimento até os tempos atuais, nem os aprimoramentos de suas técnicas. Porém, visamos a entender o papel e a importância do jornal para um determinado grupo social como instrumento de politização e educação. Para isso precisamos considerar aspectos políticos, econômicos e sociais - da produção até a distribuição, bem como as formas de transmissão e de apropriação de seu conteúdo.

A prática da imprensa operária era a forma encontrada pelos líderes do movimento operário de “fazer política”, de militância intensa, propaganda de uma visão de mundo. Nos textos são trabalhados valores e ideias, e deles se alimentam os operários nas leituras individuais e coletivas. Mais do que transmitir notícias e fatos, os jornais por meio do exemplo de manifestações, greves, boicotes, em que os operários tinham alcançado vitórias, pretendia informar modelos. Pois, desta forma, esperava-se que, ao se depararem com esse tipo de jornalismo, os leitores engajam-se na luta por melhores condições de vida e de trabalho. Os exemplos ainda serviam como fonte inspiradora para o desenvolvimento da mente revolucionária rumo a uma sociedade livre e igualitária.

Portanto, o discurso dos periódicos proletários “traduzem ideologias políticas, anunciado-as como a da classe operária” e revela o “processo de confronto entre as classes, as relações de produção, as aspirações hegemônicas de segmentos representativos”. Ao mesmo tempo nele revela-se a condição social dos idealizadores e dos leitores que se identificavam com as propostas do jornal.¹¹

As condições materiais de produção dos periódicos que se dedicavam a criar um discurso contra a classe dominante eram, muitas vezes, precárias e as edições, em alguns casos, efêmeras. Porém, diante da necessidade de criar um contra-discurso, as dificuldades inerentes à produção e distribuição dos jornais eram superadas. Funcionavam, assim, como catalisadores das insatisfações sociais, econômicas e políticas da classe trabalhadora. Segundo as autoras Silva Araújo e Alcina Cardoso:

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 7-8.

¹¹ ARAÚJO, Silva, CARDOSO, Alcina (orgs.). *Jornalismo e militância operária*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992, p. 11.

O enfrentamento com o Estado oligárquico significou grandes perdas para o operariado: eliminação de arquivos, incêndios nas redações, prisões e deportações de líderes. Essa trajetória de resistência persistiu até a década de 1920, quando foi ultrapassada pelo processo de cooptação que invadiu os jornais e pelas investidas da classe dominante, preocupada em conter a organização operária.¹²

Desta forma, a imprensa operária analisada em sua historicidade deve ser entendida como mais do que mero registro do movimento operário, pois o seu discurso tem elementos fundamentais para compreensão da trajetória do movimento operário no momento de sua organização.

O discurso presente no jornal sindicalista revolucionário *A Voz do Trabalhador*, que circulou entre 1908 e 1915, revela um quadro complexo de divergências e proximidades políticas-ideológicas entre os militantes engajados no movimento sindicalista formado no Brasil, nos primórdios do século XX. Em suas páginas aparecem conflitos teóricos e manifestações de ideias muitas vezes contrárias aos princípios de organização, defendidos pelos dirigentes da Confederação Operária Brasileira (COB).

No interior do órgão oficial da COB, sindicalistas, socialistas, anarquistas, monarquistas, republicanos, apresentavam suas ideias e visões de mundo em um espaço livre. O princípio de neutralidade política e ideológica era defendido pelos editores como forma de reunir um número maior de trabalhadores. Apesar da diversidade ideológica e da pluralidade das manifestações presentes em *A Voz do Trabalhador*, encontramos um “discurso operário” que conduzia e incentivava à construção da identidade coletiva. Esta, representada na intenção de organizar o movimento operário que, naquele momento, segundo as resoluções do Primeiro Congresso Operário de 1906, “se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas.”¹³

Ao mesmo tempo em que o periódico oferecia um discurso voltado para a organização das massas trabalhadoras, a cada Primeiro de Maio, os editores buscavam restituir seu significado. Nas edições dedicadas à data, os militantes libertários em torno do jornal apresentavam a origem e a visão anarquista e criticavam as tentativas de desvirtuamento da data.

A análise histórica mediante a imprensa periódica, permite compreender o clima de embates entre a classe subalterna e a elite dominante durante sua publicação. Nesses

¹² Idem, ibidem, p. 11-12.

¹³ Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Gallego, à Rua do Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906 (IISG) *apud* PINHEIRO, Paulo Sergio, Hall, Michael M. *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930, documentos*. São Paulo, Alfa-Ômega, v. 1, 1979, p. 47.

embates, questões sociais, econômicas e políticas estão nos periódicos operários tais como: a condições de vida e de trabalho, a organização sindical e política, o trabalho infantil, os acidentes de trabalho, as divergências entre o operariado. Enfim, eram importantes tanto para conhecer a situação operária como suas reivindicações e propostas para uma nova sociedade.

A imprensa operária, seja ela órgão de um sindicato ou partido político, “não é uma mercadoria a ser consumida, seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas” produzidas e consumidas pela coletividade. E ainda, entendemos que a imprensa operária não deve ser avaliada fora do movimento operário, pois, “ambos estão inter-relacionados através das lutas da classe trabalhadora na construção de sua história.”¹⁴

Ou seja, com desenvolvimento industrial e capitalista, o movimento operário é impulsionado por militantes anarquistas, socialistas, sindicalistas revolucionários, que se organizam em oposição aos ideais defendidos pela ordem burguesa. Com isso, a imprensa é fruto das necessidades e interesses dessa organização e também se apresentado como produto do processo que envolve a formação do sistema capitalista. Em outras palavras a “história do operário industrial no Brasil está escrita nas páginas dessa imprensa” desde o final do século XIX e início do XX. Portanto, seu valor como documento desse período é incontestável, pois “é acima de tudo informativo e foi resultado de uma participação efetiva do individual e do coletivo no processo histórico.”¹⁵

Segundo Jean-François Sirinelli, uma revista, ou um jornal “é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade.”¹⁶ Ou seja, os jornais operários, em muitos casos, não são obras individuais e solitárias, mas um empreendimento que reúne indivíduos que compartilham de ideias, crenças e valores. Porém, os trabalhadores em torno da Confederação Operária Brasileira e do periódico *A Voz do Trabalhador* nem sempre defendiam os mesmo princípios políticos e ideológicos.

Assim, surge a “importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial” bem como “atentar para a escolha do título e para os textos programáticos”. Esse exercício permite compreender as “intenções e expectativas, além de

¹⁴ FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa... op. cit.*, p.6

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.13.

¹⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2003, p. 249.

fornecer pistas a respeito da leitura de passado” compartilhada por seus propugnadores.¹⁷ Portanto, a utilização da imprensa oficial ou proletária como fonte:

(...) não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente.¹⁸

Outros aspectos a considerar sobre a materialidade dos jornais, ou seja, de sua produção e reprodução, são as características editoriais. Como a falta ou presença da publicidade pode ter significados políticos e ideológicos. A publicidade nos periódicos libertários não segue a lógica capitalista de venda, produtos ou serviços nos raros casos que aparecem, são recomendadas pelo próprio jornal quanto à sua utilidade ou benefício. Segundo Maria Nazareth Ferreira, essa característica dos jornais editados por anarquistas “confere” ao produto ou serviço anunciado “um caráter de escolha política”.¹⁹

Por outro lado existia uma “publicidade” contrária a determinado produto, ou seja, o boicote assume um papel de resistência, muitas vezes, ainda mais eficaz que a greve. No caso de *A Voz do Trabalhador*, as convocações ao boicote são constantes, em geral aparecem na última página, destinada também à publicidade e à propaganda de livros libertários, revistas e jornais operários identificados com a causa proletária. Eis um exemplo:

Por não ter querido aceder aos justos pedidos de seus operários e pela má fé observada pelo seu proprietário contra a classe operária em geral, os trabalhadores não devem comprar nada que seja produzido pelo moinho Matarazzo de São Paulo.²⁰

Desta forma, a “publicidade” de *A Voz do Trabalhador* assume um caráter político, pois, os editores, muitos deles anarquistas, entendiam que se caso o jornal tivesse publicidade perderia a sua função pedagógica e doutrinária ou então ficariam presos aos anunciantes. Por outro lado, o jornal se transformaria em uma mercadoria a ser consumida, e, portanto perderia sua essência que o diferenciava dos jornais empresariais e da imprensa burguesa.

¹⁷ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto. 2010, p. 140.

¹⁸ Idem, ibidem, p. 21.

¹⁹ Idem, ibidem.

²⁰ BOICOTAGEM. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 4, 15 de agosto de 1908, p. 4.

Para René Rémond, os meios de comunicação “não são por sua natureza realidades propriamente políticas”, no entanto “podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação.” Ou seja, os ideais e princípios veiculados em suas páginas assumem caráter político a partir do momento em que são colocados em prática ou passam a ter algum significado para o público alvo, segundo Rémond, dos “instrumentos que são transformados em armas.”²¹ Ainda para o autor, política “é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada.”²²

A partir das propostas de Rémond percebemos que “não há setores ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político”. Ou seja, da mesma forma que a imprensa operária exerce uma função política o sindicalismo também intervém no campo das “forças políticas.”²³ Para Rémond a compreensão do político e de sua natureza não pode ser tratada de forma isolada, pois, segundo ele, o político “não tem margens e comunica-se com a maioria dos domínios.” Ou seja, para Rémond o “campo do político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para o todo o sempre são inúteis.”²⁴

Desta forma, a análise do comportamento de indivíduos nas particularidades em relação à sociedade enquanto um todo ou “o que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo.”²⁵

O trabalho foi elaborado em três capítulos. Começamos analisando o contexto do Rio de Janeiro durante a Primeira República, com o objetivo de compreender a conjuntura na qual surgiram ideologias que contestavam o novo regime. As condições de vida e de trabalho da classe popular revelam um terreno “fertilizado” para a adesão e expansão de teorias libertárias como o anarquismo, por partes daqueles que se sentiam vítimas da classe dominante. Diante da implantação de uma economia industrial e capitalista e com a expansão do anarquismo, surge a necessidade de organização das massas populares. A partir disso, o jornal operário é tomado como porta-voz legítimo da classe operária e instrumento para a sua organização. Desta forma, abordamos a trajetória do jornal sindicalista revolucionário *A Voz do Trabalhador* com o objetivo de compreender a “cultura política” que foi incentivada e

²¹ RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. *Por uma história... op.cit.* p. 441.

²² Idem, *ibidem*, p. 442.

²³ Idem, *ibidem*, p. 444.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 443-444.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 450.

praticada pela classe trabalhadora deste período. O periódico, porta voz da Confederação Operária Brasileira, editado entre os anos de 1908 a 1915, com publicações irregulares, segundo a “vontade daqueles de quem depende.”²⁶

No segundo capítulo, abordado a historiografia dos últimos vinte anos sobre o movimento operário brasileiro, com vistas a apresentar um panorama das discussões recentes sobre a atuação do movimento anarquista no Brasil. Os textos selecionados, apresentam divergências interpretativas a respeito da ideologia que predominou no movimento operário no início do século XX. As divergências entre os autores são quanto à concepção da prática sindicalista deste período - o sindicalismo revolucionário. As suas particularidades levam Edilene Toledo (2004) a afirmar que o movimento foi uma corrente autônoma e independente em relação ao anarquismo. Porém, Thiago Bernardon de Oliveira (2009) contesta, pois alega que o movimento sindicalista tem forte ligação com princípios libertários. Portanto, teria sido uma estratégia adotada pelos anarquistas para se fazerem presentes entre os operários.

No terceiro, analisamos as divergências entre os militantes anarquistas a respeito da instrumentalização do sindicalismo que, mesmo com o adjetivo revolucionário, foi alvo de inúmeras críticas por parte de anarquistas “puros”. Afinal, estes viam o sindicalismo como um instrumento reformista, por defender a luta por melhorias imediatas, sem ser revolucionário nem capaz de conduzir à anarquia. Em meio a essas divergências o militante Neno Vasco da Confederação Operária Brasileira e João Crispim da Federação Operária de Santos travaram nas páginas do periódico *A Voz do Trabalhador* um debate político a respeito da ideologia anarquista no sindicato. Neno Vasco defendia a neutralidade política e ideológica no interior do sindicato e era contrário a “declaração de princípios” dos líderes da Federação Santista.

A definição política de um grupo não é tarefa fácil por parte do observador, pois os militantes que participavam do movimento sindicalista revolucionário, tanto brasileiro como em âmbito internacional, defendiam sua neutralidade política-ideológica com a finalidade de reunir um considerável número de trabalhadores. No caso brasileiro, reuniu, em torno das associações operárias, não só anarquistas, como também socialistas, republicanos, monarquistas e àqueles que não professavam ideologia.

Portanto, o jornal sindicalista *A Voz do Trabalhador*, fundamentado nesses princípios de neutralidade política-ideológica, foi palco de constantes embates entre trabalhadores associados à Confederação Operária Brasileira. Desta forma, hoje, a leitura do periódico revela, ao mesmo tempo, a presença da preocupação dos anarquistas em propagar sua ideologia, assim como divergências ideológicas, políticas, étnicas, religiosas, elementos para a construção da identidade operária bem como sua tomada de consciência como classe.

²⁶ A VOZ DO TRABALHADOR. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 63, 1 de outubro de 1914, p.1.

CAP. I:
INTRODUÇÃO DAS IDEIAS ANARQUISTAS NO RIO DE JANEIRO NOS
PRIMEIRO ANOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

1.1 IMIGRAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Nesse capítulo pretende-se analisar como a formação do mundo do trabalho livre e assalariado se constitui a partir das experiências e vivências da classe trabalhadora carioca entre o final do século XIX e início do século XX. Ou seja, entre as mudanças promovidas pela abolição da escravatura, pelo processo imigratório e pela expansão do capitalismo. Como o contexto histórico do Rio de Janeiro favoreceu o desenvolvimento e expansão do anarquismo no interior da classe operária e ainda como a imprensa operária serviu de instrumento para propaganda e difusão do anarquismo naquela cidade.

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passava por grandes mudanças estruturais, novas concepções do que eram o belo e o novo surgiam nas poeiras das demolições abrindo “caminho numa voracidade sem limites, que tragava morros, mar, construções e todo um ser e sentir.”²⁷

O processo de urbanização da capital federal, imposto do alto, afetava e transformava viveres e costumes tradicionais das classes populares. Ou seja, civilizar o Rio de Janeiro significou ao mesmo tempo adaptar a população urbana nos moldes do novo viver, criando novas regras, novos valores e novas necessidades. As elites delimitaram os espaços, reprimindo os costumes, a pobreza e os vícios para a periferia e procurando manter sob vigilância e controle os corpos e mentes desviantes. O objetivo da burguesia comercial era transformar o Rio de Janeiro em uma vitrine do novo regime, afastando para longe do centro da cidade tudo que lembrava o passado colonial e imperial.

O “processo civilizador”, promovido pela elite carioca, foi marcado pelo sentimento de negação do passado por parte daqueles que tinham os olhos na Europa, se espelhando na forma burguesa de viver, sobretudo na vida parisiense. A partir do modelo europeu o “centro da cidade foi depressa modificado, a Avenida Beira-mar foi aberta, jardins

²⁷ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto crime e expulsão na Capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 27, 1996.

foram criados e reformados, os bondes ganharam tração elétrica”²⁸ a modernidade ditava o ritmo do progresso inevitável e sem precedentes na história do país para seus idealizadores.

Modernidade, embelezamento e saneamento, que tomavam conta dos espaços urbanos do Rio de Janeiro, podem ser explicados em parte no esforço de:

(...) apagar os traços coloniais presentes nas ruas estreitas com valas centrais; nos becos mal iluminados, mal cheirosos e afamados; nos cortiços e estalagens que proliferavam no coração da Cidade Velha; nos mercados e quiosques sujos das áreas de circulação, e nos armazéns de secos e molhados das vias centrais, que pareciam afrontar os que aplaudiam a chegada da civilização.²⁹

Estas transformações urbanas não alteraram somente os espaços urbanos da cidade, com o surgimento de prédios altos e o alargamento de ruas após a derrubada dos cortiços presentes no centro da cidade. As reformas urbanas promovidas no sentido de apagar os traços do passado não muito distante, alteraram também as condições de reprodução da vida material das camadas pobres, despejadas de seu lar para lugares distantes e muitas vezes piores do que o anterior.

A população pobre que assistia “bestializada”³⁰ as transformações se concentrava em antigos casarões do início do século XIX, localizados no centro da cidade, nas áreas ao redor do porto, na maioria dos casos:

(...) esses casarões haviam se degradado em razão mesmo da grande concentração populacional naquele perímetro e tinham sido redivididos em inúmeros cubículos alugados a famílias inteiras, que viviam ali em condições de extrema precariedade, sem recursos de infraestrutura e na mais deprimente promiscuidade.³¹

A situação de moradia exposta por Nicolau Sevckenko na coletânea “História da vida privado no Brasil”, revela a difícil situação enfrentada pela classe trabalhadora no Rio de Janeiro no início do século XX. Símbolo do passado que a elite burguesa queria apagar, teve atenção prioritária dos idealizadores das reformas urbanas, pois eram considerados causadores de várias endemias que assolavam a população.

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. “*Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*”. São Paulo: Companhia da Letras, 1987, p. 40.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 28.

³⁰ Expressão utilizada por Aristides Lobo e citado por José Murilo de Carvalho In “*Os bestializados: o Rio de Janeiro... op. cit.*”

³¹ SEVCENKO, Nicolau. República da Belle Époque à era do rádio. In: NOVAIS, Fernando A. *Historia da vida privada no Brasil*. Vol. 3. 2010. Companhia das Letras. p. 21.

Desta forma, um grupo de técnicos foi então nomeado pelo presidente Rodrigues Alves para a missão de higienização da capital, entre eles “o engenheiro Lauro Müller para a reforma do porto, o médico sanitarista Oswaldo Cruz para o saneamento e o urbanista Pereira Passos (futuro prefeito da cidade do Rio de Janeiro), que havia acompanhado a reforma urbana de Paris”.³² Os responsáveis nomeados por Rodrigues Alves voltaram-se contra o velho casario da área central. Segundo Sevcenko, devido a alguns motivos fundamentais que bloqueavam a chegada da modernidade à capital:

Porque eles cerceavam o acesso ao porto, porque comprometiam a segurança sanitária, porque bloqueavam o livre fluxo indispensável para a circulação numa cidade moderna. Iniciou-se então o processo de demolição das resistências da área central, que a grande imprensa saudou denominando-o com simpatia de a “Regeneração”. Para os atingidos pelo ato era a ditadura do “bota-abaixo”, já que não estavam previstas quaisquer indenizações para os despejados e suas famílias, nem se tomou nenhuma providencia para realocá-los. Só lhes cabia arrebanhar suas famílias, juntar os poucos bens que possuíam e desaparecer de cena.³³

Estas transformações criaram uma cidade de duas faces, nas palavras de Lená Medeiros de Menezes, uma dessas “voltada para o futuro, expressando valores e interesses das elites políticas e urbanas, e a outra orientada para o passado, relegando negros e imigrantes pobres à exclusão total”.³⁴

O mundo idealizado e criado pela classe dominante, simbolizado pelos princípios de ordem e progresso, no comércio de luxo, representado no viver deste grupo e inspirado no outro lado do Atlântico, contrapõe-se à cidade pobre, nem bela, nem limpa, nem moderna. Este mundo distante do pensamento ideológico da classe burguesa, mas muito próximo das novas avenidas, foi um traço característico da capital brasileira na Primeira República.

Naquele período, o Rio de Janeiro caracterizou-se como importante polo de atração interna e externa de mão de obra favorecido pelas reformas urbanas que exigiam uma demanda maior de braços e pelas frustrações das expectativas do campo no outro lado do Atlântico. Esses dois fenômenos, em parte, embalaram o fluxo de imigração para a capital brasileira transformando a cidade em porta de entrada para o país. Imigrantes de diversas nacionalidades firmaram sua presença no mercado de trabalho da cidade, entre o fim do século XIX e início do século XX, trazendo a esperança de uma vida melhor e com uma ideia em mente de “fazer a América” na expressão de Bóris Fausto (1977).

³² Idem, *ibidem*, p. 22-23.

³³ Idem, *ibidem*, p. 23.

³⁴ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis... op. cit.*, p. 36.

O processo de urbanização e embelezamento, iniciado nos primeiros anos do século XX no Rio de Janeiro transformou não somente os ambientes e costumes da cidade, inspirados nos padrões franceses, e polo de atração de mão de obra estrangeira, mas também palco de embates sociais. O anarquismo floresceu neste terreno fertilizado pela pobreza e pela exclusão social e, em parte pela chegada do imigrante europeu, transformando-se ao longo da Primeira República em uma das principais ideologias contestadoras à ordem capitalista.

Ao analisarmos os movimentos de contestação no início do século XX no Brasil devemos analisar, em contrapartida, todo um contexto em que os embates, conflitos e solidariedades estão presentes no dia a dia da classe operária. Ou seja, levar em consideração o mundo do trabalho em estruturação, bem como as condições de vida dos trabalhadores, com jornadas de trabalho de 14 e até mesmo de 16 horas diárias, em situação de moradias precárias. A partir deste enfoque visualizamos que a expansão do anarquismo na cidade do Rio de Janeiro, neste período, surge mais em decorrência da super-exploração e das condições de vida da classe trabalhadora do que como resultado direto e mecânico da presença estrangeira no interior do movimento operário.

Em outras palavras, a importação de ideias com o imigrante europeu, como sugerem alguns trabalhos³⁵ não contém a explicação definitiva do surgimento e hegemonia de correntes ideológicas no interior do movimento operário do Rio de Janeiro. Porém, podemos encontrar uma explicação mais favorável se levarmos em consideração o contexto histórico da capital neste período. Pois a formação de uma nova ideologia do trabalho, com fortes bases no sistema capitalista, passou a afetar não somente o imigrante, mas o trabalhador nacional formado em parte por libertos.

Cláudio Batalha desmistifica a imagem que foi introduzida e cristalizada em estudos realizados na década de 1960 e 1970 sobre o operariado brasileiro, que apontavam para uma origem estrangeira do operariado e sua contribuição para hegemonia de ideologias como o anarquismo no movimento operário da Primeira República. Este tipo de abordagem contribuiu para cristalizar e introduzir a imagem do operário militante, anarquista e de origem italiana. Segundo Batalha o mito do imigrante militante, que traz da Europa experiências sindical e política, difusor de ideologias, é visto com crescente reserva na medida em que os estudos sobre a imigração se aprofundam, mostrando “que a maioria dos imigrantes provinha do campo e, na maioria das vezes não tinha qualquer experiência prévia de engajamento

³⁵ Como por exemplo, Boris Fausto em “*Trabalho urbano e conflito social*” ao ressaltar “o imenso significado da imigração no surgimento de ideologias negadoras do sistema vigente no país e na adoção de modelos organizatórios pela classe operária” FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977, p. 32.

sindical” ou político. Entretanto, isso não quer dizer que não existissem imigrantes com experiência sindical prévia nos seus países de origem, ou então aqueles cuja escolha pela emigração não seu deu por razões de ordem econômica e sim por problemas políticos.³⁶

1.2 FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO LIVRE ASSALARIADO NO RIO DE JANEIRO

No período analisado, o Rio de Janeiro é caracterizado por transformações socioeconômicas por meio da imposição da ordem capitalista associada à transição de relações sociais do tipo senhor-escravo para relações burguês-trabalhador assalariado. A emancipação dos escravos e o movimento imigratório “forjaram o homem livre-trabalhador expropriado que deveria se submeter ao assalariamento”. E é este homem livre de propriedade e dos meios de produção, isto é despossuído, que ao longo da Primeira República “será a figura essencial de formação do mercado capitalista de trabalho assalariado”.³⁷

A formação de uma nova ideologia pela classe dominante carioca favoreceu o desenvolvimento de novas relações sociais entre a classe pobre, como conflitos, solidariedade, resistências. Diante da ameaça da ordem e do progresso, as elites políticas desenvolvem, junto com a nova ideologia do trabalho, instrumentos de vigilância e repressão exercidas pelas autoridades policiais e jurídicas.

A construção do conceito de trabalho estava relacionada aos conceitos de “ordem” e “progresso”, para impulsionar o país no sentido da “civilização”, a nova ideologia do trabalho surge como princípio regulador da sociedade e que ao longo da Primeira República se transforma em uma roupagem dignificante e civilizadora.³⁸

A transformação do agente social expropriado em trabalhador assalariado tem como alvo então a “mente” ou o “espírito” dos homens livres em questão, as elites burguesas desejavam que esses homens livres internalizassem a ideia de que o trabalho era um bem, o “valor supremo regulador do pacto social”. O controle sobre a “mente” e o “espírito” era reforçado pela vigilância policial no cotidiano, como parte do processo para tornar o “agente social expropriado” em trabalhador. Tinha como “objeto de ação direta o corpo dos despossuídos, pois estes, ao serem estigmatizados pelas autoridades policiais e judiciárias como ‘vadios’, ‘promíscuos’ ou ‘desordeiros’, podem se ver arremessados, repentinamente,

³⁶ BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 161-189, 2003 (O Brasil Republicano, v. 1), p. 166.

³⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª Ed. - Campinas, SP: Editora: Unicamp, 2012, p. 46.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 48.

ao cilindro, onde seriam supostamente ‘corrigidos’”, ou melhor dizendo transformados em trabalhadores.³⁹

Tal processo de expropriação, segundo Sidney Chalhoub e se apoiando em Edward Palmer Thompson, é um esforço dos donos do capital em enquadrar os despossuídos na ordem social capitalista emergente. É um período fundamental da história do movimento operário brasileiro, pois, representa um momento de formação da classe operária brasileira, que, como lembra Thompson, como a da inglesa “não se deu noite para o dia, com o nascer do sol.”⁴⁰

Para compreendermos a dinâmica da formação da classe trabalhadora brasileira, devemos privilegiar sua experiência e prática de vida, em outras palavras: “isso significa trazer a questão do controle social para as práticas cotidianas dos agentes despossuídos, e tentar perceber a sua própria leitura de tal fato essencial da vida numa sociedade capitalista.”⁴¹

O controle social da classe trabalhadora “compreende toda a esfera da vida” do sujeito, pois “este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho” passando “pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular”.⁴²

Neste aspecto, o controle social sobre a classe pobre, fundamentado na necessidade de manutenção da ordem instituída de cima para baixo, as elites se viram diante de um problema que ameaçava os bons costumes. Dentro desse processo de “regeneração” da sociedade carioca e seus instrumentos de repressão e controle, criou-se os conceitos de “vadiagem” e de “classes perigosas” que eram utilizadas pelos legisladores como sinônimo de “classes pobres”. Segundo Sidney Chalhoub, essa construção ou interpretação da classe dominante sobre a experiência de vida experimentada pelos populares, o enquadramento dos conceitos, de pobreza, ociosidade e criminalidade como atributos das “classes perigosas”, é uma medida para justificar a dominação de classe. Desta forma “apresentando apenas uma versão ou leitura possível da realidade”. Para o autor, o conceito de “vadiagem” se constrói na mente dos parlamentares a partir de um processo de inversão de valores, em que:

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 49-50.

⁴⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

⁴¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho... op. cit.*, p. 51.

⁴² Idem, *ibidem*.

(...) todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objetivo de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante a ordem. O ocioso é aquele indivíduo que, negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade por meio do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum.⁴³

Desta forma, o aparato policial de repressão aos vícios considerados nocivos ao novo regime, é parte constitutiva da estratégia de formação de um mercado trabalho assalariado.

A expansão da ideologia capitalista de trabalho promovida pela elite política brasileira representa as intenções desse grupo em defender seus interesses econômicos e políticos. A elite política carioca criou, além dos mecanismos de controle e manutenção da ordem, instrumentos para inserir o liberto no novo mercado de trabalho. Porém, a transformação do liberto em trabalhador livre não podia ser apenas por meio da repressão, pois, não se desejava um retorno ao cativo, onde os castigos reproduziram a mantinham a força de trabalho escravo.

Desta forma, era preciso educar o liberto. Ou seja, para nova ideologia do trabalho, educar o liberto significava transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o elemento fundamental para a vida “civilizada”. A inclusão e a necessidade em educar o liberto podem ser justificadas pelos novos ideais burgueses, como a ideia da relação que se estabelece entre trabalho e moralidade.

Para os parlamentares, a escravidão não “havia dado” ao liberto “nenhuma noção de justiça, de respeito à propriedade, de liberdade”, ou seja, a abolição não significava para o liberto a responsabilidade pelos seus atos, e sim a possibilidade de se tornar ocioso. Assim, com a finalidade de evitar que os libertos comprometessem a ordem, era necessário criar o hábito do trabalho pela obrigatoriedade.⁴⁴

Ao mesmo tempo em que os parlamentares reconhecem a necessidade de reprimir os “miseráveis”, ou seja, os pobres, já que a pobreza era um caminho rápido para ociosidade e para vadiagem. Por outro lado, devido ao processo imigratório, viu-se também que os “indesejáveis” passassem a serem enquadrados como “classes perigosas”. Eles eram estrangeiros que não compartilhavam dos novos ideais, e, portanto deveriam ser reprimidos ou em alguns casos até expulsos do país.

⁴³ Idem, ibidem, p. 73.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 68.

Os imigrantes europeus eram vistos como possíveis ameaças aos interesses burgueses. Porém, diferente do trabalhador nacional, tinham um aspecto positivo para a classe dominante, pois estes esperavam que o imigrante possuísse qualidades próprias para o mercado de trabalho. Eles deveriam ser sóbrios e laboriosos, isto é “cultivar as principais virtudes consagradas na ética capitalista”, servindo de exemplo ao trabalho nacional.⁴⁵

Devido ao papel que assumiam no contexto mais amplo de constituição do novo mercado de trabalho, sobre o imigrante houve repressão bem mais rigorosa se comparada ao trabalhador nacional. Os imigrantes indesejáveis eram expulsos do país numa viagem muitas vezes sem volta.

Neste período, na cidade do Rio de Janeiro, podemos observar mediante dados coletados e da historiografia que aborda o tema, grande número de imigrantes portugueses que ocuparam principalmente da atividade do comércio e donos dos cortiços.⁴⁶

A passagem do regime Imperial para o regime Republicano não se deu de forma passiva e sem resistência, significou a transformação e a recusa de costumes a muito compartilhados pelas classes pobres. E ainda, representado não apenas no projeto de transformar o homem livre e pobre em trabalhador, mas, sobretudo foi marcado pelos interesses burgueses em mudar o “espírito” desse trabalhador, por meio da nova ideologia do trabalho.

À precária situação de moradia da classe popular na cidade do Rio de Janeiro, juntavam-se longas e extenuantes jornadas de trabalho, salários miseráveis, falta de direitos trabalhistas em prol do enriquecimento dos patrões. Ou seja, todos esses aspetos encontram ressonância e, com a chegada dos imigrantes europeus, contribuem para o surgimento e expansão de ideologias contestadoras à ordem capitalista. Porém, entendemos que o anarquismo enquanto teoria e prática revolucionária não surge como simples resultado da imigração, mas, sobretudo, pela reprodução da vida material das classes pobres no início do século XX nos principais centros fabris do país.

Ou seja, a República proclamada em 1889 contém em si uma relação fundamental e determinante nas mobilizações de trabalhadores no início do século XX, greves e manifestações surgem como forma de protesto pelas condições de vida e trabalho enfrentadas pela classe trabalhadora. Em outras palavras, impulsiona à organização operária em associações de resistência. Isso permite observar o surgimento da consciência de classe do

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 77.

⁴⁶ Para saber sobre o processo de emigração portuguesa para o Brasil ver MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis... op. cit.*

trabalhador brasileiro, imigrante ou não. E será a partir das diferenças étnicas que se dará a formação da classe operária carioca, em seu sentido particular para não correr riscos de generalizações. Pois, segundo Cláudio Batalha “a composição étnica pode ser vista mais como um elemento de dissenso do que de consenso entre os trabalhadores.”⁴⁷

Os estrangeiros tiveram um papel importante no que diz respeito ao enfoque político e ideológico que a classe popular começava a assumir, porém, “não exclusivo como as autoridades quiseram fazer parecer interessados em justificar a repressão através da tese de uma conspiração estrangeira que por importação atingia o território brasileiro”.⁴⁸

Ou seja, a “planta exótica” deitou raiz na sociedade brasileira no início do século XX em parte germinada pela chegada do imigrante europeu,⁴⁹ porém, cultivadas pelas condições de vida e trabalho e pelo sistema político e econômico em formação. Assim, os anarquistas, imigrantes ou não, contribuíram para mudanças na “cultura política” até então vigente na capital, por meio de seus mecanismos de educação, organização, com a distribuição de jornais e panfletos libertários. Ou ainda, discursando em associações e tribunas produziram e incentivaram uma “cultura operária”. Nesse sentido, os anarquistas no período:

(...) tiveram um papel de fundamental na organização de congressos; na elaboração de projetos de educação alternativa; no impulso à imprensa operária, voltada para o incentivo ao movimento associativo; no desenvolvimento das primeiras greves de porte significativo, por seu alcance e duração e, principalmente, na transformação das uniões operárias em instrumentos de intervenção social (...).⁵⁰

Ainda segundo Lená Medeiros de Menezes, o anarquismo irradiou-se no Rio de Janeiro em três planos fundamentais. No primeiro, o anarquismo “se caracterizou como um movimento de ideias, valores e comportamentos, que atingiu os segmentos médios da população, principalmente os mais intelectualizados”. No seguinte, “definiu-se como um movimento de trabalhadores, que atingiu, de forma significativa, os setores profissionais nos quais os estrangeiros se faziam muito presentes”. Já no terceiro plano “irradiou-se para o conjunto dos excluídos, postos à margem do mercado formal de trabalho.”⁵¹

A vertente operária que se transformará, ao longo da Primeira República, no principal plano de predomínio anarquista, será o sindicalismo revolucionário. Abordaremos o

⁴⁷ BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). *O tempo... op. cit.* p. 166.

⁴⁸ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis... op. cit.* p. 95.

⁴⁹ FAUSTO, Boris. *Trabalho... op. cit.* p. 62.

⁵⁰ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis... op. cit.* p. 100.

⁵¹ Idem, *ibidem*

assunto adiante, pois, alguns autores defendem o sindicalismo revolucionário como instrumento do anarquismo, porém, outros o entendem como uma ideologia autônoma e independente do anarquismo.

Nas primeiras décadas do século XX, o anarquismo avançava no interior do movimento operário brasileiro motivado, de um lado pelo, descontentamento com os ideais republicanos, e de outro, pelas condições sociais da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que o anarquismo se apresentava como forma de organização da classe operária brasileira, surgia por meio dos líderes libertários um instrumento que se destinaria a servir como baluarte dos operários, denunciando a exploração e conscientizando o proletariado. A imprensa operária era o principal meio de expressão utilizado pelos líderes do movimento operário durante a Primeira República brasileira, não somente como porta-voz dos trabalhadores, mas também desempenhado um importante papel de educação e divulgação dos ideais libertários.

1.3 IMPRENSA PROLETÁRIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: O BALUARTE DA CLASSE OPERÁRIA

A imprensa operária que surgia nas primeiras décadas do século XX no Brasil tinha como objetivo preparar o “solo” e “semear” as ideias de harmonia e libertação. Segundo Margareth Rago, essas ideias contribuiriam para “transformar o mundo embrutecido e infernal das longas horas de trabalho extenuante e insuportável, das humilhações doídas e das derrotas cotidianas, num paraíso possível.” Ainda para Rago, os artigos publicados nos primeiros periódicos operários “procuravam incentivar o espírito de luta, estimular as resistências nos locais de trabalho, informar e apoiar as pequenas guerras que se travam diariamente” além de conter “denúncias de exploração, notícia da batalha cotidiana, registros de avanços e recuos, de vitórias e fracassos.”⁵²

Porém, não foi somente com estes temas que a imprensa proletária se preocupou. Os periódicos também abordavam “lazer, registra excursões e piqueniques, sessões culturais, conferências educativas” propondo uma nova maneira de viver, um “mundo fundado na igualdade, na liberdade e na felicidade, que deve ser construído por todos os oprimidos”.⁵³

A publicação e divulgação dos jornais operários materializam um tipo de produção cultural vinculada à classe trabalhadora, uma cultura que Francisco Foot Hardman chamou de “cultura de resistência”. Para o autor, essa denominação provém do papel que essa

⁵² RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 - 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 16.

⁵³ Idem, *ibidem*.

imprensa desempenhou na luta de classes, ao buscar a manutenção da “integridade ideológica e vivencial do operariado emergente, contra o sistema político dominante e em prol da chamada ‘emancipação social’”.⁵⁴

Neste período, os meios de comunicação em massa praticamente inexistiam, pois sua produção demandava investimento considerável para seus editores. A “imprensa, em especial o jornalismo, possuía um papel decisivo como veículo social de informação e formação.” Sendo assim, “a imprensa operária, em particular, destaca-se por sua função de articuladora de interesses históricos de classe, como fator de agitação e propaganda”.⁵⁵

O movimento anarquista, além de incentivar a luta do operariado contra a exploração capitalista e defender a emancipação social da classe trabalhadora, nas edições dos jornais operários (que possuíam libertários em sua redação), também visava à propaganda de seu ideário e de uma moral não contaminada pelos dogmas da Igreja, do Estado e da burguesia:

O Estado era representado através de seus instrumentos repressivos: Leis, Exército, Parlamento, Política; a Igreja emergia através da figura do padre, retratando opressão moral e o Capitalismo, por sua vez, expressava a exploração econômica e opressão dos valores de classe, apresentando-se graficamente na imagem do gordo patrão burguês.⁵⁶

Segundo Boris Fausto, alguns jornais assumiriam um papel mais importante do que o sindicato, pois, para os anarquistas, a atividade da imprensa libertária, que era essencialmente voltada para a propaganda anárquica, constituiu um dos principais centros organizatórios anarquistas e de difusão da propaganda no Brasil durante a Primeira República.⁵⁷

A publicação de um texto, de uma nota de convocação ou então informativo nos editoriais operários, seu conteúdo em si, não “constitui um fato isolado, mas sim produto de um leque variado de trocas, interações e intercâmbios” de uma sociedade, em outras palavras, fruto das relações entre diferentes grupos, neste caso a classe operária com a classe dominante.⁵⁸ Pois, ainda, segundo Alessandra El Far:

⁵⁴ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3ª Ed. ver. e ampl. - São Paulo: Editora da Unicamp, 2002, p. 309.

⁵⁵ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria... op. cit.* p. 82.

⁵⁶ AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência... op. cit.*, p. 172.

⁵⁷ FAUSTO, Boris. *Trabalho... op. cit.*

⁵⁸ EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensações: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 76.

Para melhor compreendermos o significado de uma novela, de um “romance de sensação” ou de um texto pornográfico temos, então, de levar em conta, além do conteúdo intrínseco dessas obras, seus mecanismos de confecção, distribuição e publicidade, que se encontram imersos em um contexto mais extenso de relações de natureza diversa.⁵⁹

Ou seja, mais do que simplesmente noticiar uma greve, um boicote, os editores da imprensa operária procuraram denunciar as condições de vida e trabalho dentro das fábricas, conscientizar e educar o trabalhador por meio dos textos doutrinários.

Para analisar a imprensa operária sem correr o risco de apenas reproduzir suas histórias, fatos e notícias impressas nas páginas dos jornais, devemos compreender seus objetivos, sua linguagem e seus mecanismos de transmissão. Para tanto, considerar as condições de sua produção e de transmissão antes mesmo dos ideais que defendiam. E neste caso, pensar as relações entre os que produziam os jornais operários, os que liam e absorviam o conteúdo.

O formato dos jornais operários variava de acordo com as condições financeiras e máquinas disponíveis. Predominando o formato tablóide, sem padronização do número de páginas, pois o conteúdo a ser editado e as condições financeiras é que determinavam a quantidade de páginas. As publicações dedicadas ao Primeiro de Maio ganhavam destaque com imagens e textos alusivos à data, demandando um número maior de páginas. Porém, somente era possível caso os editores recebessem doações suficientes para realizar as publicações. Nas edições que antecedia a data, os editores publicavam apelos a fim de arrecadar fundos para a publicação.

Os jornais anarquistas e sindicalistas revolucionários não tinham anúncios comerciais, pois os editores acreditavam que assim manteriam seu verdadeiro significado. Publicavam anúncios somente de produtos de recomendação do jornal, como livros, jornais, revistas relacionados aos princípios libertários. Ou então, anúncios de boicote à determinada mercadoria, geralmente quando a empresa responsável pelo produto encontrava-se em litígio com seus operários. Desta forma, a “publicidade” praticada pelos editores em torno dos jornais “confere um caráter de escolha política” ao produto ou serviço anunciado.⁶⁰

Esses jornais tinham uma vida efêmera, na maioria das vezes não passavam da primeira edição devido às condições financeiras e, sobretudo pelos ideais que defendiam em suas páginas.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa... op. cit.*, p.21.

O desenvolvimento da imprensa na então Capital Federal foi favorecido, de um lado, pelas transformações econômicas e sociais⁶¹ daquele momento; e por outro lado, pelo fato de que o Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do século XX, ter o índice de analfabetismo mais baixo do país,⁶² “enquanto 80% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever, quase metade da população carioca, nos dados oficiais” era “liberta desse mal”.⁶³

E ainda, as transformações tecnológicas como a invenção de Gutenberg “tornou possível à reprodução de textos em grande número de cópias, transformando assim, as condições de transmissão e recepção”, dos textos veiculados à imprensa oficial de modo geral e à imprensa operária em particular.⁶⁴

Ou seja, “se antes a leitura encontrava-se vinculada ao estudo, à erudição, ao trabalho intelectual, aos saraus literários encenados pelos amantes das belas-letas”, com leituras individuais. Neste período, com as transformações tecnológicas e as mudanças sociais e econômicas, a leitura alcançou as camadas populares de baixa renda no Rio de Janeiro. Em outras palavras, a impressão em vários números dos jornais e por outro lado “os baixos preços das brochuras” conferiam aos textos impressos, de modo geral, novas qualidades, como “a do entretenimento fácil, da satisfação efêmera, da curiosidade passageira e da informação útil e direta”, ou então de conscientização e doutrinação das classes populares.⁶⁵

E ainda, longe de visarem ao conhecimento erudito dos leitores, os editores dos jornais operários, que muitas vezes eram dos meios operários qualificados⁶⁶ ou não, a maioria dos artigos publicados almejavam satisfazer expectativas mais imediatas dos trabalhadores. Sobretudo, os jornais sindicalistas que, apesar da propaganda anarquista, defendiam as lutas cotidianas por melhorias nas condições de vida e de trabalho da classe operária.

⁶¹ Mudanças essas iniciadas com o fechamento do tráfico de escravos que liberou capitais que foram investidos em diferentes setores.

⁶² Segundo Alexandra El Far, ao apresentar dados oficiais do censo de 1890, a população da capital federal era de cerca de 522 mil habitantes, desse total 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres “foram registrados como alfabetizados, o que representava, em termos numéricos, cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever”, a partir de 1906 o total de possíveis leitores ultrapassa os 400 mil. In: EL FAR, Alessandra. *Páginas de... op. cit.* p.12-13.

⁶³ EL FAR, Alessandra. *Páginas de... op. cit.* p.12.

⁶⁴ CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2000, p. 22.

⁶⁵ EL FAR, Alessandra. *Páginas de... op. cit.* p.69.

⁶⁶ Entre os operários qualificados destacam-se os gráficos que portavam todas as condições para participarem ativamente do trabalho de conscientização das massas trabalhadoras, pois sabiam redigir documentos, apresentar reivindicações e conheciam a maneira como operavam os outros grupos, trocando informações e a difusão das formas de organização e das ideias libertárias com outros países. Muitas vezes ocupavam lugares de liderança nas associações operárias, principalmente o operário gráfico imigrante, sobretudo aqueles cuja emigração se deu por questões políticas, para o fortalecimento e impulso necessário para a organização dos operários gráficos, possuindo técnicas de organização, com bases em fundamentos ideológicos.

Os artigos publicados na imprensa proletária, em geral não são direcionados ao público composto apenas por intelectuais ou indivíduos letrados. O processo de editoração dos jornais era realizado pelos próprios operários. E mesmo preocupados com a educação do trabalhador brasileiro, os periódicos deste período não fazem referência à escrita erudita, procuram, principalmente, fazer-se entender. Porém, os periódicos não deixaram de incentivar a leitura, tanto de jornais quanto de livros identificados com a causa operária.

As formas de transmissão dos princípios libertários por meio da imprensa operária são importantes para compreendermos a atuação dos jornais no interior da sociedade brasileira no início do século XX. Entre as formas de transmissão está, além da leitura em voz alta, a utilização de imagens ou alegorias para reforçar a mensagem ao leitor.

Devido ao poder de síntese, as imagens foram utilizadas pela imprensa operária nos primeiros anos da Primeira República, já que a maioria dos operários era analfabeta ou desconhecia a língua portuguesa por serem de origem estrangeira. Em outras palavras, devido à facilidade de transmissão da mensagem, a imagem fornecia um atrativo especialmente para esses trabalhadores, os quais se utilizavam dessa imprensa em leituras coletivas.

As ilustrações eram produzidas e consumidas pelos próprios trabalhadores. As imagens não tinham caráter estritamente estético, mas sim ideológico e didático, já que títulos e falas dos personagens interagem com as ilustrações visando a explicar a simbologia que se desejava expressar, constituindo a imagem em alegoria. Ou seja, a “imagem passou a ser um importante instrumento de educação política por facilitar a transmissão da mensagem ao leitor, que se identificava enquanto indivíduo ou classe social na representação visual.”⁶⁷

Portanto, a imagem oferece uma visão ampla e particular do grupo social que a produziu, servindo de material indispensável para compreender seus ideais, seus interesses políticos, econômicos e sociais, pois segundo Alberto Gawryszewski:

Dentro de uma perspectiva educacional, pedagógica, ou seja, de mostrar, ensinar e difundir o ideal libertário, de denunciar e desnudar o sistema capitalista, podemos visualizar, por meio das imagens, as péssimas condições de alimentação e trabalho; os mártires e heróis dos trabalhadores, a repressão policial (...) a necessidade de organização, o Primeiro de Maio, as festas e comícios; a ação direta (boicote e greve) e outras tantas questões que os trabalhadores sentiam e viviam.⁶⁸

⁶⁷ GAWRYSZEWski, Alberto. A imagem como instrumento de luta anarquista. In: GAWRYSZEWski, Alberto (org.) *Imagens anarquistas: análises e debates*. Londrina: UEL, 2009, p. 19.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 22-23.

Porém, a utilização da imagem como evidência histórica deve ser feita com certa cautela por parte do historiador. Peter Burke nos alerta para a análise destas imagens, pois muitas vezes elas são ambíguas ou polissêmicas; ou então, não foram produzidas com a finalidade de evidência histórica, apesar de algumas terem este aspecto. Ainda segundo Burke, em sua maioria as imagens “foram feitas para cumprir uma variedade de funções; religiosas, estéticas, políticas”. Assim ao analisarmos o “testemunho das imagens” devemos colocá-las no “contexto” cultural, político, material, em que foram produzidas, bem como o interesse do “artista” e a função da imagem.⁶⁹

Na primeira década do século XX os libertários brasileiros utilizaram a imprensa para denunciar a situação dos trabalhadores, para informar, conscientizar, sobretudo para propagar seu ideal. A imprensa sindicalista reúne todas essas intenções e outras, pois, era aberta a todos os princípios políticos, ideológicos e religiosos. Entre os periódicos que se destacam no campo da imprensa neste período é o jornal oficial da Confederação Operária Brasileira (COB) *A Voz do Trabalhador*.

Em seus anos de existência foi um jornal essencialmente informativo sobre o operariado carioca e nacional, com informações sobre atuação do movimento operário em outros países, e ainda resumos de reuniões realizadas na COB e nas associações operárias. Noticiava constantemente informações sobre a situação e condições de trabalho dos operários nas indústrias. Além disso, publicava inúmeros textos doutrinários, com princípios anarquistas.

Os editores de *A Voz do Trabalhador* se preocuparam em atribuir ao jornal um caráter nacional e não apenas do movimento operário carioca, onde era editado. Porém, em sua primeira fase, de julho de 1908 a dezembro de 1909, dedicou-se mais ao operariado da capital, fato que rendeu críticas de sindicatos de São Paulo e Santos. Já em sua segunda fase, de janeiro de 1913 a junho de 1915, os editores do jornal fizeram mais referências ao movimento operário nacional, resultado não somente das críticas entre os anos de 1908 a 1909, mas, sobretudo das discussões do Segundo Congresso Operário de 1913. Então, líderes operários de outros Estados reunidos no Rio de Janeiro, alegavam que o jornal deveria ser publicado em São Paulo para assim desempenhar seu principal objetivo, de porta voz da classe operária nacional.

⁶⁹ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular – História e Imagem*. Trad. Vera Maria Xavier dos SantosBauru-SP: EDUSC, 2004, p. 237-238.

1.4 A VOZ DO TRABALHADOR: RESISTÊNCIA E PROPAGANDA ANARQUISTA NO MOVIMENTO OPERÁRIO NO RIO DE JANEIRO

O jornal *A Voz do Trabalhador* surgiu, como órgão da COB, a partir das discussões do Congresso de 1906, porém, sua primeira publicação ocorreu somente em primeiro de janeiro de 1908. O jornal teve o último número da primeira fase publicado em primeiro de julho de 1909, finalizando suas edições oito de junho de 1915, ao todo são 71 edições publicadas com irregularidades. No período de 15 de dezembro de 1909 à janeiro de 1914 *A Voz* fica em silêncio, neste período não teve publicação devido às dificuldades financeiras. A partir de maio de 1914 o jornal passa a ter um déficit financeiro considerável que levaria os editores à afirmação que “*A Voz do Trabalhador* irá aparecer conforme vontade daqueles de quem depende.”⁷⁰ O jornal recebeu edição *fac-símile*, em 1985, da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, com a publicação de 71 edições, com prefácio de Paulo Sergio Pinheiro.

O periódico passou por inúmeras dificuldades financeiras, o que muitas vezes levou à interrupção de sua publicação. Inicialmente, os editores queriam publicá-lo semanalmente, mais sua periodicidade era, na maioria das vezes, quinzenal ou até mesmo mensal.

Porta voz da COB, *A Voz do Trabalhador* assumiu, portanto, a estratégia defendida no Congresso de 1906 para a organização da classe trabalhadora, o sindicalismo revolucionário. O jornal recebeu resolução específica do Congresso, que definiu o conteúdo e a forma como seria editado. Segundo as resoluções, no jornal deveria conter:

- a) Resumo das resoluções das sociedades aderentes;
- b) Convocação e avisos das sociedades aderentes;
- c) Artigos que a redação considerar contidos nos limites marcados pela presente base de acordo, assim como redigidos de modo compreensível, e isentos de questões pessoais. (...)⁷¹

Os objetivos dos redatores eram que o jornal fosse, no campo da imprensa proletária verdadeiro porta-voz da classe operária em nível nacional e não somente do movimento operário carioca. Foi editado e publicado na sede da COB no Rio de Janeiro, mas

⁷⁰ A VOZ DO TRABALHADOR. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 63, 1 de outubro de 1914, p.1.

⁷¹ Bases de acordo da confederação operária brasileira, aprovadas pelo 1º congresso, em 1906; O Jornal. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 22, 1 de janeiro de 1913, p. 3.

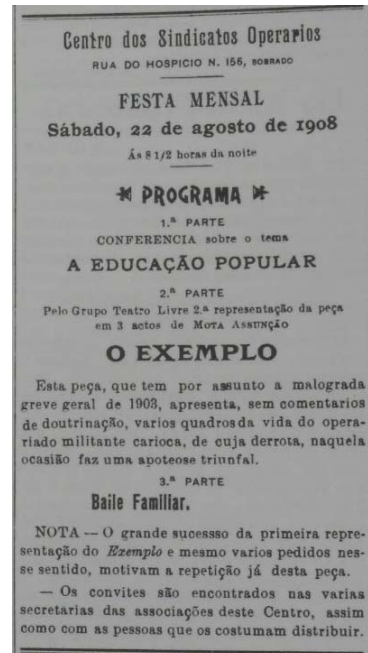
mesmo assim não deixou de conter informações das organizações operárias brasileiras e também de outros países.

A Voz do Trabalhador não seguia uma lógica capitalista de comercialização, sua distribuição se dava por assinaturas mensais, contribuições voluntárias de pessoas simpatizantes da causa, ou por associações operárias que recebiam remessas do jornal. Porém, fica evidente nas páginas do jornal, mediante apelos dos editores, que o processo de divulgação era feito com muita dificuldade. Pois, em várias edições, o jornal solicita que um sindicato ou associação específica mande sua contribuição para a editoração do periódico o que muitas vezes não ocorreria.

Para manter o jornal em circulação, além das subscrições voluntárias, os editores organizavam eventos em seu favor. Em *A Voz do Trabalhador* as questões especificamente ligadas à atividade sindical e textos libertários, dividem espaços com a “propaganda” em prol do jornal, seja o convite para um “baile familiar” ou então o anúncio da venda de uma “rifa”. Os responsáveis pela sua editoração não mediriam esforços para mantê-lo em circulação, sempre justificando a importância e a necessidade de ter um veículo que defendesse os interesses dos trabalhadores.

Além de arrecadar fundos para o jornal, a propaganda libertária não podia ficar de fora dos “eventos operários”,⁷² na edição de primeiro de agosto de 1908, *A Voz do Trabalhador* anunciou o evento que aconteceria na sede dos Sindicatos Operários, ou seja, na sede da COB:

⁷² A prática de organizar os eventos na sede operária não foi uma característica somente da Confederação Operária Brasileira. Segundo Francisco Foot Hardman, o período de implantação do sindicalismo revolucionário, devido às condições da época, tornou mais restrita à possibilidade de práticas culturais, maciça e popular em espaços públicos. Desta forma, os espetáculos de propaganda ficaram circunscritos aos salões das associações de classe, ou seja, aos lugares fechados, onde eram muito mais carregados de aspectos “educador” e doutrinário. Somente a partir de 1917, passou a ocorrer à apropriação dos espaços públicos pelo movimento operário. HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria... op. cit...* p. 53-54.



A Voz do Trabalhador - Órgão da confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 1 de agosto de 1908, p. 4

O título do evento permite observar a intenção de seus organizadores, nota-se que o “programa” é intitulado “*O Teatro revolucionário*”, “*A Educação Popular*”, e ainda “*O Exemplo*”, como fica evidenciado na imagem anterior. Segundo o editorial, a “festa” foi dividida em três partes: uma destinada à conferência sobre o tema “*A Educação Popular*”, na qual os líderes do movimento divulgaram ideais libertários, que eram reforçados com a peça do “Teatro Livre”, finalizando a programação com um baile familiar.

Além da dificuldade financeira, que reduzia a vida de um jornal, a posição assumida nos editoriais, tornavam este tipo de imprensa indesejável. A grande maioria dos jornais anarquistas teve vida efêmera, às vezes só saindo um único número, devido à prática que ficou conhecida como empastelamento. Era quando as oficinas e escritórios do jornal eram invadidos e tinham todo seu material destruído bem como as máquinas e exemplares. Muitos jornais, devido a isso, não passavam do primeiro número.⁷³

O jornal da COB seguiu o modelo dos demais periódicos operários, publicado em formato tablóide, constituído por quatro páginas. Na primeira página, artigos julgados de maior importância pelos editores ganhavam espaço, ou seja, notas de alguma conferência, convocação para uma determinada manifestação, artigos sobre a situação operária no país, apelos financeiros para manutenção do jornal. Nas segunda e terceira páginas, os articuladores noticiavam greves ou boicote, defendiam os princípios libertários, o sindicalismo como forma

⁷³ GAWRYSZEWSKI, Alberto. A imagem como instrumento de luta anarquista. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.). *Imagens... op. cit.* p. 20.

eficaz na emancipação proletária ou denunciavam as condições de trabalho em alguma indústria. Na última página os articuladores faziam divulgação de livros, revistas e até mesmo de outros jornais operários.

As páginas, em geral, eram divididas em cinco colunas, porém diante da dificuldade financeira do jornal, em 17 de abril de 1909, seu formato e quantidade de colunas foram reduzidos no intuito de garantir a publicação regular de *A Voz do Trabalhador*, tal formato predominou até o final de sua primeira fase, finalizada em nove de dezembro de 1909.

As contribuições para os textos do jornal eram feitas de forma voluntária, ou seja, não existia a figura do repórter, do profissional da notícia. Os editores recebiam farto material sobre o movimento operário e assuntos afins; cópias de cartas eram encaminhadas à autoridade local a respeito de algum descumprimento dos patrões como os que restringiam a participação operária. Ou ainda, com críticas a grupos que tentavam desvirtuar o significado do Primeiro de Maio, a exemplo da publicação a seguir, de maio de 1915, que, a pesar de longa, citarei na íntegra para maior compreensão do que foi tratado:

‘Ao cidadão Dr. prefeito do Distrito Federal – Saúde – nós, operários desta capital e representantes das associações abaixo mencionadas, vos cientificamos que, reunidos em sessão realizada hoje, às 20 horas, na sede da União dos Fogueiros, sita à rua do Hospício n. 159, afim de deliberarmos sobre a atitude que devemos manter em face de um projetado carnaval para o 1º de maio próximo, oferecido pelo club dos Fenianos em homenagem às classes trabalhadoras, resolvemos protestar veemen-temente contra a realização do referido carnaval no dia 1º de maio, por julgamos que essa festança afronta aos brios das classes trabalhadoras, pois que, além das mesmas não poderem aceitar, sem quebra de sua dignidade, homenagens de classes que lhes não são antagônicas em interesses e consideradas como suas opressoras, acresce ainda mais que o dia escolhido para tal festança é o dia 1º de maio, dia consagrado pelo proletariado, como um dia de universal protesto contra a exploração econômico-social que sofrem os homens do trabalho, dia em que se relembram os trágicos acontecimentos de que foram vítimas os operários da cidade de Chicago, no Estados Unidos da América do Norte, em maio de 1886, quando reclamavam a jornada de oito horas de trabalho.

Cientificamos-vos também que resolvemos empregar os maiores esforços possíveis, a fim de evitar que seja levado a efeito o projetado carnaval no dia 1º de maio, caso o nosso protesto não seja entendido.’⁷⁴

Essa carta protesto encaminhada às autoridades do Rio de Janeiro, foi, segundo o jornal, assinada pelos representantes da Liga do Operariado do Distrito Federal, associações

⁷⁴ A FESTAÇÃO DOS FENIANOS. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 70, 1 de maio de 1915, p. 1.

dos Trabalhadores em Carvão e Mineral, Sindicato dos Sapateiros, Sindicato dos Panificadores, Sindicato Operário de Ofícios Vários, Centro dos Operários Marmoristas, União dos Alfaiates, Sindicato dos Operários das Oficinas de Trajanos de Medeiros & C., Sociedade União dos Foguistas, da “Coluna Operária”, do *Correio da Noite*, de o *Clarim*, além de assinaturas individuais. Dias depois, o chefe de polícia convidou a comissão de operários para uma conferência para discutir o fato.

O desfecho foi vitorioso para o movimento operário, pois o carnaval não saiu, mostrando a força de sua união às autoridades e a sociedade em geral. Na próxima edição, publicada somente em oito de junho de 1915, o editorial exalta “O fracasso dos Fenianos” em comemorar com um carnaval o “grande dia operário”, segundo o jornal:

A festança que o Club dos Fenianos preparava para o dia Primeiro de Maio, em homenagem ao operariado, fracassou vergonhosamente, em virtude da grande agitação que as classes trabalhadoras fizeram contra tal iniciativa com que os burgueses pretendiam desvirtuar a data.⁷⁵

A vitória dos operários foi defendida pelo articulador do texto não como “bondade do chefe de polícia”, mas sim pela união e organização do operariado frente à sociedade burguesa.⁷⁶

O periódico *A Voz do Trabalhador*, não se intitulava com o rótulo de anticlerical, como outros jornais anarquistas, porém fazia duras críticas à Igreja de Roma, sobretudo à religião, que segundo o editorial, tinha a intenção de iludir as mentes operárias com falsas promessas.

O Estado também é visto como inimigo, defendendo a necessidade de supressão do governo. Para os anarquistas, sua desapareição, “dará lugar a uma organização social mais racional e mais justa, e que não fará emprego da violência.”⁷⁷

Ao patrão burguês é atribuído o papel de agente que produz, segundo o discurso libertário, uma sociedade dividida composta por explorados e exploradores. O órgão da COB ressaltou as diferenças entre as duas classes distintas, chamando a atenção do operário para sua situação de “escravo moderno” desta sociedade capitalista, alegando que:

⁷⁵ O FRACASSO DOS FENIANOS. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 71, 8 de junho de 1915, p. 2.

⁷⁶ Idem, ibidem.

⁷⁷ Patriotismo e governo. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano II, n. 16, 3 de agosto de 1909, p.1.

Na sociedade atual opõem-se duas classes, uma que pertencem os que possuem sem trabalhar - os capitalistas; outra que pertencem os que trabalham sem possuir - os proletários. (...)

Entre o assalariado moderno e o escravo antigo ou servo da idade média, não há nenhuma diferença essencial. No fundo, a sorte do assalariado é mais aleatória que a do escravo, pois que o capitalista não sendo já o proprietário do trabalhador, não tem o mesmo interesse que o negreiro em conservar a sua mercadoria em bom estado.⁷⁸

Além desse discurso sobre a situação de “assalariado moderno” na Primeira República, comparando o trabalhador ao “escravo antigo ou servo da idade média”, existia outro discurso. Nele, as diferenças e oposições das classes eram utilizadas para construir uma “identidade coletiva” (que veremos mais detalhadamente no terceiro capítulo). Nesse sentido, o trabalhador seria valorizado pela sua capacidade de trabalhar em oposição ao ócio dos patrões e das “classes perigosas”.

1.5 PRIMEIRA FASE DE *A VOZ DO TRABALHADOR*: “PREPARANDO O SOLO”

O periódico em sua primeira publicação, em de julho de 1908, ressalta as condições dos trabalhadores nacionais, sobretudo os do Rio de Janeiro. Segundo o editorial, o operário brasileiro vivia uma “situação subalterna de inferioridade econômica e, por consequência, a física e moral”, desta forma, o jornal se dispõem a ser o parta-voz da classe operária e denunciar os abusos cometidos pelos patrões. Ainda segundo o articulador, o trabalhador assalariado “tem um salário que só chega para não deixá-lo morrer de fome imediatamente, da qual, afinal, vem morrer prematuramente.”⁷⁹

As condições de trabalho nas fábricas cariocas foram destaques constantes nas páginas do editorial, denunciando abusos contra os operários, acidentes de trabalho, a exploração do trabalho infantil. Os textos ainda apontam os patrões ou então os mestres como os responsáveis pelos acidentes, segundo o editorial, os trabalhadores nacionais:

(...) são vítimas de uma parede ou andaime que desaba devido ao material empregado ou à desídia incapacidade dos mestres e empreiteiros, outras, é uma caldeira que explode ou engrenagem de uma máquina que agarra e despedaça os membros dos que a governam (...)⁸⁰

⁷⁸ CHALLAYE, Felicien. *A luta de classes. A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 36, 1 de agosto de 1913, p.1.

⁷⁹ A VOZ DO TRABALHADOR, *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1 de julho de 1908, p.1.

⁸⁰ Os acidentes de trabalho. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1 de julho de 1908, p. 2

Além desses motivos, segundo o mesmo texto, as condições de trabalho nas indústrias favoreciam acidentes, principalmente de “crianças de seis a doze [anos] em trabalhos superiores às suas forças” e que, muitas vezes, devido à tenra idade, deixam-se facilmente apanhar pelas máquinas. Ou então:

(...) com medo do azorrague dos contramestres se não mostrarem serviço, veem-se esses pequenos operários nas contingências de fazerem limpeza das máquinas com elas em movimento, do que resulta ficarem despedaçados nas engrenagens.⁸¹

Os acidentes no trabalho receberam atenção no Primeiro Congresso Operário, foi decidido o mesmo ponto de vista defendido pelo jornal, de “que o responsável dos acidentes no trabalho é sempre o patrão”. Isto porque as leis decretadas em prol dos trabalhadores a respeito do ambiente de trabalho, tais como condições das máquinas, iluminação da fábrica, dificilmente são assumidas pelos patrões. Diante disso o congresso aconselha aos sindicatos que “arbitrem a indenização que o patrão deve pagar” quando acontecer qualquer tipo de acidente, “forçando-o a isso pela ação direta.”⁸²

Apesar dos acalorados discursos dos editores pedindo subscrições voluntárias, o jornal, entre 15 de agosto á 22 de novembro de 1908, não foi publicado. Na edição de 22 de novembro os editores desabafaram sobre os motivos que levaram à não publicação do jornal neste período. Afirmaram que, mesmo diante da dificuldade enfrentada pela Confederação, os editores resolvem publicá-lo, ao invés de quinzenalmente, semanalmente:

A voz do Trabalhador volta hoje ao campo da luta disposta a empregar os maiores esforços para nela persistir. A indiferença dos companheiros e do operariado em geral foi a causa da forçada suspensão que nosso jornal sofreu. A comissão da Confederação estudou o assunto e resolveu iniciar a publicação semanal da *Voz do Trabalhador*, contando, porém, com as assinaturas, em vista da incerteza das subscrições voluntárias.⁸³

Mesmo diante do apelo, somente as três edições seguintes saíram semanalmente, ou seja, 22 e 23 de novembro e seis de dezembro, a próxima edição seria publicada somente em 13 de janeiro de 1909. A partir desta data até maio do mesmo ano, o periódico recebe

⁸¹ Idem, ibidem.

⁸² Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Gallego, à Rua do Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906 (IISG) *apud* PINHEIRO, Paulo Sergio, Hall, Michael M. *A classe... op. cit.*, p. 54.

⁸³ *A VOZ DO TRABALHADOR, A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 5, 22 de novembro de 1908, p.1.

edições mensais. Os responsáveis pelo jornal novamente convocam os operários para não o deixarem parar de circular:

De novo *A Voz do Trabalhador* teve que suspender a regularidade da sua publicação, por absoluta falta de recursos. Mais uma vez fomos enganados pelo nosso otimismo, deixando-nos arrastar por fáceis promessas de auxílio que de muitas partes nos vieram.⁸⁴

O artigo finaliza enfatizando que, mediante a situação atravessada, continuariam “a publicação do jornal da maneira que for possível”, o que realmente acontece.⁸⁵ O jornal não deixa de ser publicado, mas os meses de fevereiro e março de 1909 não receberam edição, além de reduzir seu formato, de 47/32 cm para 38/28 cm, conseqüentemente a quantidade de textos também é reduzida.

Ainda na primeira publicação de *A Voz do Trabalhador* os editores publicaram alguns textos explicando os motivos que os levaram a organizar um jornal estritamente operário, bem como seus objetivos. Em artigo, o periódico se intitula como o “baluarte defensor das reivindicações, proletárias, o eco dos clamores dos que sofrem as conseqüências de uma organização social baseada na desigualdade e na injustiça” propondo denunciar “ao público as infâmias cometidas nas fábricas e oficinas onde exerce a mais inumana exploração sobre mulheres e crianças”. O texto finaliza convocando o apoio de todos os proletários e dos homens de boa vontade, já que *A Voz do Trabalhador* não foi somente um jornal direcionado ao operariado, com discurso também direcionado a outras camadas da massa popular que sofriam as mesmas privações.⁸⁶

O jornal constantemente explicou os motivos e os porquês de sua publicação. Na primeira edição foram apresentados aos leitores, ou seja, aos trabalhadores, os objetivos do periódico: “agitar este proletariado que indiferente parece se conformar com a situação miserável e deprimente que atravessa”; defender a “emancipação dos trabalhadores” denunciar a tirania e exploração capitalista, bem como a linha ideológica que seria seguida, e enfatizando que a conquista da jornada de trabalho de oito horas é uma “necessidade imediata”, segundo o editorial:

⁸⁴ Explicação necessária. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 8, 13 de janeiro de 1909, p.1.

⁸⁵ Idem, ibidem.

⁸⁶ Trabalhadores. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1 de julho de 1908, p.2.

Iniciamos com o presente número a publicação periódica de *A Voz do Trabalhador*, órgão de uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária (...) *A Voz do Trabalhador* vem agitar este proletariado que indiferente parece se conformar com a situação miserável e deprimente que atravessa. (...) vem lutar, vem combater com toda a coragem e energia de que for capaz pelas reivindicações proletárias, não descansando enquanto as não conquistar. (...) O que desejamos, e havemos de conseguir, custe o que custar – é a emancipação dos trabalhadores da tirania e exploração capitalista, transformando o atual regime econômico do salariado e do patronato num regime que permita o desenvolvimento de organizações de produtores-consumidores, cuja célula inicial está no atual sindicato de resistência ao patronato. Como meio prático, como método de luta para alcançar tal *desideratum*, adotará e usará o sindicalismo revolucionário.⁸⁷

Em 17 de abril de 1909, *A Voz do Trabalhador* reaparece depois de dois meses sem ser editado, reforçando os seus objetivos e alertando os leitores sobre a “imperiosa necessidade para desenvolver o nosso movimento a publicação de um jornal genuinamente operário”. Mesmo diante as dificuldade, continuaram mediante os esforços necessários: “perseverando na nossa obra e provando que não nos desanimam as tentativas frustradas, tornamos a recomeçar de novo a publicação de *A Voz do Trabalhador*, sempre com a esperança de sermos bem sucedidos.”⁸⁸

Ainda segundo o editorial:

Embora lutando com grandes dificuldades a Confederação tem procurado dar sinais de vida, agindo sempre que as circunstancias reclamaram a sua intervenção.(...) O pagamento das cotas é feito com muita irregularidade; muitas associações ainda não pagaram senão com promessas. A comissão não sabe ao certo em que pé estão às sociedades confederadas devido á lamentável falta de correspondência que existe. É preciso que as associações confederadas estejam em correspondência direta com a Comissão Confederal (...) ⁸⁹

Devido às influências anarquistas no interior da COB os “meios de luta” propagados pelo editorial deveriam ser no plano econômico e não no político. Os métodos de ação direta defendidos pelos dirigentes eram a greve geral ou parcial, o boicote e a sabotagem. O periódico, em sua edição de três de agosto de 1909, explicou como e quando os trabalhadores deveriam empregar o boicote. Segundo o articulista:

⁸⁷ A VOZ DO TRABALHADOR. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1 de julho de 1908, p.1.

⁸⁸ AOS AMIGOS. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 9, 17 de abril de 1909, p.1.

⁸⁹ MOVIMENTO ASSOCIATIVO, *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 9, 17 de abril de 1909, p. 4.

Quando um patrão quer reduzir os salários, aumentar o horário de trabalho ou suprimir, por capricho, por ser mais conveniente que todos os outros, e sem causa justificada, algum operário da fábrica ou oficina, aplica-se a boicotagem a este patrão, por meio de anúncios, circulares, reuniões, manifestações, ou outros, meios que se julguem convenientes, convidando o público a que não compre os seus produtos, até ao dia em que aceda às reclamações apresentadas.⁹⁰

O artigo ainda apresentava alguns exemplos em que a prática da boicotagem foi aplicada e teve resultados positivos para o movimento, pois, diante da situação, o patrão se via obrigado a cumprir a exigências dos manifestantes. Já a sabotagem era considerada uma prática mais eficaz como método de luta pelos editores do periódico sindicalista. Sendo assim, por julgar “útil à definição e o incitamento à sua aplicação”⁹¹ o jornal aconselha:

Todos sabemos que os patrões escolhem atualmente, para aumentar a nossa escravidão, o momento em que nos é mais difícil resistir às suas pretensões, pela greve, único meio empregado até hoje como meio e tática de luta organizada. Impossibilitados, a maior parte das vezes, para se declararem em greve, os operários veem-se obrigados a aguentar novas e continuas exigências dos patrões. (...)

Com a sabotagem a coisa muda de aspecto; os trabalhadores podem resistir melhor, porque não estão, por exemplo, á mercê do patrão e porque não são a massa que o amo comprime como quer, tem nas suas mãos um meio de afirmar a sua vitalidade e provar ao opressor que ainda são homens. (...)

A sabotagem, além de se aplicar ás mercadorias pode também aplicar-se aos utensílios de trabalho. (...)

Com a sabotagem, essa obra de expansão reacionária, sinistra e ganancioso do patronato, sofrerá rude golpe, se for aplicada como método e com critério revolucionário.⁹²

Ou seja, na impossibilidade da realização da greve parcial ou geral, tanto o boicote como a sabotagem eram consideradas pelos sindicalistas revolucionários como armas de resistência eficaz contra a exploração capitalista, utilizadas sempre que preciso. Desta forma, juntando a “*boicotagem* com seu complemento indispensável, a *sabotagem*”, os trabalhadores teriam “uma arma de resistência eficaz que, no dia em os trabalhadores sejam suficientemente fortes para se emancipar integralmente, nos permitirá fazer frente à exploração de que somos vítimas.”⁹³

⁹⁰ MEIOS DE LUTA: A BOICOTAGEM, *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano II, n. 16, 3 de agosto de 1909, p.1.

⁹¹ MEIOS DE LUTA: A SABOTAGEM, *A Voz do Trabalhador, - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano II, n. 17, 30 de agosto de 1909, p. 2.

⁹² Idem, ibidem.

⁹³ Idem, ibidem.

Em sua primeira fase, o jornal passou por diversas dificuldades, entre elas financeiras, que afetava sua publicação regular e por outro lado era um reflexo das condições que Confederação Operária Brasileira (COB) enfrentou durante sua existência. Mas, os editores não deixaram de publicá-lo sempre que possível, não desanimando frente aos obstáculos, apelando quando necessário à compaixão dos simpatizantes para não deixarem fracassar a publicação do periódico.

O jornal ainda publicou a última edição da primeira fase, em nove de dezembro de 1909, e voltou a circular somente em primeiro de janeiro de 1913, às vésperas do Segundo Congresso Operário Brasileiro, reinaugurando, desta forma, sua segunda fase de publicação.

1.6 SEGUNDA FASE DE *A VOZ DO TRABALHADOR*: “A SEMENTE GERMINA”

Com a organização do Segundo Congresso Operário, em 1913, *A Voz do Trabalhador* reapareceu, assim como a Confederação Operária Brasileira, que, após longo período adormecida, voltou a atuar como órgão operário confederado. Segundo Paulo Sergio Pinheiro e Michael Hall, neste Congresso, em alguns momentos, a linguagem é mais militante em comparação ao Congresso de 1906, mas a linha ideológica continuou sendo o sindicalismo revolucionário.⁹⁴

A linha editorial do jornal também permaneceu a mesma defendida no primeiro Congresso. Porém, a partir das críticas recebidas de diversas associações, sobretudo de São Paulo e Santos, os editores reorganizam *A Voz do Trabalhador*. Eles reconheceram que, em sua primeira fase, o jornal realmente deixou um pouco a desejar como um órgão nacional, focalizando suas notícias e críticas sobre o movimento operário do Rio de Janeiro. As notícias sobre os trabalhadores de outros estados e países, eram reduzidas, enquanto informações sobre a situação operária carioca ganhavam mais espaço, tais como: situações dos trabalhadores das indústrias têxteis, greves realizadas na capital, eram constantemente noticiadas. Ou seja, foi em geral, na primeira fase, um órgão da Federação Operária do Rio de Janeiro e não da COB.

A respeito da publicação da *Voz do trabalhador*, a edição recebeu uma carta da União dos Sindicatos de São Paulo, em que a parte julgada por Manuel Moscoso como a mais importante foi publicada em primeiro de maio de 1909. A publicação reflete as críticas que o órgão da COB enfrentou ao longo de sua existência:

⁹⁴ PINHEIRO, Paulo Sergio, Hall, Michael M. *A classe... op cit.*, p. 171.

(...) Uma das causas da suspensão da *Voz* foi sua pouca aceitação como órgão confederal. Procuremos que seja um jornal bem aceito e que não se interesse quase exclusivamente do movimento do Rio de Janeiro, mas que faça uma crônica geral do Brasil e o resto do espaço dedique-se tudo a propaganda. A direção continuará sempre a cargo da Confederação. A impressão, por motivos de economia poderia ser feita aqui, encarregando disso nós.

Estamos perfeitamente de acordo quando à critica feita ao jornal. *A Voz do Trabalhador* não correspondeu muito bem às suas funções como órgão da Confederação Operária Brasileira. Até agora a sua ação foi mais de órgão local.⁹⁵

No segundo Congresso foi realizado um balanço a respeito das atividades do jornal nos últimos meses, seus pontos positivos e negativos. O jornal segundo os congressistas “na medida das suas possibilidades” foi “o reflexo de todo o movimento operário do Brasil”, considerada pelos “trabalhadores uma folha indispensável”, porém, “não foi durante este tempo um jornal completo, que satisfizesse amplamente os interesses da propaganda a que é destinado”.⁹⁶

As falhas cometidas na primeira fase não deveriam se repetir; assim o jornal reinicia sua publicação com uma tiragem de 3000 exemplares aumentando para 4000. Isto refletiu sua aceitação e divulgação por parte daqueles a quem era dedicado⁹⁷ ou o investimento que inicialmente a COB esteve disposta a fazer em sua divulgação. A segunda fase do jornal, diferentemente da primeira, teve melhor regularidade de publicações, passando a ser editada quinzenalmente e sobrevivendo até junho de 1915.

A edição de primeiro de janeiro de 1913 continha longo texto, intitulado “aqui estamos”, no qual os editores anunciaram o reaparecimento do jornal, discutindo os ideais que seriam por ele seguidos, e convocando todos os “oprimidos” para contribuírem com sua publicação, segundo o editorial:

⁹⁵ MOSCOSO, Manuel. O órgão da Confederação. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 10, 1 de maio de 1909, p.3.

⁹⁶ Relatório da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo congresso Operário Brasileiro reunido no Rio de Janeiro nos dias 8, 9, 10, 12 e 13 de setembro de 1913, Rio, 1914 64 p. (IISG) *apud* PINHEIRO, Paulo Sergio, Hall, Michael M. *A classe... op cit.* p. 217.

⁹⁷ Idem, *ibidem*.

Para que a luta iniciada com este ressurgir seja mais profícua, fecunda e duradoura é mister que todos que vivem esmagados, tolhidos em suas, pelo patronato odioso e por toda a quadrilha de verdugos, se dediquem com ardor, com amor verdadeiro, á causa que é de nós todos, auxiliando cada qual na altura de suas posses o periódico que se propõe, continuando a sua publicação por um lapso de tempo interrompida, ser o eco vibrante, como já o foi, das nossas aspirações, o veículo da nossa revolta e o semeador criterioso que levará em todos os recantos onde houver um oprimido a seiva do sindicalismo para que ele o compreenda e possa preparar-se, organizar-se e dar combate ao seu opressor fazendo o recuar (...).⁹⁸

A segunda fase do jornal tem um caráter mais militante e, sobretudo libertário, o discurso de emancipação dos trabalhadores e a incitação à revolta predominam em suas páginas. Os textos, em sua maioria, são incisivos e vibrantes no sentido e provocar a indignação e revolta do movimento operário. Os títulos já apontavam para o tom do discurso: “os abutres da classe operária”, “explorar, explorar! Sempre explorar”, ou então, “liberdade ou escravidão”, “abaixo o carnaval”, “frutos do capital”, entre outros, nos quais o caráter libertário predomina.

Apesar das dificuldades financeiras, os editores resolveram publicar um número especial para o Primeiro de Maio de 1913 quando a publicação recebeu duas páginas a mais que o habitual. Além do formato, a capa do jornal foi estampada por uma ilustração representando os ideais anarquistas para a data. Na imagem, um trabalhador era representado com os punhos cerrados a olhar para o horizonte, onde o sol nascente remetia ao surgimento da nova era de um novo porvir para a classe trabalhadora.

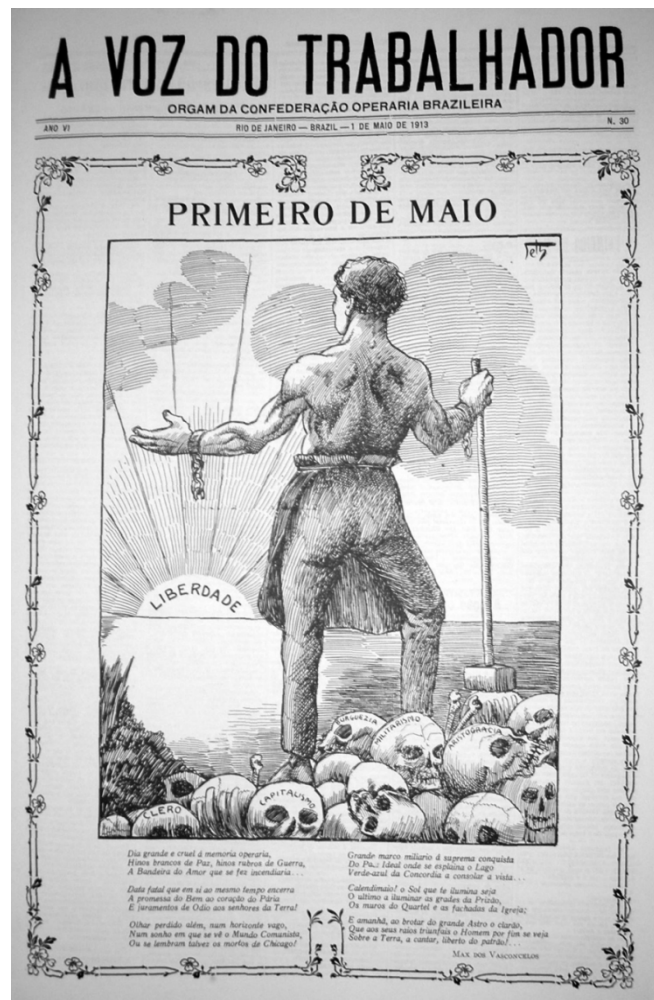
A imagem emblemática, além, de representar a visão anarquista para a data, é um forte indicativo da presença da militância anarquista no interior da COB, e assim nas associações operárias do Rio de Janeiro naquele momento. E ainda, mostra a intenção dessas “minorias” militantes em propagar os ideais libertários aos trabalhadores organizados em torno da Confederação. Ou seja, a imagem, por oferecer um poder de síntese maior que os textos doutrinários, carregados por simbologias e ideais políticos, é aqui utilizada pelos editores de *A Voz do Trabalhador* para propagar o ideário anarquista como forma de conseguir a emancipação e expropriação da sociedade capitalista e com isso seus instrumentos e instituições repressivas do operariado.

Na imagem, o trabalhador, com a sua roupa de trabalho, andava sobre os escombros do passado destruído, representado pelas instituições exploradoras do proletariado: a Igreja, o capitalismo, a burguesia, o militarismo e a aristocracia, considerados pelos

⁹⁸ AQUI ESTAMOS. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 22, 1 de janeiro de 1913, p.1.

libertários como os verdadeiros inimigos dos operários, sendo necessária sua destruição para assim construírem uma nova sociedade, baseada na igualdade e liberdade.

Segundo Raquel de Azevedo, as ilustrações utilizadas pela imprensa libertária teriam como função a transmissão de seus princípios ou a representação da condição operária. As imagens procuravam retratar a condição de vida operária, bem como a opressão no trabalho, tendo como principal objetivo intensificar o apelo à mobilização do leitor pela instigação e pela revolta.⁹⁹ No caso específico de *A Voz do Trabalhador*, mesmo sendo órgão da Confederação Operária Brasileira, a imagem com recurso didático foi utilizada uma única vez pelos editores do jornal. Possivelmente devido aos custos elevado para sua produção e reprodução naquele período.



A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira.
Rio de Janeiro, ano VI, n. 30, 1 de maio de 1913, p.1.
Versão Fac-similar – CDPH/Universidade Estadual de Londrina

⁹⁹ AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência...* op. cit., p. 170.

Na mesma edição de primeiro de maio de 1913, textos alusivos aos ideais libertários ganharam mais espaço devido à ampliação das páginas. Artigos exaltando o “verdadeiro significado” do Primeiro de Maio, defendido pelos anarquistas. Bem como textos sobre a ação operária, sua necessidade e consequências, opiniões sobre a greve geral, a importância da agitação contra a carestia de vida e o papel do sindicato no processo de emancipação operária.

Os recursos utilizados nessa edição em especial trouxeram despesas extras ao jornal e um déficit devido à publicação ampliada e à utilização da alegoria na primeira página.¹⁰⁰ Com isso o veículo seguiu as publicações sempre fazendo apelos aos leitores a fim de angariarem fundos para sua manutenção, apelos como “salvemos a nossa voz” eram utilizados frequentemente nos últimos meses de existência do jornal, apontando para um inevitável e previsível fim de sua publicação, segundo o editorial:

(...) Amigos, mais uma vez: vinde, TODOS, em auxílio do jornal. Acorrei com urgência, e tirá-lo da situação desesperada em que ele se encontra. A ajuda pronta, imediata, a ajuda de TODOS de conformidade com as posses de cada um, - eis a ajuda eficaz, eis a salvação. (...) ¹⁰¹

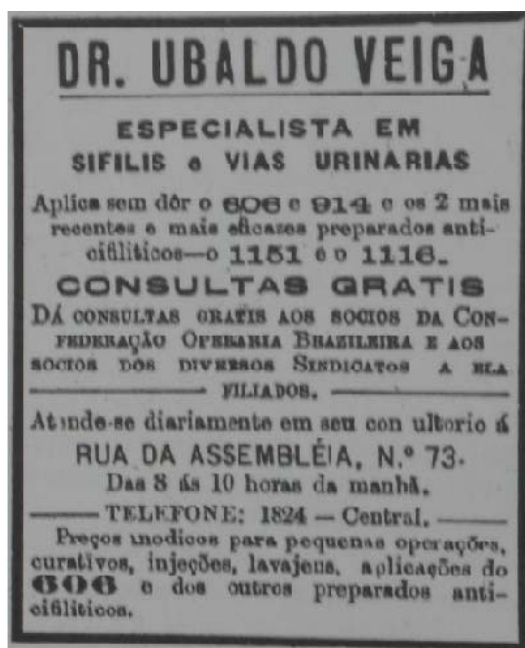
A circular finaliza depositando a responsabilidade, da edição do jornal, sobre os trabalhadores, alegando que “a vida de *A Voz do Trabalhador* depende só de vós, unicamente de vós, exclusivamente de vós. Esta é a ocasião de demonstrardes o vosso interesse por ela”.¹⁰²

A partir de Maio de 1914 o déficit do jornal aumenta consideravelmente, porém não afetando de imediato a sua publicação regular, que continua a circular quinzenalmente, até a última edição, em oito de junho de 1915, com o formato ainda ampliado de 55/37 cm de tamanho. Neste período, o jornal, a fim de minimizar o déficit, publica um único anúncio com um caráter mais comercial (segue a baixo), publicado ao lado de textos e livros doutrinários:

¹⁰⁰ *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 31, 15 de maio de 1913, p.1.

¹⁰¹ SALVEMOS A NOSSA “VOZ”. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 56, 1 de junho de 1914, p.1.

¹⁰² Idem, ibidem.



A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VII, n. 59, 20 de julho de 1914, p.4.

Mesmo diante dos esforços para manter o jornal em atividade, os editores não veem alternativa, pois não receberam as subscrições voluntárias suficientes para manter o periódico. Em outubro de 1914, os editores resolveram publicar os valores reais do déficit, para conseguir, mediante estes números, que as associações operárias ou os simpatizantes e “camaradas que nos ouçam mais uma vez” mandassem alguma contribuição, segundo o editorial:

(...) São as seguintes, as condições do jornal desde janeiro deste ano até agora:

O total do dinheiro entrado nestes 9 meses é de 1.822\$. e o total das despesas nesse mesmo período de tempo, é de 1.913\$300.

Publicados, de janeiro a setembro, 15 números, verifica-se que a média de entrada por número é de 121\$466 - e que a média de saída por número é de 127\$553. Continuando-se os cálculos, vê-se que a média do déficit por número é de 6\$305. Relativamente não é muito. Mas é que há a acrescentar o déficit vindo de 1913: 221\$000, que somados aqueles 92\$305 perfazem o déficit verificado no balancete que publicamos neste número: 312\$305. (...)

103

Em oito de junho de 1915 o órgão do COB encerra definitivamente suas atividades. No período publicado, havia nas páginas de *A Voz do Trabalhador* um grande esforço por parte dos editores em dar uma perspectiva nacional ao movimento operário, a fim

¹⁰³ A VOZ DO TRABALHADOR, *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 63, 1 de outubro de 1914, p.1.

de promover a união e organização do proletariado brasileiro; o que, de certa forma era dificultada, sobretudo pelas diferenças étnicas e posições ideológicas entre os trabalhadores brasileiros da época.

Os textos eram utilizados não somente para informar sobre a situação operária dentro ou fora das fábricas, mas também para alertar a importância de conscientização de seu papel dentro da sociedade. Os articulistas do periódico dignificavam os trabalhadores como os únicos produtores dos bens, devendo por isso serem os únicos que poderiam deles usufruir.

Nas duas fases foi um jornal extremamente informativo. Também promovia a emancipação proletária, tentando ser um legítimo porta-voz da classe operária. Segundo Paulo Sergio Pinheiro, houve, na Primeira República, outros jornais que faziam parte da imprensa operária e que também se esforçaram para serem informativos, mas “*havia em A Voz do Trabalhador* quase que um realismo, permitindo uma avaliação mais concreta do movimento”.¹⁰⁴

A Voz do Trabalhador, ainda segundo Pinheiro, pode ser considerado, no campo da imprensa proletária, um dos jornais mais influentes e importantes da primeira década do século XX. Demonstra que: “um jornal operário pode ser um documento de informação muito mais abrangente do que simplesmente um porta-voz de uma associação operária”. Em seus anos de existência “um jornal ágil e atualizado com as lutas de seu tempo” hoje como fonte sobre o movimento operário “é um manancial de informações sobre a classe operária no seu conjunto”, ou seja, o jornal como órgão da COB não defendeu apenas os interesses dos contingentes militantes, mas de toda a “falange de escravos do trabalho”.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Prefácio de edição *fac-símile* de *A Voz do Trabalhador*, por Paulo Sergio Pinheiro, 1985, p. VI.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. VII

CAP. II:

O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

2.1 ANARQUISMO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: DIVERGÊNCIAS E DEFINIÇÕES A RESPEITO DO TEMA

No início do século XX, militantes anarquistas encontraram terreno fértil no Rio de Janeiro para colocarem em prática suas teorias e ideias revolucionárias. De um lado, fertilizado pelas desigualdades sociais decorrentes do incremento do capitalismo no país. Por outro, pelo rumo que tomava a luta política que levará socialistas e anarquistas a encontrarem no sindicalismo o meio para colocar suas ideias e práticas em ação. Ou seja, as pouquíssimas conquistas obtidas na área social com a experiência reformista acabaram desiludindo os trabalhadores engajados na formação de partidos políticos, aliado com a percepção de que o sistema político era fraudulento, inviabilizando a vitória por meio parlamentar.

E ainda, os trabalhadores viam os patrões e o governo como inimigos e não depositavam esperanças na elaboração de leis que favorecessem a classe e, pior, que dificilmente seriam cumpridas. Com isso, o sindicalismo revolucionário canalizou esse estado de espírito da classe trabalhadora, levando-a a abrir mão do jogo político e a investir na negociação e manutenção dos acordos e conquistas com o patrão por meio da ação direta, de greves, manifestações, boicotes e sabotagem. A partir das derrotas e desilusões na política, a luta no campo econômico era mais eficaz no sentido de que começaram a surgir às primeiras vitórias, como redução na jornada de trabalho e melhores salários.¹⁰⁶

As análises sobre a atuação do movimento operário brasileiro da Primeira República com frequência atribuem caráter predominantemente anarquista às organizações sindicais e ao movimento operário. Em alguns casos classificando-as com o nome de sindicalismo revolucionário ou então de anarco-sindicalismo, todos de influências anarquistas. Cláudio Batalha critica essas tendências interpretativas:

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicalismo e revolução no Brasil (1906-1939)*. - 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. 2009.

A imagem mais corrente do operariado da Primeira República é a do italiano anarquista. Caricata, ela reúne dois componentes fundamentais: por um lado, a associação automática entre trabalhador e imigrante - este por sua vez, reduzido ao italiano; por outro, a atribuição de um ideário único, o anarquismo, àquele momento histórico. Tal noção é ainda reforçada por romances, filmes, novelas televisivas e até parte da produção acadêmica, não havendo espaço para o diverso ou para a dúvida.¹⁰⁷

Nos últimos anos, historiadores e pesquisadores brasileiros e internacionais têm se preocupado em restituir a historicidade do movimento anarquista brasileiro enfatizando a multiplicidade de experiências e a pluralidade de expressões presentes nas dinâmicas da classe trabalhadora. Entre eles Edilene Toledo (2004), Tiago Bernardon de Oliveira (2009), Alexandre Samis (2006), Felipe Corrêa (2011), apresentam suas análises com a finalidade de romper com generalizações e equívocos sobre as experiências do movimento sindicalista no Brasil. Assim, neste capítulo iremos discutir as abordagens e interpretações desses autores com a intenção de compreender qual a visão que os militantes sindicalistas da Confederação Operária Brasileira atribuíam ao sindicato, além de discutir a historiografia sobre o tema com novas abordagens para as análises sobre movimento anarquista.

O termo sindicalismo revolucionário foi por muito tempo associado e classificado de anarco-sindicalismo pela historiografia, bem como pelos próprios militantes sindicalistas e pelos adversários dos anarquistas, que nomeavam os militantes do movimento sindicalista de anarquistas, que naquele período significava reduzi-lo a baderna e terrorismo.

Desta forma, o conceito apresenta complexidades a serem consideradas pelos pesquisadores e historiadores ao analisar as experiências de um determinado grupo social. Ou seja, devemos observar sua dinâmica ao longo da história, suas características e particularidades que tanto distanciam como possibilitam nomeá-las a partir de sua trajetória. Ou ainda, “é preciso levar em conta” as diferenças “para poder compreender se existem ou não aproximações que permitem que esses grupos sejam identificados ou auto-identificados pela mesma nomenclatura política.”¹⁰⁸

Devido às condições estruturais do país e da composição da classe trabalhadora, o anarquismo no Brasil destacou-se por meio do movimento sindical, sobretudo nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, onde o movimento sindicalista desempenhou um papel significativo na organização da classe trabalhadora.

¹⁰⁷ BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p. 7.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo... op. cit.*, p.30.

A aproximação dos militantes anarquistas com os sindicatos se deu no contexto internacional, a partir das experiências e lutas dos trabalhadores europeus no final do século XIX e depois se propagou para outras regiões por meio da propaganda e dos movimentos migratórios. Neste processo de construção de um projeto sindicalista internacional “as lutas dos trabalhadores em cada país passaram a exercer uma influência importante sobre o comportamento dos trabalhadores de outros países.”¹⁰⁹ Ou seja, o imigrante não apenas trazia ideias, mas também retornava com modelos e experiências novas.

Sendo assim, cabe aqui fazer uma apresentação inicial sobre os conceitos de anarquismo e sindicalismo revolucionário. Por anarquismo entendemos uma ideologia¹¹⁰, que para muitos autores ao longo da história adotou “diferentes estratégias” para avançar rumo aos seus objetivos. Uma das estratégias adotadas foi o sindicalismo revolucionário, impulsionada em grande parte pelos anarquistas mundialmente, os quais, na maioria dos casos detiveram a hegemonia do movimento.¹¹¹

Não fazer esta distinção entre o que constitui os conceitos de ideologia e estratégia, implica em repetir interpretações e análises equivocadas e generalizantes sobre a atuação do movimento sindical.

Nessa concepção, o anarquismo é como um sistema com a função de orientar mentes e comportamentos políticos coletivos, que compreende um programa e uma estratégia para sua atuação.¹¹²

No Brasil, o anarquismo começou a se difundir, sobretudo a partir dos anos 1890 “através de grupos de propaganda e periódicos, que atingiram um público mais amplo do que as experiências de comunidades libertárias rurais, como a Colônia Cecília (1890-94)”. Segundo Cláudio Batalha, em sua maioria, os militantes anarquistas no país, seguiram as posições do russo Pedro Kropotkin e do italiano Errico Malatesta¹¹³; uma minoria, seguidores

¹⁰⁹ TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 55-56.

¹¹⁰ No Dicionário do Pensamento Social do Século XX o conceito de ideologia refere-se “a uma ciência (ou logos) de ideias”, ou seja, um conjunto de ideias e de valores. In: *Dicionário do pensamento social do Século XX* / editado por William Outhwaite; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1996, p. 371.

¹¹¹ CORRÊA, Felipe. *Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. Faísca Publicações Libertárias, 2011, p. 11.

¹¹² Idem, *ibidem*, p. 30.

¹¹³ Errico Malatesta (1853-1932) nasceu na cidade de Santa Maria de Capua Vatare localizada no Sul da Itália. Seu pai era um homem de ideias liberais e Malatesta também militou no movimento republicano, mas logo tornou-se anarquista. Aos 14 anos de idade inicia sua atividade política. Entre as influências que contribuíram para o desenvolvimento da militância de Malatesta foi as do seu grande inspirador Mikhail Bakunin, que conheceu pessoalmente aos 19 anos na Suíça. Errico Malatesta se refere ao Bakunin como “o grande revolucionário, aquele, a quem todos nós vemos como nosso pai espiritual.” Foi militante ativo do anarquismo em diversos países, atuando inclusive na Argentina, onde viveu por vários anos. Em 1871

do alemão Max Stirner. Os primeiros representantes da corrente que se convencionou chamar de “anarco-comunista”, e os segundos “anarco-individualista”, as diferenças fundamentais entre as duas correntes “residia sobretudo na maneira de encarar a ação anarquista e a transformação social: a ação individual, para os individualistas, e coletiva, para os comunistas.”¹¹⁴

Porém, essas diferenças entre as duas correntes não se apresentam internamente homogêneas (em ambas as vertentes), pois, existiam militantes que defendiam a luta sindical e ao mesmo tempo aqueles que se opunham a ela. Essas divergências sobre a adesão ou não ao sindicato como meio estratégico de resistência anarquista, levou muitos pesquisadores a classificar equivocadamente a atuação do movimento sindicalista no início do século XX, atribuindo o termo de anarco-sindicalista devido à presença anarquista nas associações operárias.

2.2 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E AS ABORDAGENS EM TORNO DO TEMA

Felipe Corrêa, no livro “*Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*”, defende, tal como outros autores, o anarquismo como uma ideologia, com “meios” e “fins” e não como anarquismos. Desta forma, para o autor o sindicalismo revolucionário não é uma corrente autônoma, mas uma estratégia do anarquismo. Para o autor, parte do equívoco que fez com que a historiografia sobre o anarquismo qualificasse o sindicalismo revolucionário como ideologia independente ou o enquadrasse no que se passou a chamar de “anarco-sindicalismo”, teve início na atuação do próprio movimento anarquista no Brasil, que segundo Corrêa, tem divergências sobre o caminho a percorrer e os meios para colocar em prática as teorias libertárias.

Ou seja, para Felipe Corrêa, no Brasil no início do século XX, há duas estratégias distintas entre os anarquistas: de um lado, o que os autores Michael Schmidt e Lucien van der Walt “chamam de ‘anarquismos de massas’, análoga do ‘organizacionismo’”; por outro, o que os mesmos autores “chamaram de ‘anarquismo insurrecionalista’ análogo do ‘antiorganizacionismo’”, ambos possuindo diferenças. Nas definições de Corrêa:

Malatesta adere à Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989.

¹¹⁴ BATALHA, Cláudio. *O movimento... op. cit.*, p. 21-24.

No ‘antiorganizacionismo’ brasileiro reuniam-se, para além daqueles que defendiam as posições insurrecionais como motivadoras de movimentos transformadores, aqueles que, também contrários à organização, sustentavam a educação como principal maneira dos anarquistas trabalharem nos meio populares, (...) Isso não quer dizer que todos os que defendiam a educação eram ‘antiorganizacionismo’ (...) a diferença entre ‘organizacionistas’ e ‘antiorganizacionismo’ sobre esse aspecto de dava fundamentalmente sobre a melhor maneira e os melhores meios para se promover essa educação. Para os primeiros, os sindicatos eram os meios mais adequados para promover a educação, para os segundo, não.¹¹⁵

Ainda segundo Felipe Corrêa muito se tem afirmado de que havia diversos “anarquismos” com suas múltiplas correntes internas e muitas conflitantes entre si, o que de certa forma dificulta uma definição mais geral que englobe o que há de comum entre as concepções filosóficas de cada uma. Diante disso, Alex Sandro Barcelos Côrtes propõe que “o mais correto seria referir-se, não ao anarquismo, como único e monolítico, mas aos anarquismos, idéias plurais e práticas baseadas na propaganda pela ação direta, meios de construção de uma sociedade libertária.”¹¹⁶

Já para Felipe Corrêa, há estratégias distintas dentro do anarquismo e, com base nessa afirmação, o autor entende que se deve pensar na divisão clássica “dos anarquismos”, ou melhor, das três correntes fundamentais: anarco-sindicalismo, anarco-comunismo e anarco-individualismo. Portanto, ainda segundo, o autor “é possível concluir que existe um anarquismo, definido pelos seus princípios político-ideológicos, e diferentes estratégias.”¹¹⁷

Desta forma, durante a Primeira República, existiram dois tipos de estratégias anarquistas no movimento anarquista brasileiro. Uma defendia os sindicatos como principal estratégia para a educação e conscientização dos trabalhadores; a outra era contra a organização em associações de resistência.

A partir do entendimento de Corrêa, as categorias de análise que explicam o anarquismo como uma confluência de ideias, pode-se classificar o anarquismo em duas estratégias fundamentais: o “anarquismo insurrecionalista” e o “anarquismo de massa.”

A primeira estratégia compreende o sindicato como um mecanismo incompatível com o anarquismo por julgar seus princípios reformistas. Ou seja, o “anarquismo insurrecionalista” acreditava que o sindicalismo não é eficaz na mudança definitiva da sociedade capitalista, mas apenas promove reformas no sistema. O método de luta, defendido

¹¹⁵ CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 80.

¹¹⁶ CÔRTEZ, Alex Sandro Barcelos. *Raízes do anarquismo no Brasil*. In: DIMINICIS, Rafael Borges e REIS Filho, Daniel Aarão (orgs.). *História do anarquismo no Brasil - Vol. I*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2006, p. 56.

¹¹⁷ CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 50.

por essa vertente, é atribuída à ação armada, a propaganda pelo fato, contra a classe dominante e suas instituições, como principal meio para despertar uma revolta espontânea revolucionária. Ainda segundo Corrêa:

O ‘anarquismo insurrecionalista’ considera que a lutas populares de massas são inúteis¹¹⁸ e somente ajudam a fortalecer o *status-quo* e, por esse motivo, essa estratégia busca somente a revolução (...) Essa estratégia considera que o anarquismo não deve ser difundido pelas palavras ou pelos escritos, mas por fatos (...).¹¹⁹

A partir dessa posição o sindicalismo é considerado um movimento burocrático que deve ser evitado como estratégia por buscar melhorias a curto prazo. Por outro lado, o “anarquismo de massa” entende o sindicalismo com instrumento inseparável para a transformação social, nas palavras de Schmidt, citado por Corrêa, ele:

(...) enfatiza a visão de que somente os movimentos de massa podem criar uma transformação revolucionaria na sociedade, que tais movimentos são normalmente construídos por meio de lutas em torno de questões imediatas e de reformas (em torno de salários, brutalidade policial ou altos preços etc.), e que os anarquistas devem participar desses movimentos para radicalizá-los e transformá-los em alavancas de transformação revolucionária.¹²⁰

O “anarquismo de massas” é contrário aos atos individualistas, chamando a atenção de que somente os movimentos de massa conduzem à transformação social. Essa estratégia enfatizava que os movimentos são construídos por meio de lutas em torno de questões imediatas. Ou seja, por meio de reformas (melhorias imediatas) é que os anarquistas devem participar desses movimentos para levar o espírito revolucionário e transformá-los em alavancas da transformação revolucionária. O “anarquismo de massas”:

(...) é completamente favorável à organização e defende que a transformação social só pode se dar pelo protagonismo dos movimentos populares, sejam eles construídos nos locais de trabalho (pelo sindicato ou outras estruturas) e/ou nas comunidades, sempre em torno da necessidade.¹²¹

¹¹⁸ Ao termo comumente utilizado de “individualismo anarquista” deve muito á estratégia insurrecionalista, principalmente por suas posições contrárias a organização. Apesar de apresentar-se como uma estratégia minoritária foi a que mais se difundiu no imaginário popular no início do século XX, forjando a imagem da anarquista terrorista detonado de bomba.

¹¹⁹ CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 51.

¹²⁰ SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Black flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: Ak Press, 2009, *apud* CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 52.

¹²¹ CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 52.

Nestas definições, devemos destacar a diferença na proposta do sindicalismo reformista, pois, o “anarquismo de massa” defende reformas desde que sejam conquistadas pelos próprios trabalhadores e não vindas de “cima”, por acordos entre populares e a classe dominante.

A partir das definições entre as estratégias adotadas pelos anarquistas no Brasil do período abordado, Felipe Corrêa alega que, devido ao não entendimento e desconhecimento dessas diferenças por parte dos pesquisadores, muito se contribuiu para o emprego errôneo dos termos: “anarco-sindicalismo” para se referir às experiências de sindicalistas revolucionários; “anarco-sindicalistas” para referir-se aos anarquistas que defendiam a atuação nos sindicatos. Ainda para autor, o sindicalismo revolucionário e o “anarco-sindicalismo” tem diferenças fundamentais que devem ser consideradas no que diz respeito à concepção e práticas revolucionárias. Em suas palavras o:

(...) sindicalismo que sustentava a neutralidade, a independência e a autonomia dos sindicatos, ou seja, sua não vinculação a qualquer corrente política e ideológica constitui o sindicalismo revolucionário. O sindicalismo revolucionário nunca se colocou, explicita e conscientemente, em vínculo com o anarquismo. E isso não invalida a afirmação feita anteriormente: o sindicalismo revolucionário é uma estratégia do anarquismo – um vetor social -, que foi impulsionada determinadamente pelos anarquistas, ainda que tenha tomado corpo em todo um contingente popular amplo de anarquistas e não-anarquistas, corpo esse que constitui sua verdadeira base (...).¹²²

Assim, para ele, a diferença principal entre sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo, é que o primeiro “nunca se vinculou explicita ou conscientemente ao anarquismo, diferentemente do segundo”, como no caso das experiências na Argentina, na Espanha e na França, onde as organizações de federações operárias mantinham uma vinculação direta ao anarquismo.¹²³

Ou seja, a interpretação do autor, aponta para as diferenças e divergências no interior do movimento anarquista no Brasil nos primeiros anos do século XX e também em âmbito internacional. Alegando que no Brasil o que houve foi um sindicalismo revolucionário e não anarco-sindicalismo. Para isso, entende que os militantes anarquistas, assim como Errico Malatesta, defendiam a entrada nos sindicatos “sustentando que os sindicatos seriam

¹²² Idem, ibidem, p. 83

¹²³ Idem, ibidem.

não somente um meio, mas o melhor meio para se chegar à revolução”. Para “Malatesta, os sindicatos seriam somente um meio, visto que o fim seria a anarquia”.¹²⁴

Em outras palavras, os militantes anarquistas “puros” tinham algumas reticências em relação ao sindicalismo, mas, entendiam sua importância “colocando-o como um pilar da ação anarquista”. E ainda, segundo o autor, o que viabilizou a escolha do sindicalismo revolucionário como principal estratégia do movimento anarquista no Brasil, foi o caráter de neutralidade como requisito indispensável para a constituição dos sindicatos. Era essa a estratégia “recomendada e adotada pela maior parte dos anarquistas brasileiros que eram, em grande medida malatestianos”, como é o caso do militante anarquista adepto do sindicalismo revolucionário Neno Vasco¹²⁵, que atuou no Brasil neste período.¹²⁶

O fato de o sindicalismo revolucionário ter desempenhado um meio estratégico do anarquismo no Brasil, por exemplo, em parte pode ser explicado a partir das teorias de Malatesta, pois o teórico defende que:

(...) Os anarquistas nos sindicatos deveriam lutar para que estes permaneçam abertos a todos os trabalhadores qualquer que seja sua opinião e partido, com a única condição de ter solidariedade na luta contra os patrões; deveriam opor-se ao espírito corporativo e a qualquer pretensão de monopólio da organização e do trabalho. Deveriam impedir que os sindicatos servissem de instrumentos de politicagem para fins eleitorais ou para outros propósitos autoritários, e praticar e instruir a ação direta, a descentralização, a autonomia, a livre iniciativa; deveriam esforçar-se para que os organizadores aprendam a participar diretamente na vida da organização e a não criar necessidade de chefes e de funcionários.¹²⁷

Desta forma, os anarquistas entendiam a necessidade de organizar os trabalhadores em associações, em sindicatos para fortalecerem a luta. Por meio da educação e da união, esperavam-se avanços nas lutas por melhores condições de vida e de trabalho de todos, e não apenas dos sindicalizados. E ainda, os militantes anarquistas não deveriam impor sua ideologia levando ao desentendimento e conseqüentemente ao enfraquecimento do movimento.

¹²⁴ Idem, *ibidem*.

¹²⁵ Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos, mas conhecido no meio operário como Neno Vasco, era um advogado português que chegou a São Paulo por volta de 1900. Em 1902 participou da fundação do jornal anarquista *O Amigo do Povo*, juntamente com outros militantes anarquistas. Foi um dos principais adeptos e propagandistas das ideias de Malatesta no Brasil, seus escritos e suas ideias sobre o sindicalismo revolucionário foram estampados nas colunas do jornal da Confederação Operária Brasileira *A Voz do Trabalhador* e no jornal do Porto *Aurora* (1914) de Portugal. Faleceu em Portugal em 15 de setembro de 1920. Para saber sobre Neno Vasco ver SAMIS, Alexandre. *Minha pátria... op. cit.*

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 91-93.

¹²⁷ MALATESTA, Errico. Los anarquistas y los movimientos obreros. In: RICHARDS, Vernon. Malatesta: pensamiento e acción revolucionários, p. 111-130. *apud* CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 91.

Segundo Alexandre Samis Neno Vasco entendia que a luta coletiva era:

(...) a mais acertada forma de fazer a revolução, pois nesta não era preciso contar apenas com espíritos abnegados e corajosos, difíceis de se encontrar, salvo esporadicamente. (...) Neno via assim a necessidade de preparar os anarquistas para inserção nas massas, estimulando insurreições e indicando modelos a partir da propaganda de levantamentos que vinham acontecendo mundo afora.¹²⁸

Felipe Corrêa entende que a atitude dos anarquistas “organizacionistas” no Brasil de enxergar o sindicalismo revolucionário como estratégia foi, sem dúvida, marcante e difícil de ser desvinculado do anarquismo como ideologia. O autor diverge da interpretação de Edilene Toledo que defende o sindicalismo revolucionário enquanto uma corrente autônoma e independente do anarquismo, mas reconhece que muitos anarquistas aderiram ao movimento sindical sem abandonar sua ideologia, como o militante Giulio Sorelli, analisado pela autora em seu estudo. Ou então, o caso de Neno Vasco que ajudou a construir o sindicalismo revolucionário no Brasil, mas que também não abandonou o anarquismo após sua escolha pelo sindicalismo. Desta forma, a proposta defendida por Felipe Corrêa sugere ser possível, a partir destes casos, considerar o sindicalismo revolucionário como estratégia anarquista, e, portanto, parte do que envolve a tradição do anarquismo.

Assim, na discussão sobre as tendências interpretativas sobre o movimento anarquista no Brasil, serão analisada a teses elaboradas por Edilene Toledo (2004), e leitura do sindicalismo revolucionário proposta por Tiago Bernardon de Oliveira (2009) para compreendermos a atuação do anarquismo no movimento operário brasileiro do início do século XX. Afinal, assim como foi ilustrado por Felipe Corrêa, o movimento anarquista no Brasil apresenta divergências e diferenças no que diz respeito à estratégia e aos meios a serem adotados.

2.3 O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: PARA ALÉM DE UMA ESTRATÉGIA ANARQUISTA

No estudo, “*Anarquismo e sindicalismo revolucionário...*”, Edilene Toledo analisa as experiências dos trabalhadores e militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários em São Paulo na primeira República por meio da trajetória do militante Giulio Sorelli. Segundo a autora, o movimento operário no início do século XX, em geral é associado no todo ao

¹²⁸ SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Niterói - Tese (Doutoramento) Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 139.

anarquismo, devido ao fato de atribuir um caráter anarquista ao movimento sindicalista. E, desta forma, chama a atenção para a complexidade que envolve o tema e os problemas de uma síntese explicativa.

Para Edilene Toledo as resoluções dos principais congressos operários do período, bem como os textos publicados nos jornais e documentos das federações e ligas operárias, evidenciam o fato de que, no início do século XX, o movimento operário foi em vários momentos, mais sindicalista revolucionário do que anarquista. Isso significa dizer que a versão brasileira do projeto francês era mais sindicalista do que revolucionária. Desta forma, a autora aproxima sua tese às de Paulo Sergio Pinheiro e Michael Hall.¹²⁹ Segundo os autores, as resoluções dos principais congressos do período, sobretudo o Primeiro Congresso Operário, realizado no Rio de Janeiro em 1906, têm, em sua essência, ideias mais sindicalistas do que propriamente anarquistas. Na visão dos autores, do anarquismo quase não se encontra nada.¹³⁰

Ou seja, em seu estudo sobre a atuação de militantes anarquistas no interior do movimento sindicalista brasileiro, sobretudo em São Paulo, Edilene Toledo nos apresenta as disputas entre os militantes libertários para definir o melhor e mais eficaz meio à conquista de direitos e de melhores condições de trabalho e vida para a classe trabalhadora, frente às instituições da classe dominante e também pelas divergências (políticas, ideológicas e étnicas) internas da classe trabalhadora. Ao destacar a particularidade do movimento operário em São Paulo no início do século XX, a autora compreende que o enquadramento da atuação dos trabalhadores “não pode ser reduzido somente ao movimento anarquista, uma vez que a experiência dos trabalhadores paulistas envolveu diferentes ideias e comportamentos políticos.”¹³¹

As definições de Toledo convergem com as de Felipe Corrêa, em apenas um aspecto, para ambos, o que houve no Brasil, neste período, foi muito mais um sindicalismo revolucionário do que propriamente um movimento anarquista. Mas, Edilene Toledo ressalta que existem tanto convergências como divergências entre os militantes anarquistas e sindicalistas que, desta forma conduzem ao perigo de explicações generalizantes. Para a autora, anarquismo:

¹²⁹ PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. *A Classe... op. cit.*

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 41.

¹³¹ TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 11-12.

(...) significa viver sem governo, ou seja, o anarquismo é a doutrina política que prega que o Estado é nocivo e desnecessário, existindo alternativas viáveis de organização social voluntária. Anarquia era – e é – quem, por meio da livre experimentação, se propõe a criar uma sociedade sem Estado, modificando-a pouco a pouco, cuja base são comunidades autogeridas, em que haja o máximo de liberdade com o máximo de solidariedade e fraternidade.¹³²

A autora define o anarquismo como uma ideologia, um movimento que defende o fim do Estado, ou seja, uma visão de mundo, de crítica à expansão do capitalismo da presença do Estado. Pois, na visão libertária o Estado representa a fonte de todos os males sociais; uma vez eliminado, a sociedade poderia se constituir em uma rede de relações entre livres e iguais “em que o equilíbrio natural entre liberdade e ordem se daria pela cooperação voluntária.”¹³³

Ainda segundo Toledo, as divergências entre os militantes anarquistas que atuavam ou não no movimento sindicalista dizem respeito aos objetivos a alcançar e sobre o caminho a percorrer para atingi-lo, ou seja, sobre as táticas e estratégias mais eficazes, em suas palavras:

(...) enquanto uns acreditavam nas insurreições, outros apostavam nos atos individuais de violência; uns escolheram a propaganda e a educação de todos os homens, enquanto outros elegeram o mundo do trabalho como espaço privilegiado para a propagação de suas ideias. Uma das maiores polêmicas e divergências entre os anarquistas foi sobre se deveriam atuar ou não nos sindicatos e como fazê-lo.¹³⁴

Toledo, ressalta as diferenças e os confrontos entre as teorias e práticas do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, demonstrando suas distinções. Para ela, as divergências centrais estão em torno do papel do sindicato no conjunto de ideias e práticas. Enquanto para os anarquistas puros, “o sindicato era algo a ser combatido ou instrumentalizado como espaço de propaganda que desapareceria na sociedade futura, assim como todas as instituições do mundo burguês”; para os sindicalistas revolucionários “o sindicato seria a base da sociedade futura, por meio da qual os trabalhadores organizariam a produção e a distribuição das riquezas, substituindo a autoridade e as funções do Estado”¹³⁵

Ainda em suas palavras:

¹³² Idem, ibidem, p. 12.

¹³³ Idem, ibidem.

¹³⁴ Idem, ibidem, p. 13.

¹³⁵ Idem, ibidem, p. 14.

Enquanto os primeiros (anarquistas) sonhavam com uma federação de indivíduos, os segundos (sindicalistas revolucionários) imaginavam um mundo que fosse uma federação de sindicatos. Enquanto para os sindicalistas revolucionários as vantagens obtidas pelos trabalhadores eram a preparação da sua emancipação, para muitos anarquistas eram parte de um reformismo nocivo que faria que sociedade capitalista se perpetuasse.¹³⁶

Desta forma, segundo a autora, o movimento sindicalista revolucionário da Primeira República, constrói sua identidade reunindo ideias tanto anarquistas quanto socialistas, ao mesmo tempo em que a condenam. Para Toledo, o sindicalismo revolucionário se constituiu em um plano internacional a partir da década de 1890 com as experiências e atuação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) francesa. Então, o surgimento da ideologia sindicalista acontece “dentro dos sindicatos, com a prática da ação direta, e depois ganha forma de doutrina política, reunindo ideias socialistas e anarquistas.”¹³⁷

Já Corrêa situa o surgimento do sindicalismo revolucionário, também como projeto internacional, mas antes de 1890. Segundo o autor, “a origem do sindicalismo de intenção revolucionária não pode resumir-se” ao surgimento do termo “sindicalismo revolucionário” dos anos 1890, em grande parte associado à Confederação francesa, e “nem mesmo ao surgimento da própria CGT.”¹³⁸

Ou seja, para ele, as origens do sindicalismo revolucionário estão associadas às experiências da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) nos anos 1870 e 1880, pois, segundo o autor, não se diferenciam do sindicalismo revolucionário que seria praticado e defendido pela CGT em 1890, pois, “as origens do sindicalismo revolucionário” estariam localizadas historicamente “na AIT e nas experiências sindicais que tomaram corpo, dentro de uma perspectiva revolucionária, na Espanha, em Cuba, nos EUA e no México.”¹³⁹

Para Edilene Toledo o termo sindicalismo revolucionário tanto na França como no Brasil surge “como prática sindical, envolvendo militantes de diferentes tenências políticas” e não apenas anarquista. Nas palavras da autora o sindicalismo revolucionário pode ser resumido como:

¹³⁶ Idem, *ibidem*.

¹³⁷ Idem, *ibidem*, p. 13.

¹³⁸ CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 61.

¹³⁹ Idem, *ibidem*.

(...) uma prática sindical que se constitui como corrente política autônoma; é um movimento em defesa do sindicato como o único órgão capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não-associação deste último a qualquer corrente política, o que se traduz em garantia de sua autonomia e da superação das divisões entre os trabalhadores.¹⁴⁰

Apesar da autonomia política e ideológica defendida pelos militantes sindicalistas revolucionários, o sindicato era visto por muitos anarquistas como uma extensão da sociedade capitalista e, desta forma, deveria ser evitado. O discurso anarquista contra o sindicalismo se dava segundo a concepção libertária de que os sindicatos só queriam emancipar os sindicalizados e não toda a classe trabalhadora ou humanidade como queriam os anarquistas “puros”. Porém, apesar das duras críticas, “o sindicalismo era o único modo de não se limitar à propaganda teórica” e ainda para outros desempenharia um papel mais eficaz em que o “sindicato seria a base sobre a qual se ergueria a nova sociedade.” Desta forma “muitos” anarquistas/ou não “mergulharam nas ideias e na prática do sindicalismo revolucionário e viram no sindicato seu principal e mais eficiente espaço de atuação.”¹⁴¹

Ou seja, para a autora o sindicalismo revolucionário se constitui não apenas em um plano por objetivos a serem alcançados em curto prazo, mas também, em longo prazo, representados pela construção de uma sociedade em que a propriedade seria gerida pelos trabalhadores por meio do sindicato, um futuro com o Estado substituído pelo sindicato.

Apesar das divergências, não resta dúvida sobre a importância atribuída ao sindicato como meio de luta econômica e na visão de Toledo também política, do movimento operário brasileiro do início do século XX. O movimento sindicalista se fez presente no cenário do Rio de Janeiro neste período, representando um importante espaço para a organização, lazer e educação da massa trabalhadora. Em seu interior, não apenas o anarquismo se fazia presente enquanto ideologia, mas também, como chama a atenção Toledo, socialistas, sindicalistas revolucionários ou então aqueles que não professavam uma ideologia, mas viram no sindicato uma forma de melhorar sua vida.

E, a partir destes aspectos - da neutralidade política e ideológica - constituíram-se as críticas dos anarquistas ao sindicato. Ao mesmo tempo, foram à base para Toledo afirmar que, por reunir ideias anarquistas e socialistas pela autonomia dos sindicatos, este não era simplesmente uma estratégia do anarquismo como entendem Samis (2009), Corrêa (2011) e

¹⁴⁰ TOLEDO, Edilene. *Anarquismo... op. cit.*, p. 13.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 47.

Bernardon de Oliveira (2009), para citarmos somente pesquisadores brasileiros, mas uma corrente autônoma em relação ao anarquismo, com fundamentos e ideias próprias.

Para Cláudio Batalha (2003) o sindicalismo revolucionário também se apresenta como uma ideologia independente do anarquismo. O autor concorda com Toledo, pois, na visão de Batalha essa corrente “não foi uma mera ramificação do anarquismo, mas uma corrente autônoma, fundamentada em uma doutrina própria” que compartilhava tanto “elementos do anarquismo, como a ação direta e o federalismo, como do marxismo, a exemplo a luta de classes.”¹⁴²

Segundo Edilene Toledo “as relações entre sindicalismo revolucionário e anarquismo são bastante complexas e de forma alguma um pode ser reduzido ao outro”. A autora entende que parte do equívoco “de associar todo movimento operário da Primeira República ao anarquismo foi” resultado das interpretações e análises que incorporam o “sindicalismo revolucionário ao anarquismo” nomeando com o termo de “anarco-sindicalismo.”¹⁴³

Como vimos, o termo “anarco-sindicalismo” deve ser utilizado com certo cuidado para classificar a atuação do sindicalismo no movimento operário. Pois, existem diferenças fundamentais entre o que se considera de “sindicalismo revolucionário” e “anarco-sindicalismo”.

Segundo Toledo, parte do equívoco em classificar o movimento sindicalista da Primeira República de “anarco-sindicalismo” desaparece quando se definem as origens e as bases do sindicalismo revolucionário. Para a autora as bases e os fundamentos estão no texto aprovado no congresso da CGT realizado na França em 1906 na Carta de Amiens. Sendo assim, ela considera o modelo da CGT francesa a fonte inspiradora para o movimento sindicalista brasileiro, que se desenvolveu neste período no país. Os objetivos centrais das sindicalistas franceses, ainda segundo a autora, eram “organizar os trabalhadores na defesa de seus interesses morais, econômicos e profissionais, sem associar essa luta a qualquer partido ou tendência política”.¹⁴⁴

A partir desta visão, no sindicato todos eram operários e deveriam deixar suas ideologias para a vida do lado de fora das associações, contribuindo para as críticas dos

¹⁴² BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 161-189, 2003, p. 178.

¹⁴³ TOLEDO, Edilene. *Anarquismo... op. cit.*, p. 48-49.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 49.

anarquistas sobre sua eficácia, gerando ainda variações de interpretações entre os adeptos do movimento sindical, segundo a autora:

Para alguns, o sindicalismo revolucionário era o anarquismo operário, um anarquismo realista e concreto que não se satisfazia com negações ou afirmações abstratas e que confiava na classe operária. Para outros, tendo nascido de um duplo movimento de reação contra o desvio do socialismo na política parlamentar e o desvio do anarquismo no intelectualismo, no antiorganizacionismo ou no terrorismo, o sindicalismo pretendia ultrapassar a ambos e assumir a direção da emancipação operária (...).¹⁴⁵

Ou seja, o movimento sindicalista surge como resposta à decepção dos trabalhadores com o sistema político parlamentar que dificultava a participação por meio do partido político da classe trabalhadora. Por outro lado, a descrença no sistema que não criava leis para melhorar a sua condição de vida e de trabalho; a falta de representatividade no parlamento dificultava ainda mais a esperança de conseguir aprovação de melhorias. E ainda, os rumos que o anarquismo ganhava, muitas vezes associado a atos terroristas contra a ordem burguesa instituída, aumentava a repressão sobre os militantes anarquistas. Desta forma, o sindicalismo revolucionário surge no plano da luta operária como meio para colocar em prática as ideologias anarquistas e também como forma de organizar e unir a classe trabalhadora, para conseguirem vitórias.

Com isso, a autora associa o surgimento e as bases do sindicalismo revolucionário mais embasado na máxima de Marx “operários de todo mundo, uni-vos” do que propriamente em base fundamentada pelo anarquismo. Em outras palavras “havia socialistas engajados no movimento sindicalista revolucionário que acreditavam que o sindicalismo fosse o verdadeiro herdeiro do socialismo” e, ao mesmo tempo, “havia também anarquistas que viam no sindicalismo revolucionário o verdadeiro anarquismo.”¹⁴⁶

Porém, “havia ainda os militantes que reconheciam o sindicalismo revolucionário como uma corrente política autônoma em relação ao socialismo e ao anarquismo.”¹⁴⁷ Com isso, a predominância no Brasil do sindicalismo revolucionário nos primeiros anos do século XX pode ser compreendida em razão de dois motivos principais. Primeiro, o movimento “aceitava e defendia a luta cotidiana por melhorias, mesmo que a linguagem fosse revolucionária” e, segundo, “era um esforço para atenuar as divergências que dividiam os

¹⁴⁵ Idem, ibidem, p. 50-51.

¹⁴⁶ Idem, ibidem.

¹⁴⁷ Idem, ibidem, p. 51.

operários, ou seja, era um fator de unificação importante” da classe trabalhadora nacional, formada por trabalhadores brasileiros e estrangeiros.¹⁴⁸

Desta forma, o movimento sindicalista revolucionário apresenta, desde a sua origem e expansão, divergências em torno de seus objetivos e princípios ideológicos, levando a interpretações e análises “equivocadas” por parte dos pesquisadores e historiadores sobre a atuação do movimento sindicalista. Mas isso não quer dizer que não havia anarquistas nas associações operários espalhadas pelo país, pois, no Brasil muitos anarquistas tomaram o sindicalismo para propagar a ideologia libertária, não abandonando as suas ideias, como o militante anarquista Giulio Sorelli.

Sorelli atuou no movimento operário em São Paulo no início do século XX, imigrante italiano e anarquista foi perseguido tanto no Brasil quanto por autoridades italianas. Assim com outros libertários, Sorelli acreditava mais na importância do sindicato como estratégia para a luta econômica e cotidiana, como também para a construção da sociedade futura. Porém, como a autora chama a atenção (o que, de certa forma contradiz sua tese) que ao aproximarem das estratégias do sindicalismo revolucionário os anarquistas procuravam difundir a ideologia anarquista. Ou seja, acreditavam que “mantendo-se fechado a toda interferência política, com autonomia de ação, o sindicato se tornaria anarquista”, e desta forma esperavam que os operários engajados no movimento sindicalista adquirissem consciência revolucionária.¹⁴⁹

Mesmo com a presença significativa de anarquistas no interior do movimento sindicalista revolucionário, Toledo reforça sua tese afirmando que “parte dos militantes e dos participantes dos sindicatos e federações eram anarquistas, mas os sindicatos e federações não o eram nem se comportavam como tais”. A afirmação parte das estruturas das organizações sindicalistas revolucionárias analisadas pela autora, pois, em muitos casos tinham aspectos que distanciavam dos princípios anarquistas tais como: “cotas mensais, secretários e desenvolveram uma luta reformista – ou seja, dedicada a melhorar as condições de trabalho e os salários e a diminuir as horas de trabalho –, visando conquistas dentro do sistema existente”, mas não o fim do Estado pregado pelos anarquistas, pois este era o responsável pelas situações de exploração da classe trabalhadora, e com isso a instalação de uma nova sociedade baseada na igualdade entre todos.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 53.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 52.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 53.

Desta forma, Toledo considera que tanto a CGT francesa, a IWW (Industrial Workers of the World) nos Estados Unidos, a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e a Confederação Operária Brasileira (COB) não eram anarquistas, mesmo com anarquistas em seu interior. Para ela, a presença de militantes anarquistas nos sindicatos não se apresenta como forma de impor sua ideologia ao restante dos sindicalistas, mas sim como medida para deter os avanços de seus adversários no interior das sociedades de ofício. Ou seja, os anarquistas decidiram adentrar nas sociedades de resistência para evitar que os socialistas se apoderassem delas, transformando o sindicato em partido político.¹⁵¹

Para a autora, as experiências dos sindicalistas revolucionários franceses no final do século XIX representam esforço de grupos e organizações operárias de se reconhecerem em um projeto internacional, mesmo em um quadro de particularidades e divergências sobre as estratégias e meios de luta a seguir.

A partir de 1890 o movimento operário internacional, cada um com suas experiências e particularidades e segundo suas tradições políticas, tinham algo em comum, pois, acreditavam que “o melhor meio para alcançar seus objetivos a curto e a longo prazo era a ação coletiva e direta dos trabalhadores” organizados em torno do sindicato com caráter revolucionário. Naquele momento, o sindicalismo revolucionário, pode ser considerado um fenômeno internacional, iniciado na França com as experiências da CGT e que se propagou para outras regiões por meio da propaganda e pelos canais de solidariedade.

O movimento sindicalista se insere no conjunto de mecanismos e táticas anarquistas como a greve e a ação direta, como necessárias na luta por melhores condições cotidianas e, por outro lado, a preparação para a sociedade futura. Ou seja, o sindicalismo revolucionário se apresenta como uma “tentativa de conciliar a luta para obter vantagens a curto prazo na quadro do sistema existente, com uma perspectiva a longo prazo de derrubar o capitalismo”, desempenhando uma função dupla que, nas palavras de Toledo, consistia

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 52.

(...) ao mesmo tempo em melhorar a condição operária e preparar sua emancipação futura, fundindo, dessa forma, luta política e econômica, o que implicava a recusa, a marginalização e o esvaziamento do papel do próprio partido político. Desse, ponto de vista, um partido era sobretudo uma opinião ou uma ideologia. Um sindicato era sobretudo uma classe. O chamado apoliticismo declarado pelas organizações inspiradas no sindicalismo revolucionário era também um modo de evitar o ataque dos adversários, que contavam, na Itália e no Brasil, com a cumplicidade da polícia e ameaçavam as liberdades fundamentais. Por outro lado, o apoliticismo era a declaração de não-associação dos sindicatos a qualquer corrente política específica.¹⁵²

Desta forma, o sindicato assume o papel de preparar para a futura sociedade que surgiria com o fim das instituições burguesas. Por outro lado, era um lugar instrumentalizado por anarquistas devido ao apoliticismo declarado, para lutar por melhores condições de trabalho e de vida. Representavam assim aspectos da influência anarquista e socialista na organização interna dos sindicatos que passaram a surgir a partir das experiências da CGT francesa e com a carta de Amiens, em 1906.

Mesmo com a intenção dos líderes do movimento sindicalista revolucionário em defender a autonomia política e ideológica dos sindicatos como medida para não ser enquadrado como socialista e, sobretudo como anarquista identificarmos os ideais anarquistas, citados pela autora, presente nos fundamentos do sindicalismo revolucionário. Pois, defendiam a luta tanto no campo econômico, com a redução da jornada de trabalho, aumento de salários, em fim melhorias cotidianas, como também apresenta uma visão libertária ao objetivarem melhoria em longo prazo. Na visão anarquista, uma sociedade sem os padrões exploradores, sem as instituições antagônicas inimigas da classe trabalhadora como o Estado, a Igreja e com trabalhadores livres.

O sindicalismo revolucionário surge, então, não apenas motivado pela necessidade de luta por melhorias cotidianas, mas também por objetivos em longo prazo, mostrando ligação estreita com o anarquismo. Portanto, a linguagem revolucionária coexistia na prática com a vontade de obter melhores condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Abraçando o sindicalismo e a ação direta, os militantes anarquistas acreditavam que era o melhor meio para alcançar seus objetivos tanto a curto prazo quanto a longo prazos; com isso os sindicatos se transformavam em veículos decisivos de luta de classes.

Apesar da importância e relevância do movimento sindicalista revolucionário no final do século XIX e início do século XX, o termo foi empregado de forma generalizada e equivocada como observam Corrêa e Toledo, muitas vezes definido-o como anarquismo ou

¹⁵² Idem, ibidem, p. 57.

anarco-sindicalismo. Os autores defendem o emprego correto do termo sindicalismo revolucionário em lugar de anarco-sindicalismo, pois o termo envolve complexidades e diversidades que a serem consideradas.

Segundo Toledo, o fato do termo ser utilizado “erroneamente” para classificar os adeptos do movimento sindicalista no início do século XX no Brasil, provém ainda deste período, pois, a “classificação de sindicalismo revolucionário como anarquista foi frequentemente empregada de forma pejorativa por parte dos socialistas reformistas, e posteriormente, pelos comunistas” parte do equívoco, pois

(...) provém do fato de os militantes sindicalistas serem frequentemente de origem anarquistas, mas isso não era certamente o caso de todos, nem da maioria. Por outro lado, o anarco-sindicalismo, termo que na verdade só seria usado muito mais tarde, tinha uma concepção diferente do sindicalismo revolucionário, porém o uso do termo pela historiografia mascarou muitas vezes essa diversidade.¹⁵³

Porém, mesmo com a presença anarquista nos sindicatos, para Toledo, a teoria sindicalista revolucionária convergia de ideias socialistas - como a luta de classes, com ideias anarquistas - como a destruição do Estado. Todavia, na visão sindicalista os sindicatos substituiriam o Estado e seriam a base da organização da futura sociedade. Essa substituição é criticada pelos militantes anarquistas, pois, para estes o Estado não deveria ser apenas substituído, mas sim destruído, para emancipar não apenas os sindicalistas, mas toda a humanidade como defendiam os anarquistas. Desta forma, para os libertários o sindicalismo era considerado um partido político.

Por esses motivos, na visão da autora, o sindicalismo revolucionário se converte em uma ideologia independente, mais próxima do marxismo que do anarquismo. Nas palavras de Toledo a ideologia sindicalista teria sido:

(...) mais influenciada pela teoria de Marx, segundo as quais a luta pelo poder e a unidade da classe operária são decisivos nos conflitos de classes e a garantia de sucesso estaria não na propaganda de conceitos como a humanidade e liberdade, como pensavam os anarquistas, mas na consolidação da organização operária.¹⁵⁴

Porém, nem todos socialistas compartilhavam dessas afirmações. Alguns militantes adeptos do socialismo entendiam que o sindicalismo revolucionário se enquadrava mais na

¹⁵³ Idem, ibidem, p. 59.

¹⁵⁴ Idem, ibidem, p. 61.

ideologia anarquista por estar associada á “uma visão de futuro em que o Estado houvesse praticamente desaparecido” se distanciando da ideologia social democrata em algo mais próximo das ideias de seus adversários anarquistas.¹⁵⁵

Os militantes sindicalistas revolucionários entendiam estas divergências políticas e ideológicas entre os trabalhadores e as consideravam um obstáculo para organizar e unificar a classe. Sendo assim, o critério para participação no sindicato era ser trabalhador assalariado e não anarquista ou então socialista ou ainda de outra tendência semelhante. E com isso garantiriam a autonomia do sindicato contribuindo para presença de inúmeros trabalhadores e, conseqüentemente, aumentando a força do movimento. Para os sindicalistas revolucionários a classe operária constituía uma importante força interessada na mudança. Seus meios de ação eram as associações de trabalhadores que deveriam ser geridas pelos próprios trabalhadores.

2.4 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: INSTRUMENTALIZAÇÃO ANARQUISTA

Assim como Corrêa e Samis, Bernardon de Oliveira (2009) também considera o sindicalismo revolucionário como uma estratégia do anarquismo e não uma corrente autônoma, como proposto por Toledo. Para Bernardon de Oliveira a militância anarquista brasileira foi a grande impulsionadora e difusora do sindicalismo revolucionário como método de luta no país e não uma corrente ou doutrina autônoma, como defende Toledo. Ou seja, segundo ele, o sindicalismo revolucionário foi mais uma estratégia instrumentalizada pelos anarquistas do que uma ideológica independente.

Durante a Primeira República, ainda segundo Bernardon de Oliveira, a concepção e prática predominante na organização sindical foi o sindicalismo revolucionário e “coube aos anarquistas grande parte da responsabilidade” da divulgação e da repercussão que o movimento sindicalista revolucionário desempenhou no Distrito Federal na luta por melhores condições de vida e trabalho da classe trabalhadora brasileira, sobretudo nos primeiros anos do regime republicano. Parte da afirmação de Tiago Bernardon se origina do interior do próprio movimento anarquista, pois, nas palavras do autor:

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*.

(...) pelo menos do ponto de vista dos anarquistas que o propagavam, o sindicalismo revolucionário foi muito mais um método de ação do que propriamente uma corrente autônoma. Os anarquistas o viram como o meio para manter-se atuantes no meio operário para conseguir adeptos e combater seus adversários. Um método que, se não exclusivo, foi instrumentalizado a tal ponto de ser apresentado como o método em contraposição aos métodos “maliciosos” de seus adversários, principalmente no que se refere às tentativas de atrelamento das associações sindicais a um partido (...).¹⁵⁶

Ou seja, para o autor, a adesão ao sindicalismo revolucionário pelos anarquistas não foi uma medida para, em parte, abandonar os princípios e ideais libertários, mas, principalmente uma forma encontrada para se fazer presente no meio operário e não permitir que a luta tomasse o caminho parlamentar. Dessa forma, os militantes anarquistas não entravam no sindicalismo para forçar a aceitação do anarquismo com ideologia principal e hegemônica dos sindicalistas, pois defendiam a neutralidade política, ideológica e religiosa da organização operária.

A autonomia política e ideológica, vista por Toledo como a causa principal do distanciamento do anarquismo em relação ao movimento sindicalista revolucionário, é para Tiago Bernardon uma estratégia utilizada pelos militantes anarquistas para manter a presença da ideologia libertária nos meios operários.¹⁵⁷

Portanto, os anarquistas adeptos do sindicalismo pregavam a neutralidade para propagar a ideologia libertária a outros trabalhadores nacionais que, devido ao estigma criado pela classe dominante e por lideranças adversárias, classificando os anarquistas de terroristas (valores e ideais importados da Europa), dificultava a aproximação dos libertários com os operários nacionais. De outro lado, foi uma estratégia anarquista contra as tentativas socialistas de transformar o sindicato em partido político. E ainda, talvez mais importante, uma medida encontrada contra a repressão que caía sobre os anarquistas, pois neste período, ser classificado anarquista era assumir riscos consideráveis, ainda mais agravados se o militante fosse estrangeiro.

Em 1907 as leis repressivas são ampliadas com a aprovação da proposta do deputado Adolfo Gordo, que acabou “instituinto um processo sumário sem chances efetivas de defesa para os acusados”.¹⁵⁸

Por essas razões, devido à neutralidade política do movimento sindicalista revolucionário, muitas vezes este é visto como corrente autônoma em relação às experiências

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo... op. cit.*, p. 31.

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 32.

¹⁵⁸ BATALHA, Cláudio. *O movimento... op. cit.*, p. 43.

anarquistas, e aproximadas de outras correntes que defendiam a luta política através de medidas colaboracionistas entre o operariado e o governo.

Na visão de Tiago Bernardon, para os anarquistas, o sindicalismo era “uma estratégia, um meio, uma base na qual pudessem semear seus princípios e instigar os trabalhadores”. Para este grupo, o sindicato seria um local de preparação em que as “formas de solidariedade” praticadas seriam as bases para a “solidariedade ácrata futura”, ou seja, uma sociedade anárquica como pretendiam os libertários.¹⁵⁹

Da mesma forma que Corrêa e Toledo, Bernardon se preocupa em chamar a atenção para os equívocos e generalizações que foram responsáveis por criar imagens cristalizadas do movimento operário e anarquista da Primeira República. Além disso, Bernardon também atenta para o emprego adequado dos termos. Para ele, “anarco-sindicalista” se enquadra aos anarquistas adeptos da estratégia do sindicalismo revolucionário; uma distinção importante entre os trabalhadores que militavam no movimento sindicalista. Pois, para o autor, existiam anarquistas, anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários atuando no movimento operário brasileiro nos primeiros anos do século XX.

O princípio de neutralidade, defendida pelos sindicalistas revolucionários, ainda segundo Bernardon, não foi um problema ou barreira para a propaganda anarquista. Pois na imprensa ligada ao movimento sindicalista revolucionário, “notícias, autores e discussões de interesses claramente identificados com o anarquismo ocupavam espaços em suas colunas, em detrimento de outras correntes.”¹⁶⁰

Ainda para o autor, a neutralidade nos sindicatos não favoreceu o apagamento ou afastamento das ideias anarquistas, pois, “não implicaria a ausência da propaganda anarquista dentro dos sindicatos.”¹⁶¹ A neutralidade política, ideológica e religiosa foi defendida pelos próprios militantes anarquistas, não como medida para se submeter às outras ideológicas, mas, como fator fundamental no sentido de promover a união e organização operária. Em outras palavras a:

(...) estratégia de neutralidade política em evidência com o sindicalismo revolucionário internacional acabou por permitir a entrada dos anarquistas nas associações, a fim de que pudessem disputar e almejar conquistar o monopólio simbólico de legítimos porta-vozes da classe operária.¹⁶²

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo... op. cit.*, p. 32.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 33.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 78.

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. 81.

Deste modo, o anarquismo não se subjugou a outras ideologias, que faziam voz no interior das associações operárias, mostrando a força e a importância que a ideologia anarquista desempenhou na organização do movimento sindicalista.

Se, para Toledo, não se pode caracterizar o movimento sindicalista revolucionário como anarquista. Para Bernardon, o fato de “não admitir a intermediação de agentes externos aos operários, principalmente se vinculados ao Estado”, representado pela autonomia dos sindicatos e do operariado em geral, “era um elemento forte que fazia vincular a estratégia da ação direta com o anarquismo”. Este, na visão do autor, sempre insistia em denunciar as “formas de cooptação política e patronal do operariado, e o caráter insurrecional da mobilização operária frente ao Estado.”¹⁶³

Porém, não foram somente os anarquistas que se aproximaram da classe trabalhadora. No início do século XX, outras correntes adentraram no sindicato para conseguir adeptos a suas estratégias, tendo como base uma noção de socialismo e que muitas vezes tinham vinculação estreita e direta com o governo.

Por outro lado, os membros da classe dominante permitiam somente a aproximação de grupos antagônicos aos seus princípios como uma medida para manter, de forma conciliatória, o controle sobre as reivindicações da massa popular. Pois, viam a necessidade de se fazerem presentes no meio operário devido ao período, marcado por instabilidades das instituições políticas com a República recém-proclamada. Porém, para Bernardon, apesar do tenuous vínculo do poder público com a classe trabalhadora, essa aproximação não pode ser vista apenas como um mero apaziguador de conflitos.¹⁶⁴

De modo geral, para Bernardon o socialismo se apresentou no Brasil nas primeiras décadas republicanas como:

“uma tendência fortemente reformista, não no sentido muitas vezes atribuído àqueles que aceitam e defendem a colaboração de classes, mas de galgar gradualmente, sem a anuência de métodos revolucionários – admitidos apenas para alguns contextos imprecisamente definidos na prática –, conquistas garantidas em leis que conduziriam ao socialismo.”¹⁶⁵

Porém, frente às organizações políticas dominantes, não foi fácil a penetração no jogo político oligárquico. As condições estruturais e conjunturais, com um sistema politicamente fechado e excludente, na Primeira República dificultaram o desenvolvimento da

¹⁶³ Idem, *ibidem*, p. 46.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 33.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 39.

principal estratégia socialista. Diante das dificuldades impostas - proibição do direito de voto aos estrangeiros e analfabetos, fraudes eleitorais, etc. - muitos militantes chegaram à conclusão de que era preciso eleger outros meios de ação coletiva. Estes deveriam poder reunir um número considerável de trabalhadores engajados na luta contra a dominação capitalista, a fim de desenvolver práticas revolucionárias de modo efetivo. Muitas das organizações criadas neste período foram de iniciativa, apoio e sustentação dos socialistas.¹⁶⁶

Ou seja, as organizações operárias que se desenvolveram no Brasil neste período, e que tomaram corpo por meio do sindicalismo revolucionário foram, em grande, parte desenvolvidas com ajuda de militantes socialistas e não somente anarquistas. Dadas às dificuldades de fundar um partido político-eleitoral, os “socialistas também se sentiram estimulados com as crescentes mobilizações operárias e com algumas vitórias alcançadas” colocando em segundo plano a ideia do partido-político.¹⁶⁷

Havia duas dificuldades principais para se criar um contingente eleitoral que desse suporte à constituição de partidos socialistas no país, especialmente nas regiões em industrialização do centro-sul: a grande quantidade de imigrantes que, por serem estrangeiros, não possuíam direitos políticos, salvo solicitassem e adquirissem a naturalização; e a grande quantidade de analfabetos, especialmente os trabalhadores.¹⁶⁸

Ao mesmo tempo em que socialistas juntavam esforços para organizar a classe trabalhadora. Nos principais centros urbanos o operariado brasileiro se reunia em outras organizações como “sociedades de beneficência, falecimento, desemprego e outras fatalidades que poderiam suceder na vida de um trabalhador”, muitas dessas sociedades foram organizadas por socialistas ainda nos tempos do Império. Porém, “será na República que as organizações e os movimentos reivindicatórios de trabalhadores urbanos se afirmarão, definitivamente, como agente político.”¹⁶⁹

A criação de sociedades de socorros mútuos, organizadas a partir da segunda metade do século XIX, foi a saída encontrada pelos trabalhadores livres mais qualificados para promover uma rede de solidariedade ou ainda para “zelar pelos interesses de seu ofício”. Segundo Batalha “muitas dessas sociedades mutualistas continuaram em atividade nos

¹⁶⁶ Idem, ibidem, p. 43.

¹⁶⁷ Idem, ibidem, p. 45.

¹⁶⁸ Idem, ibidem, p. 39.

¹⁶⁹ Idem, ibidem, p. 43-44.

primeiros anos do século XX, entretanto tiveram que desenvolver atividades sindicais ou enfrentar a concorrência de novas associações voltadas para a ação sindical.”¹⁷⁰

No período republicano existiram, ainda segundo Batalha, três tipos de sindicatos ou sociedade de resistência:

(...) as associações pluriprofissionais, reunindo operários de diferentes ramos industriais; associações por ofício e, quando muito, de alguns ofícios similares; e, por último, os sindicatos de indústria ou ramo de atividade. Havia ainda, casos de sindicatos de empresa, reunindo exclusivamente trabalhadores de uma empresa específica, mesmo que pertencentes a diferentes ofícios.¹⁷¹

Ou seja, a República possibilitou a iniciativa de várias correntes políticas e ideológicas de almejem melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora; lutando, tanto no campo político quanto no econômico. Desta forma, além das sociedades mutualistas e de resistência (em suas diversas variedades e instâncias): “convergiam nesse período uma ampla gama de formas de organização dos trabalhadores, como cooperativas de consumo e de produção e associações culturais, recreativas, educacionais e políticas.”¹⁷² Porém, a política ditada pelas oligarquias dificultava a participação da classe trabalhadora como agente político, pois era marcada por um regime:

(...) politicamente fechado e excludente, sem uma legislação reguladora de relação capital/trabalho ou que garantisse conquistas mínimas aos trabalhadores, a estratégia da *ação direta* ganhou espaço, e passou a ser apresentada por seus propagadores como a principal alternativa de ação do movimento operário (...).¹⁷³

Devido aos fracassos e decepções em criar um partido operário de abrangência e força capaz de efetivar mudanças, a luta no campo político será substituída pela luta no campo econômico que ganhará forma por meio da ação direta (boicotes, greves, sabotagem) em função da iniciativa e influência anarquistas. A ação direta ganhará ressonância a partir do movimento sindicalista revolucionário, que se mostrará mais eficaz na luta por melhores condições da massa trabalhadora na conjuntura excludente da Primeira República.

Inicialmente, as tentativas de um levante operário no Rio de Janeiro foram marcadas pela presença de personagens que não pertenciam aos quadros operários, mas por

¹⁷⁰ BATALHA, Cláudio. *O movimento... op. cit.*, p. 15.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 16.

¹⁷² Idem, *ibidem*, p. 21.

¹⁷³ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo... op. cit.*, p. 44.

intelectuais que enxergavam na luta da classe trabalhadora a possibilidade de mudança e atenuação do sistema político e econômico em formação. Ou então, por adeptos do socialismo reformista. A partir de fracassos nas lutas por melhores condições da classe operária, esse movimento dará origem às organizações sindicais. Segundo Tiago Bernardon o movimento sindicalista:

(...) passa a reafirmar a esperança de se conquistar melhorias nas condições de vida e trabalho através da ação coletiva dos trabalhadores, sem a intermediação de indivíduos oriundos da política dominante, alimentando também as convicções daqueles que almejavam uma transformação radical da sociedade.¹⁷⁴

A partir de então, a ação direta ganha força por meio do sindicato que é eleito pelas lideranças a principal forma de organização dos trabalhadores nos primeiros anos da Primeira República. Diante das vitórias alcançadas pelo movimento sindical, e pelas dificuldades de se criar um partido operário, os socialistas se sentiram estimulados aos princípios sindicalistas colocando, muitas vezes, a ideia do partido político em segundo plano.

Tiago Bernardon, apesar de entender a importância que o movimento anarquista teve no sentido de organização e influência nos sindicatos e mobilizações operárias deste período, destaca que as primeiras greves na Primeira República não foram deflagradas por anarquistas. Segundo Bernardon, as mobilizações incentivadas pela noção de ação direta, muitas delas não possuem uma dependência de vínculos com grupos ou então por orientações políticas e ideológicas. Nas palavras do autor:

Muitas greves, sobretudo as localizadas, foram obra de operários de fábricas e oficinas sem quaisquer laços com organizações ou correntes políticas específicas. Não é, portanto, exclusivismo do anarquismo a adoção de métodos da *ação direta* como estratégia de lutas, sendo suas principais formas manifestadas em greves, boicotes e sabotagens.¹⁷⁵

Mesmo com a importância que é atribuída à ação direta, os militantes libertários sabiam da necessidade constante de organização, propaganda e educação das massas para a promoção de práticas revolucionárias. O sindicato é apontado como o mais eficaz meio para a ação e organização do movimento operário e, ainda um instrumento indispensável para a sociedade idealizada pelos anarquistas. Desta forma:

¹⁷⁴ Idem, ibidem, p. 44-45.

¹⁷⁵ Idem, ibidem, p. 46.

A ação direta se tornaria o principal meio que colocaria em evidência os propósitos da militância anarquista, constituindo-se na principal ferramenta política a contribuir para a proliferação de sindicatos e da relativa força que o movimento operário atingiria no Brasil da Primeira República.¹⁷⁶

Porém, ainda segundo Tiago Bernardon, o reconhecimento do sindicato como forma de organização revolucionária pelos anarquistas não foi algo imediato, tampouco contou com a adesão dos grupos militantes que se diziam anarquistas, pois muitos libertários não aceitavam a ideia de organização em sociedade de resistência, por pensarem-na como próxima da noção de um partido político.

A historiografia sobre o movimento anarquista no Brasil apresenta a origem das primeiras iniciativas anarquistas a partir das experiências de imigrantes italianos no sul do país na cidade Palmeiras, próxima a Curitiba no Estado do Paraná em 1890.¹⁷⁷ Porém, para Bernardon, houve experiências anarquistas anteriores à Colônia Cecília, em 1888, “uma rápida experiência da comunidade fundada pelo italiano Artur Campagnoli em Guararema, São Paulo,” composta por espanhóis, russos, franceses, brasileiros, mas, sobretudo italianos.¹⁷⁸

Ou seja, antes mesmo de se inclinarem ao movimento sindicalista, nos meios operários dos centros em industrialização, os militantes anarquistas defendiam a organização em comunidades onde pregavam a liberdade, longe de mobilizações, greves e boicotes. As primeiras experiências anarquistas no Brasil são atribuídas à movimentação de imigrantes no final do século XIX e início do século XX, quando se pretendia substituir a mão-de-obra escrava nas plantações de café pelo trabalhador europeu.

O fim da escravidão e o novo regime trouxeram um momento de incertezas, instabilidades e medo à classe dominante, evidenciado pela instituição do Primeiro Código Penal da República brasileira, em 11 de outubro de 1890 antes mesmo da Constituição de 24 de fevereiro de 1891.¹⁷⁹ Essa sensação foi favorecida pelas ondas imigratórias que sobrecarregavam a oferta de braços e traziam estrangeiros de Portugal, Espanha e Itália. Em geral esses imigrantes eram considerados, pelas autoridades policiais, assim como pela classe dominante, como “indesejáveis” aos novos padrões, pois, traziam não somente a esperança de uma vida melhor, mas ideologias que eram também condenadas na Europa.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 49.

¹⁷⁷ A respeito da criação e implantação da Colônia Cecília no Paraná ver a obra de Giovanni Rossi, “*Colônia Cecília e outras utopias*” Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

¹⁷⁸ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo... op. cit.*, p. 49.

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 53.

Inicialmente esses imigrantes foram direcionados às lavouras cafeeiras dos latifúndios paulistas e em alguns casos aceitavam condições de trabalho que os brasileiros - e muitos deles libertos - não aceitavam.¹⁸⁰

Junto com a mão-de-obra, necessária para o desenvolvimento econômico do país, a classe dominante também importou “ideias e valores” como “preconceitos ao anarquismo gerados na Europa” após a participação de militantes libertários nas sublevações populares na Comuna de Paris, caracterizando-os de terroristas e detonadores de bombas.¹⁸¹ No Brasil:

Os senhores de escravos e condutores do lento processo de abolição da escravidão partilhavam da convicção tomada das classes dominantes inglesas e francesas, de que existiria um vínculo estreito entre pobreza, ociosidade e crime, o que, aos seus olhos, tornava as classes populares em “classes perigosas.”¹⁸²

Ou seja, para a lógica dominante brasileira “as classes populares não eram apenas o reduto social onde se reproduziam os mais vis crimes, mas uma massa explosiva em que bastaria algumas poucas fagulhas para incendiar todas as conquistas da civilização.”¹⁸³ Para muitos imigrantes europeus, o rótulo de anarquista representava uma possível expulsão do país, considerado uma ameaça aos bons costumes e à ordem. Para a manutenção do novo regime, foram criados mecanismos de repressão policial e jurídica contra os “indesejáveis” do progresso.

Durante a Primeira República, diversas correntes tentaram se aproximar dos trabalhadores, a “maior penetração e influência” foi a dos “anarco-sindicalistas”, que a partir de aproximadamente 1903 conseguiram adentrar em sindicatos e em federações que contavam com a participação de militantes socialistas e colaboracionistas.¹⁸⁴

Porém, isso não quer dizer que a ideologia anarquista se fez hegemônica no interior do sindicato. Ainda para o autor, generalizações e definições de imagens cristalizadas das experiências do movimento operário brasileiro da Primeira República, fundamentadas em uma tentativa de síntese, quase sempre caracterizava o movimento como anarquista. Ou seja, para Bernardon a atuação de militantes anarquistas no sindicalismo nos primeiros anos do século XX “não deve ser tomada como um dado sem problematização”, pois, possui

¹⁸⁰ BATALHA, Cláudio. *O movimento... op. cit.*, p. 12.

¹⁸¹ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo... op. cit.*, p. 50.

¹⁸² Idem, *ibidem*.

¹⁸³ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 57.

divergências “na medida em que a aceitação do sindicato como meio de luta contra a exploração capitalista não era compactuada por todas as correntes internas do anarquismo.”¹⁸⁵

Para Bernardon, o fato de existir divergências internas, deriva do anarquismo se apresentar não como anarquismo, mas sim como anarquismos, ou seja, para o autor há “a existência de múltiplas correntes internas do anarquismo.”¹⁸⁶ Assim, é importante observar as diferenças e similaridades entre as correntes internas do anarquismo, pois, ainda para o autor, “tal qual o contexto internacional, no Brasil também se desenvolveram ‘anarquismos’ conflitantes, críticos uns com os outros em debates francos e acalorados”.¹⁸⁷ Para o autor, podem-se identificar duas tendências que foram mais influentes no movimento anarquista, de um lato, os chamados “anarco-comunistas” e, de outro, os “anarco-sindicalistas”. Entre as duas vertentes a principal diferença está na divergência sobre a pertinência da função dos sindicatos para desencadear o processo revolucionário.

A presença anarquista no sindicato, ainda segundo Bernardon, tinha a função, portanto de “ser um elemento transformador do caráter tendencialmente reformista do movimento operário para torná-lo revolucionário.” Ou seja, o autor entende que militantes anarquistas como o próprio Malatesta, Neno Vasco ou Giulio Sorelli, defendiam uma posição fundamental em relação ao sindicalismo. Para estes, ele deveria ser “um meio importante, mas longe de ser um fim em si mesmo” e que “dependerá da ação anarquista torná-lo um meio eficiente”.¹⁸⁸ Ou ainda, a presença anarquista no sindicato era uma forma para afastar os seus adversários dos meio operários, pois o sindicalismo se mostrava cada dia mais forte e crescente como organização de luta, educação e lazer da classe operária. Desta forma, os militantes anarquistas viam a necessidade de estar próximos “aos trabalhadores para assim estimular uma ação insurgente e revolucionária”.¹⁸⁹

As divergências entre anarquistas sobre a função e a ideologia a ser seguida foi constante na imprensa proletária destinada a ser porta voz das associações operárias brasileiras no início do século XX. Para uns, o sindicato era um importante meio, em que a ideologia anarquista deveria estar presente. Já para outros, era uma instituição que deveria ser evitada. No próximo capítulo veremos como se deu este embate entre os militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários no Brasil, em um dos mais acalorados debates na imprensa operária do período, tendo-se como fonte o jornal *A Voz do Trabalhador*.

¹⁸⁵ Idem, ibidem.

¹⁸⁶ Idem, ibidem, p.58.

¹⁸⁷ Idem, ibidem, p. 59.

¹⁸⁸ Idem, ibidem, p. 69.

¹⁸⁹ Idem, ibidem, p. 70.

CAP. III:
ANARQUISMO NO SINDICATO: DEBATES EM A VOZ DO TRABALHADOR

3.1 AS DIVERGÊNCIAS INTERNAS: ORGANIZACIONISMO E ANTIORGANIZACIONISMO NO MOVIMENTO ANARQUISTA

Qual o sistema de organização operária que nos poderá levar à conquista de uma situação econômica mais compatível com o produtor?

As bases sindicalista, aconselhadas pelo Primeiro Congresso Operário, são as únicas, até aqui, que se afiguram como promissoras de êxito para o operariado. E provas da sua eficácia já temos observado nos sindicatos existentes no Rio, S. Paulo e Santos.

Rozendo dos Santos. *A Voz do Trabalhador*. 30 de outubro de 1909.

O texto de Rozendo dos Santos publicado no jornal da Confederação Operária Brasileira, na década de 1910, é um exemplo das dúvidas e embates entre os militantes anarquistas brasileiros, mesmo após as resoluções do Primeiro Congresso Operário de 1906, que definiu o sindicalismo revolucionário como método de luta e organização operária. As discussões se davam a respeito do caminho e do método de organização do movimento operário. Os debates anarquistas se resumiam a qual seria o melhor e mais eficaz instrumento para propagar seus ideais nos meios operários, tornando-os assim hegemônicos, e possibilitando à classe operária a construção de uma postura revolucionária. E ainda se o sindicalismo seria eficaz na condução da nova sociedade, defendida pelos libertários.

A adesão ao método do sindicalismo revolucionário inspirado no modelo da CGT¹⁹⁰ (Confédération Generale du Travail) francesa, por parte dos anarquistas não ocorreu sem resistências e embates entre os próprios militantes. E as críticas não ficaram somente restritas ao movimento operário brasileiro. Em 1907, no Congresso de Amsterdã, foi travada uma das principais discussões internas do anarquismo a respeito da instrumentalização do sindicato e sua validade como meio de conscientização para a luta e preparação para sociedade futura inspirada nos princípios libertários. O militante anarquista Errico Malatesta

¹⁹⁰ O sindicato no modelo da Confédération Generale du Travail francesa era fundamentado na autonomia, com trabalhadores de diversas opiniões políticas e religiosas. A CGT correspondia em um agrupamento de sindicatos e uniões trabalhistas estruturadas sem a imposição de uma doutrina oficial.

se manifestou “energicamente” contra a proposta do francês Pierre Monatte¹⁹¹, cujo modelo sugerido resumia-se na fórmula “o sindicalismo basta em si mesmo”.¹⁹²

Apesar de defender a organização do movimento operário, Malatesta faz algumas ponderações e reticências em relação à adesão dos anarquistas ao sindicalismo. O militante anarquista defendia uma concepção de prática revolucionária baseada no princípio organizacionista, pois na sua visão somente organizados em associações os trabalhadores seriam vitoriosos. Em suas palavras:

O homem isolado não pode sequer viver como um animal: ele é impotente (salvo em regiões tropicais, e quando a população é muito dispersa) e não pode obter sua alimentação; ele é incapaz, sem exceção, de ter uma vida superior àquela dos animais. Consequentemente, é obrigado a se unir a outros homens, como a evolução anterior das espécies o mostra, e deve suportar a vontade dos outros (escravidão), impor sua vontade aos outros (autoritarismo), ou viver com os outros em fraternal acordo para o maior bem de todos (associação).¹⁹³

Sendo assim, para Malatesta seria indispensável que o trabalhador se organizasse em associação de resistência, pois, entendia que a organização significaria coordenação de forças com um objetivo comum. Caso contrário, se o trabalhador por razões políticas ou ideológicas permanecesse:

(...) isolado, agindo ou querendo agir cada um por sua conta, sem se entender com os outros, sem preparar-se, sem enfeixar as fracas forças dos isolados, significa condenar-se a fraqueza, desperdiçar sua energia em pequenos atos ineficazes, perder rapidamente a fé no objetivo e cair na completa inação.¹⁹⁴

Malatesta sugeria que os militantes anarquistas (devido à força de transformação social que desempenhava o movimento sindicalista naquele momento) se aproximem do sindicalismo, favorecendo seu desenvolvimento e fazendo do sindicato umas das alavancas da ação libertária. Na sua visão, o anarquismo seria o “fermento” indispensável para a classe operária.¹⁹⁵

A expressão utilizada por Malatesta ao se referir à presença libertária no movimento sindical como fermento, resume suas ideias para o sindicalismo e para o

¹⁹¹ O “jovem” Pierre Monatte (1881-1960), como ele se definiu no Congresso de Amsterdã de 1907, foi um dos organizadores da Confédération Generale du Travail francesa, e primeiro defensor do sindicalismo autônomo e independente.

¹⁹² MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989, p. 111-117.

¹⁹³ Idem, *ibidem*, p. 72.

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 75.

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 86.

movimento operário como um todo. Ou seja, Malatesta propõe que o anarquismo penetre nos meios operários contribuindo para o desenvolvimento dos sindicatos, preparando os sindicalistas para a emancipação.

Em outras palavras, os anarquistas deveriam reconhecer a utilidade e a importância do sindicalismo, aproximando-se desta forma do movimento operário, e assim influenciando “sobre a marcha que as massas impõem em sua luta pelas melhorias e pela emancipação”. Para Malatesta, o anarquismo contribuiria para o desenvolvimento dos sindicatos, levando à massa operária a atingir seus objetivos de transformação social. O anarquismo deveria impulsionar os sindicatos rumo à revolução social, e ainda preparar o trabalhador para a sociedade futura proposta.¹⁹⁶ O militante italiano reconhecia os perigos das lutas por melhorias imediatas, mas via-as como indispensáveis para a transformação total da sociedade, funcionando como um tipo de “ginástica revolucionária”. Ainda em suas palavras:

A melhoria que se pode obter por meio das lutas operárias é certamente pouca, visto que o princípio de exploração e de opressão de uma classe por outra permanece, visto que estas melhorias correm o risco de serem sempre ilusórias e de serem suprimidas imediatamente pelo jogo das forças econômicas das classes superiores. Todavia, mesmo sendo incertas e ilusórias, essas melhorias servem, entretanto, para impedir que a massa se adapte e se embruteça em uma miséria sempre igual, que aniquila o próprio desejo de uma vida melhor. A revolução que nós queremos, feita pela massa e desenvolvendo-se por sua ação, sem imposição de ditaduras, nem declarada, nem insidiosa, teria dificuldade para se produzir e se consolidar sem a presença anterior de um grande movimento de massa.¹⁹⁷

O ponto de divergência entre Malatesta e Pierre Monatte no referido Congresso, se constitui a partir do modelo sugerido pelo francês que propõem um “sindicalismo que quer para si uma doutrina e um método para resolver a questão social.”¹⁹⁸ O projeto proposto por Monatte é visto por Malatesta como contrário aos princípios anarquistas. O sindicalismo para Malatesta não deveria ser um fim em si mesmo, com uma doutrina própria, ou então “um remédio universal e suficiente em si”, mas um meio para que o anarquismo pudesse se tornar parte de um grande movimento de massa. Para ele:

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 85.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 98.

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 97.

É por isso que nós, anarquistas, preocupados antes de mais nada com a realização de nosso ideal, longe de nos desinteressarmos pelo movimento operário, devemos tomar parte ativa nele e procurar fazer com que, ainda que se adaptando às contingências necessárias das pequenas lutas cotidianas, tenha a atitude mais crítica possível, segundo nossas aspirações, e torne-se um meio eficaz de elevação moral e de revolução.¹⁹⁹

Portanto, para Malatesta as lutas por melhorias cotidianas do movimento operário devem desenvolver-se no sentido de conduzir a uma mente revolucionária de preparação à emancipação da classe trabalhadora. Ou seja, o italiano é contrário ao sindicalismo (mesmo com adjetivo revolucionário) que apoia a resistência e a luta por melhorias nas condições de vida e de trabalho das classes populares, e que por isto, conduz à ampliação das instituições sociais burguesas e não à transformação social. Ainda segundo Malatesta, o sindicato operário é por sua natureza reformista e não revolucionário. E, por essa razão, a ideologia libertária deve ser desenvolvida no meio sindical. Em suas palavras:

(...) o movimento operário em si, sem o fermento das ideias revolucionárias, em oposição aos interesses presentes e imediatos dos operários, sem a crítica e o impulso dos revolucionários, longe de conduzir à transformação da sociedade em proveito de todos, tende a fomentar egoísmos de categorias e a criar uma classe de operários privilegiados, acima da grande massa dos desertados.²⁰⁰

Desta forma, segundo a visão de Malatesta, o movimento operário é um meio a ser utilizado “para elevar e educar as massas, para o inevitável choque revolucionário”. Porém, “é um meio que apresenta inconvenientes e perigos” e cabe aos anarquistas trabalhar para neutralizá-los e conduzir o movimento para os fins libertários. Isso, ainda para o militante, não significa submeter o movimento operário ao anarquismo, pois, assim sendo, deixaria de ser anarquismo. Mas defende que o movimento operário seja “aberto a todas as correntes de ideias e tome parte em todos os aspectos da vida social, econômica e moral, viva e se desenvolva sem nenhuma dominação de partido do nosso assim como dos outros.”²⁰¹

Ou seja, ao defender a participação anarquista nos sindicatos²⁰² Malatesta não pretende com isso torná-los anarquista. Pois, a intenção do militante não era de reunir todos os

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 98.

²⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 102.

²⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 104.

²⁰² Na visão de Errico Malatesta o anarquista ao participar do sindicato, este não deve aceitar remuneração ou então cargos remunerados, tornando assim funcionário do sindicato e perdido para a causa anarquista. Malatesta compara este militante ao socialista que se torna debutado. MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. p. 113-116. No Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906 o tema também foi discutido e a maioria decidiu pela aprovação da seguinte resolução: “*No seio da organização sindical*

anarquistas em uma “União Geral”, em “uma única coletividade revolucionária”, mas sim propagar a ideologia a outros trabalhadores.²⁰³ Na visão do militante, a presença libertária no movimento sindicalista não deveria criar outro grupo anarquista. Ainda nas palavras de Malatesta:

Não peço que os sindicatos adotem um programa anarquista e que sejam compostos só por anarquistas: - neste caso, eles seriam inúteis, porque seriam a repetição dos agrupamentos anarquistas, e não mais teriam a qualidade que os torna caros aos anarquistas, ou seja, a de ser um campo de propaganda hoje, e um meio, amanhã; a de conduzir a massa à rua e fazê-la assumir o controle da posse das riquezas e da organização da produção para a coletividade.²⁰⁴

E com isso desejava que os sindicatos fossem:

(...) amplamente abertos a todos os trabalhadores que comecem a sentir a necessidade de se unirem com seus camaradas para a luta contra os patrões; todavia, também conheço todos os perigos que representam, para o futuro, agrupamentos feitos com o objetivo de defender, na sociedade atual, interesses particulares, e peço que os anarquistas, que estão nos sindicatos, deem-se por missão salvaguardar o futuro, lutando contra a tendência natural desses agrupamentos de se tornarem corporações fechadas, em antagonismos com outros proletários, ainda mais do que com os patrões.²⁰⁵

Por outro lado, para Pierre Monatte há semelhanças entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. Na sua visão, “ambos tentam eliminar o capitalismo e o sistema salarial através de uma revolução social”, diferenciando-se na concepção em que o sindicalismo se manifesta mais em atos concretos do que em teorias.²⁰⁶

Para o anarquista francês, o sindicalismo se baseia em uma doutrina própria que “vê no sindicato um órgão de transformação social e a greve geral como meio de obtê-la.”²⁰⁷

*poderão admitir-se funcionários remunerados? No caso afirmativo, sob que condições?’. A partir deste questionamento considerou-se que “a remuneração dos cargos no sindicato é suscetível de produzir rivalidades e intrigas, ambições nocivas à organização” e que os cargos remunerados “pode chamar às funções administrativas indivíduos unicamente desejosos de se emancipar individualmente” e partir disso o congresso aconselhava “às organizações operária a repelirem as remuneração dos cargos, salvo nos casos em que a grande acumulação de serviço exija peremptoriamente que um operário se consagre inteiramente a ele, não devendo, porém, receber ordenado superior ao salário normal as profissão a que pertença”. Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Gallego, à Rua do Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906 (IISG) *apud* PINHEIRO, Hall. *A classe... op. cit...* p. 49.*

²⁰³ MALATESTA, Errico. *Escritos... op. cit...* p. 98.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 112.

²⁰⁵ Idem, *ibidem*.

²⁰⁶ WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. São Paulo: LePM, 1986, p. 197.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 200.

Ou seja, para Monatte, sindicalismo “basta a si mesmo”, sendo capaz de preparar o operariado para a luta diária e ainda promover a sua emancipação.

Desta forma, a ação direta é proposta por Monatte como o meio mais eficaz que a classe operária dispõe para a luta cotidiana e que conduzirá à nova sociedade. A greve assume para o sindicalista a melhor e a principal expressão da ação direta. Para Pierre Monatte:

É por meio da greve que o operariado começa a participar da luta de classes e entra em contato com as ideias que surgiram com ela. É através da greve que as massas recebem sua educação revolucionária e começam a entender a sua própria força e o poder do inimigo, adquirindo confiança em si próprios e no valor das ações audaciosas.²⁰⁸

Para Malatesta, a greve oferece perigos ao processo revolucionário proposto pelos libertários; o sindicato não desempenharia o papel de preparação para a greve geral, e sim apenas forneceria a massa para o movimento grevista.²⁰⁹ Ou seja, antes de promover a greve geral o operário deveria ter em mente que para a vitória do movimento seria necessário apossar-se dos meios de produção e não somente interromper a produção para atingir a classe burguesa. O anarquista italiano não é contrário à greve geral, ele defende sua propagação no meio operário, porém, não como o “remédio para todos os males.”²¹⁰ Este militante coloca-se em oposição à proposta sindicalista que vê a greve apenas como medida para alcançar melhorias no sistema existente “visto que o princípio de exploração e de opressão de uma classe por outra permanece” ou então “que estas melhorias correm o risco de serem sempre ilusórias e de serem suprimidas imediatamente pelo jogo das forças econômicas das classes superiores.”²¹¹

Ou seja, para Malatesta, “os sindicatos seriam um meio e não um fim em si mesmos” um meio que daria “corpo ao movimento de massas capaz de acumular a força necessária para um projeto revolucionário” que não deveria rumar ao sindicalismo, mas á anarquia.²¹²

Porém, Malatesta entende que os trabalhadores não devem renunciar às tentativas de obter melhorias imediatas, mesmo pequenas, mas sempre “a espera da total emancipação que deverá ser produto da transformação social completa feita pela revolução.”²¹³

²⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 201.

²⁰⁹ MALATESTA, Errico. *Escritos... op. cit...* p. 115.

²¹⁰ WOODCOCK, George. *Os grandes escritos... op. cit...* p. 206.

²¹¹ Idem, *ibidem*, p. 98.

²¹² CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit...* p. 92.

²¹³ MALATESTA, Errico. *Escritos... op. cit...* p. 98.

Sendo assim, Malatesta defenderia no Congresso Anarquista de Amsterdã, em 1907, o que para ele seria a estratégia de massas (os meios) e a ideologia (o fim) que deveriam ser seguidos pelos militantes anarquistas ao se aproximarem do movimento operário. Em suas palavras, “a organização da classe operária, a greve, a ação direta, o boicote, a sabotagem e a própria insurreição armada são apenas *meios*; a anarquia é o *fim*”. Concluindo em sua posição perante os congressistas: “pelas forças da classe operária que coloca à nossa disposição, o sindicalismo é um excelente meio de ação, mas é preciso que não percamos de vista o único objetivo que merece nosso esforço: a Anarquia.”²¹⁴

Para Malatesta, o movimento operário era sem dúvida o melhor meio para se alcançar a revolução. Porém, ressalta que era apenas um meio, o fim, ainda segundo o militante era a anarquia. Ou seja, apesar de criticar diversos aspectos do sindicalismo, Malatesta não pode ser enquadrado como antiorganizacionista. Pois, era um organizacionista que defendia a participação dos anarquistas nos sindicatos, enfatizando sua importância e colocando-o como pilar da ação anarquista. O sindicalismo, ainda na visão desse militante, daria corpo ao movimento de massa capaz de acumular a força necessária para o projeto libertário, que deveria rumar não ao sindicalismo e sim à anarquia.

As ideias de Malatesta influenciaram em grande parte o movimento operário brasileiro que, no início do século XX, se organizava em torno da bandeira do sindicalismo revolucionário. Muitos dos líderes do movimento sindicalista brasileiro eram anarquistas malatestianos. Seus métodos e princípios libertários e de organização são utilizados para fundamentar a participação anarquista nos sindicatos, e em parte para estruturar as principais associações operárias daquele momento, como a Confederação Operária Brasileira. Porém, o processo de implantação do sindicalismo revolucionário no país não ocorreu sem embates entre os militantes anarquistas.

3.2 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: ESTRATÉGIAS DE MASSAS NO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO

Assim como aconteceu em âmbito internacional, no Brasil também ocorreram divergências e embates a respeito das estratégias e táticas a serem adotadas entre os militantes anarquistas, sobretudo pelos rumos tomados pela luta por transformações da sociedade, incentivada e organizada por meio do sindicalismo revolucionário. Nos primeiros anos do

²¹⁴ WOODCOCK, George. *Os grandes escritos... op. cit...* p. 207.

século XX, ocorreram no país debates e discussões sobre os rumos do sindicalismo. Essas divergências são reconhecidas por Edilene Toledo, para quem:

(...) se houve coincidência entre os anarquistas sobre o objetivo final a ser alcançado, houve também muita divergência sobre o caminho a percorrer para atingi-lo, sobre as táticas e estratégias. Enquanto uns acreditavam nas insurreições, outros acreditavam nos atos individuais de violência; uns escolheram a propaganda e a educação de todos os homens, enquanto outros elegeram o mundo do trabalho como espaço privilegiado para a propagação de suas ideias.²¹⁵

Desta forma, a aceitação do sindicalismo pelos militantes anarquistas brasileiros não se deu sem resistência, assim como ocorreu no Congresso de Amsterdã em 1907. No Brasil, neste período, há a predominância de duas tendências no movimento anarquista: uma que defendia a organização da massa e outra que era contrária a este princípio, conhecida como antiorganizacionista. A discussão a respeito da instrumentalização do sindicalismo se deu entre os militantes dessas duas vertentes. A diferença fundamental entre elas, da-se em torno das estratégias a serem empregadas, sobretudo na adesão ao sindicalismo.²¹⁶

No Brasil, os adeptos da corrente “organizacionista” anarquista, que defendia a estratégia do sindicalismo revolucionário, tiveram influências de Malatesta, como no caso de Neno Vasco. Importante militante, que juntamente com outros anarquistas, foi um dos grandes defensores e propagadores do sindicalismo revolucionário no país. Vasco entendia que o sindicato era o espaço mais adequado para o acúmulo de forças, capaz de promover a transformação social. Na sua visão, os trabalhadores deveriam agrupar-se nos sindicatos para assim unirem suas forças de maneira que se tornasse possível intervir nas relações entre a classe trabalhadora e a classe dominante.

Porém, assim como Malatesta, Vasco compreendia que para o sindicato exercer esse papel de acumulador de forças era necessário possuir algumas características fundamentais. Ou seja, seguindo as teorias do anarquista italiano, o português tinha algumas reticências ao sindicalismo, definindo o que deveria ser abandonado nos sindicatos:

²¹⁵ TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo... op. cit.*, p. 12-13.

²¹⁶ CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 80.

‘Para funcionar normalmente, tem o sindicato profissional, órgão da resistência operária, que estar livre e desembaraçado de quaisquer outras funções, nitidamente separado de qualquer outro órgão de função econômica diversa. Concretizando: tem que rejeitar do seu seio as várias formas de mutualismo e cooperativismo, tantas vezes embrulhadas com a resistência nas velhas associações operárias, aliás ainda numerosas. (...) Mesmo para as vantagens imediatas, a mutualidade e a cooperativa valem bem menos do que a resistência, a ação direta sindical.’²¹⁷

Além de considerar o sindicato como espaço privilegiado, no qual os trabalhadores reuniriam forças em prol da luta por melhores condições de vida e trabalho, reconhecia, ao mesmo tempo, sua capacidade em desenvolver, com ajuda dos anarquistas, o espírito revolucionário que conduziria à nova sociedade. Vasco acreditava que os sindicatos também ofereceriam um ambiente em que a cultura de classe pode-se ser amplamente disseminada entre os trabalhadores, engajando-os na luta e afastando-os da bebida e dos vícios. Ou seja, Vasco entendia que o trabalhador organizado no sindicato desenvolveria um sentimento e uma identidade coletiva e ainda fazendo-o constatar quem eram seus aliados e seus inimigos:

‘O operário vai à associação, ao sindicato, levado pelo interesse e pela sedução da ideia. Lá encontra um ambiente adequado ao seu estado de espírito, um convívio grato aos seus sentimentos de homem de trabalho, o calor das grandes paixões sinceras e a estímulo dos mais fecundos exemplos. E se lá encontrar também o conforto convidativo da luz, do ar e da arte, ei-lo definitivamente roubado às consolações dúbias do botequim e às ilusórias fustigações do álcool. (...) Vastas e luminosas Casas dos Trabalhadores, com amplas salas para assembleias, bibliotecas, conferências, concertos, espetáculos! A música, o teatro, a arte declamatória e didática, todas as artes, servidas pelos artistas sindicados, enchendo os merecidos ócios do trabalhador, enriquecendo-lhe o cérebro, burilando-lhe o sentimento.’²¹⁸

Por meio das associações dos sindicatos, os trabalhadores tomariam contato, ao mesmo tempo, com as resistências, com as lutas, e com a educação, e ainda conviveriam diariamente com uma cultura de classe produzida e estimulada nos meios operários. Ou seja, dentro das associações operárias a massa se identificaria e desenvolveria uma consciência de classe, compreenderia a luta da qual faz parte e daria conta das suas tarefas de curto e de longo prazo.

A postura operária estimulada durante a Primeira República pelos líderes do movimento operário brasileiro é resultado, entre outros fatores, da necessidade de construir

²¹⁷ VASCO, Neno. Concepção anarquista do sindicalismo. Porto: afrontamento, 1984 *apud* CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 129-130.

²¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 129-132.

uma identidade coletiva tanto em oposição e distinção à classe dominante quanto às “classes perigosas”.

Segundo Isabel Bilhã²¹⁹, a construção de uma identidade coletiva implica em um processo de “auto-reconhecimento e reconhecimento dos outros”, e no que diz respeito à construção de uma identidade operária “esse reconhecimento depende de uma constante afirmação da pessoa do operário e do valor de seu trabalho.”²²⁰

Ainda para Bilhã, a construção da identidade social se estabelece no jogo entre semelhanças e diferenças, em processo de auto-reconhecimento que passa pela valorização da imagem do operário, apoiada de um lado pelo valor do trabalho e de outro pela insistência na contraposição entre a dignidade do operário em relação àquele que não trabalha. Ou seja, o fato de trabalhar designa o lugar social ocupado pelo operário, em oposição àquele que nada produz, tanto o patrão burguês que subjuga o trabalhador quanto os “vadios”, muitas vezes associados às “classes perigosas”.²²¹

O contraste entre a condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora e do burguês era representado insistentemente na imprensa operária como forma de dignificar e moralizar o trabalhador. A autora Raquel de Azevedo (2002) ilustrou o papel da imprensa anarquista neste processo de construção/reconstrução da identidade do operariado nacional.

Segundo Azevedo, na imprensa libertária a imagem associada às classes sociais na imprensa anarquista eram representadas em quadros divididos: “de um lado o trabalhador envolvido em atividade produtiva com seus equipamentos”, enquanto do outro lado “o burguês ocioso estava a fazer suas refeições em local refinado, com agradável companhia feminina ou, então, a contemplar suas riquezas empilhadas em vários sacos de dinheiro dentro de um cofre”.²²² Essas imagens, ainda segundo a autora, tinham como função dignificar o trabalhador, que somente com o seu trabalho, teria seu merecido descanso e alimento e mostrar que a riqueza do patrão era proveniente da exploração do trabalho alheiro .

Assim, as imagens veiculadas na imprensa anarquista durante a Primeira República, além de manifestarem a expressão de oposição e distinção entre as classes

²¹⁹ Ao analisar a construção da identidade operária porto-alegrense, no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, Isabel Bilhã opta por um enfoque que privilegia a noção de experiência da classe trabalhadora, na qual a interação das vivências pessoais e sociais deve ser considerada de forma relacional. Priorizando desta forma, em sua análise três aspectos que envolvem a construção dessa identidade: “o reconhecimento, a distinção e a memória coletiva”. Sobre a construção da identidade operária, ver. BILHÃO. Isabel. *Identidade operária: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.

²²⁰ BILHÃO. Isabel. *Identidade operária: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008, p.36.

²²¹ Idem, ibidem, p. 38.

²²² AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência... op. cit.* p. 177.

dominantes e a trabalhadora, possuíam também uma espécie de denúncia da exploração econômica e moral à qual o operariado estava sujeito naquele momento. Ou seja, as imagens transformadas em alegorias, transmitiam uma mensagem ao trabalhador que tinha contato com os jornais nos bares, cafés e associações operárias. Enfim, por meio dessa imagem evidencia-se a finalidade de ser “não só espelho da realidade, mas também como provocação e estímulo para a ação operária transformadora.”²²³

Porém, segundo Cláudio Batalha, antes dos dirigentes verem a necessidade e a importância de construir um discurso de identidade em torno da imagem de trabalhador, de produtor ou de classes, o proletariado tinha uma “identidade visível” perceptível a qualquer observador, decorrente da reprodução material de sua existência. Ou seja, aos olhos das autoridades policiais e da elite, os sinais das condições de vida da classe trabalhadora (pois muitos compartilhavam os mesmos espaços das “classes perigosas”, de moradia, lazer...). Enfim, “a partir de sua existência miserável não a distinguem do conjunto das classes subalternas, dos pobres em geral, em suma, das chamadas ‘classes perigosas.’”²²⁴

Portanto, tornava-se preciso se distinguir em relação aos indivíduos que não trabalha; a partir da noção da valorização do trabalho que se insere o processo de construção da identidade coletiva dos trabalhadores e, também pela distinção, de um lado os “bons cidadãos” e do outro as “classes perigosas”. Ou seja, aqui “o trabalho vem impregnado de uma conotação positiva, associada àquele que incorpora a ética do trabalho.”²²⁵ Essa dinâmica de diferenciação: “reforça o ‘lugar social’ ocupado pelos operários, ou seja, é mais uma forma de construção de sua identidade por oposição, nesse caso, aos ‘vagabundos.’”²²⁶ Deste modo:

(...) a defesa, por parte das lideranças operárias, de uma postura que, estando impregnada pelos cânones ético-morais da época, esforçava-se para que os operários, mantendo-se longe dos vícios, não fossem confundidos com os indivíduos das “classes perigosas”, pois, além dos males causados à saúde, o alcoolismo e o jogo (por exemplo) prejudicavam a imagem de dignidade e honradez, dificultando o reconhecimento e a valorização dos operários junto à sociedade.²²⁷

Porém, há um ponto de ruptura entre a ética do trabalho defendida pela burguesia e a concepção sustentada pelos líderes do movimento operário, que, segundo Cláudio Batalha,

²²³ Idem, *ibidem*.

²²⁴ BATALHA, Cláudio. *Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade?* Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 12, nº 23/24, pp. 111-124, set. 1991/ ago. 1992. p. 118.

²²⁵ Idem, *ibidem*, p. 119.

²²⁶ BILHÃO, Isabel. *Identidade... op. cit.*, p. 68.

²²⁷ Idem, *ibidem*, p. 87.

se configura no princípio da organização: “se trabalhar para viver marca a condição operária, é a atuação organizada que acaba por lhe conferir a condição de classe de forma mais evidente.”²²⁸

Ou seja, a organização (por meio do partido político, do sindicato, da associação) foi, durante a Primeira República, um importante meio para o desenvolvimento e construção da identidade operária. Devido às proporções que tomou o movimento sindicalista neste período, o sindicato se apresentava como espaço privilegiado neste processo. Nas palavras de Isabel Bilhão: “os sindicatos seriam espaços onde os operários poderiam superar suas diferenças políticas, ideológicas, religiosas, étnicas, etc, identificando-se antes de tudo, como operários.”²²⁹

Nesse sentido, para Cláudio Batalha o surgimento de uma identidade de classe, ou sua consciência enquanto classe por parte de um determinado grupo de trabalhador, somente pode ser verificado a partir do momento em que se organizavam em torno de uma associação ou partido. Na visão do autor, elas já se faziam presentes antes mesmo em toda e qualquer manifestação coletiva. O que acontece de fato no ato da iniciativa em organizar evidencia-se, ainda segundo Batalha, a vontade de estabelecer uma identidade coletiva.²³⁰

Sendo assim, o movimento sindicalista brasileiro desempenhou um importante papel na construção da identidade operária, oferecendo um espaço para o aprendizado e conscientização da classe trabalhadora. Grande parte da organização de associações coube aos anarquistas, como é o caso de Neno Vasco que esperava do sindicalismo:

(...) que os operários nele tomem consciência da luta de classes, do irreduzível antagonismo de interesses existentes entre eles e os capitalistas; que na ação e em contato com os seus iguais no sindicato, o trabalhadores se apercebam da insuficiência dos melhoramentos parciais e da necessidade de expropriar a burguesia e reorganizar a sociedade sem parasitismo e em proveito de todos os produtores. Viu-se no sindicato um magnífico terreno maravilhosamente predisposto para o lançamento e germinação da semente socialista e anarquista.²³¹

Por influência do militante italiano Malatesta, o português também defendia a neutralidade política-ideológica do sindicato²³², até mesmo do anarquismo. O militante

²²⁸ BATALHA, Cláudio. *Identidade... op. cit.*, p. 122.

²²⁹ BILHÃO, Isabel. *Identidade... op. cit.*, p. 66.

²³⁰ BATALHA, Cláudio. *Identidade... op. cit.*

²³¹ VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: afrontamento, 1984 *apud* CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 129-132.

²³² Para Felipe Corrêa o princípio de neutralidade defendido pelos militantes anarquistas, adeptos da tendência organizacionista, separa os sindicalistas revolucionários dos anarco-sindicalistas. Segundo o autor as

entendia que por da imposição do anarquismo aos trabalhadores associados, somente ficariam anarquistas, passando a ser um grupo de ideias e não um meio para propaganda.²³³ Ou ainda, na sua visão, seria um partido político e não a classe operária organizada.

O militante Neno Vasco defendia o sindicalismo revolucionário, novamente por influência de Malatesta, por acreditar que somente por meio das necessidades imediatas²³⁴ os trabalhadores se engajariam nas lutas. Desta forma, tomariam consciência de sua situação, desenvolvendo então uma mente revolucionária. Ou seja, a luta por melhorias imediatas ofereceria condições para a conquista de melhorias que contribuiriam para aproximação da revolução social.

Apesar de o sindicalismo revolucionário ser fundamentado no princípio da neutralidade política-ideológica, ainda que não fosse adequado que o sindicato adotasse uma ideologia específica. Isso não significaria evitar os debates ideológicos entre os militantes sindicalistas. Pelo contrário, os adeptos do sindicalismo eram abertamente favoráveis a essas discussões. Indivíduos e partidos deveriam expor suas ideias e com isso incentivar os debates que favorecessem à organização da massa operária. Isso quer dizer, que a neutralidade não poderia ser um obstáculo à propaganda e ao debate, função que Neno Vasco defendia como fundamental aos anarquistas, tanto para a promoção de sua estratégia de massas quanto para a difusão do próprio anarquismo.²³⁵

A imprensa operária, porta voz dos grupos sindicalistas, protagonizou inúmeros debates entre os militantes a respeito de diversos aspectos, se mostrando aberta a todas as tendências ideológicas. O periódico *A Voz do Trabalhador* serviu de veículo/suporte para uma das mais acaloradas manifestações de ideias a respeito do sindicalismo revolucionário nos primeiros anos do século XX. O debate foi travado entre Vasco representante da Confederação Operária Brasileira (COB) e João Crispim da Federação Operária de Santos (FOPS), questão que retomaremos mais adiante.

organizações anarco-sindicalistas como foi o caso da Federação Operária Regional Argentina (FORA) e da Confederação Nacional do Trabalho (CNT) espanhola, defendiam uma posição abertamente anarquista. CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 133-135.

²³³ VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: afrontamento, 1984 *apud* CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 129-132.

²³⁴ Porém, nas lutas cotidianas, por melhorias imediatas, Neno Vasco, assim como outros anarquistas recusavam intermediários nas negociações entre patrão e os trabalhadores, principalmente representantes do Estado. As conquistas deveriam ser obras dos próprios trabalhadores.

²³⁵ CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.*, p. 141.

3.3 SINDICALISMO ANARQUISTA E SINDICALISMO DE MASSA: DEBATES E DIVERGÊNCIAS

Se, por um lado, os debates em relação à estratégia sindical no interior do movimento operário tomaram força no Brasil na mesma época em que se acaloram internacionalmente. Por outro lado, segundo Tiago Bernardon de Oliveira, os resultados e conquistas obtidos por meio dos “sindicatos independentes de partidos políticos na França a partir de 1884 despertou o interesse de anarquistas de todo o mundo para suas possibilidades revolucionárias.”²³⁶

O modelo sindicalista francês de organização teve grande impacto em todo o mundo. No Brasil, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro realizado no Centro Galego, no Rio de Janeiro, em abril 1906, é considerado o evento que marca a adesão, por parte do movimento operário brasileiro, ao modelo proposto pelos sindicalistas franceses. As resoluções desse Congresso mostram a predominância das ideias do sindicalismo revolucionário. Segundo Paulo Sergio Pinheiro e Michael Hall, “do anarquismo não se encontra praticamente nenhum traço.”²³⁷

Nesse Congresso, uma fração significativa do operariado brasileiro decidiu pela filiação ao projeto internacional do sindicalismo revolucionário. Entre as associações que foram criadas na sequência está aquela que representou a primeira tentativa de organizar o operariado em nível nacional, a Confederação Operária Brasileira²³⁸ (COB).

A criação da COB recebeu resolução específica do Congresso, ficando decidido que sua finalidade era promover a união dos trabalhadores assalariados e a defesa dos seus interesses:

²³⁶ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Universidade Federal Fluminense. Tese (Doutorado), 2009, p. 60.

²³⁷ PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. *A Classe... op cit.*, p. 41.

²³⁸ Segundo Edilene Toledo, a COB era formada por federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos, estes para fazer parte da confederação deveriam ser formados somente por trabalhadores assalariados e que tivessem como objetivo a resistência no terreno econômico. A COB era mantida pelos sindicatos confederados que deveriam contribuir como uma cota mensal de 20 réis. TOLEDO, Edilene. *Anarquismo... op cit.*, p. 88-89.

- a) Promover a união dos trabalhadores assalariados para a defesa dos seus interesses morais e matérias, econômicos e profissionais;
- b) Estreitar laços de solidariedade entre o proletariado organizado, dando mais força e coesão aos seus esforços e reivindicações, tanto morais como materiais;
- c) Estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo-se para isso de todos os meios de propaganda conhecidos, nomeadamente de um jornal que se intitulará *A Voz do Trabalhador*;
- d) Reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas sobre o movimento operário e as condições do trabalho em todo o país.²³⁹

As resoluções aprovadas em 1906 eram bem específicas e simples, contribuindo assim para a fácil assimilação pela base social interessada, bem como para os setores menos organizados do operariado. O Congresso de 1906, nas palavras de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, mostra uma clara influência do sindicalismo revolucionário, porém as resoluções, na visão dos autores, são muito mais sindicalistas que revolucionárias.²⁴⁰

O primeiro tema discutido no Congresso deu-se em torno da orientação, organização e ação operária a serem implementadas nas associações espalhadas pelo território nacional, perguntavam-se: “tema 1: a sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade? Deverá exercer uma ação política?”. Em resposta, o congresso aconselhava:

Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas;
 que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária, os de mais clara compreensão;
 que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora da sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legatários, não há leis que valha;
 o congresso aconselha o operariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência de uma doutrina política ou religiosa, ou de uma programa eleitoral. (...) ²⁴¹

²³⁹ Bases de acordo da confederação operária brasileira, aprovadas pelo 1º congresso, em 1906; fins. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 22, 1 de janeiro de 1913, p. 3.

²⁴⁰ PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. *A classe... op. cit.*, p. 41.

²⁴¹ Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Gallego, à Rua do Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906 (IISG) *apud* PINHEIRO, Hall. *A classe... op. cit.*, p. 47.

A respeito da organização perguntava-se “o sindicato de resistência deve ter como única base a resistência ou aceitar conjuntamente o subsídio de desocupação, de doença ou de cooperativismo?”:

Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição de suas condições;

que essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída - a resistência;

o congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato. (...) ²⁴²

A partir das definições sobre a orientação e organização, os congressistas discutiram a respeito da ação operária: “quais os meios de ação que o operariado, economicamente organizado, pode usar vantajosamente?”:

Considerando que o proletariado economicamente organizado, independente dos partidos políticos, só pode, como tal, lançar mão dos meios de ação que lhe são próprios;

Tendo em vista a moção voltada sobre o 1º tema discutido;

O congresso aconselha como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o label, a manifestação pública, etc., variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento. ²⁴³

Ou seja, os meios de ação defendidos no Congresso para organização e luta operária no terreno econômico eram: o boicote, a sabotagem, a greve geral ou parcial, sendo a primeira uma possível porta de entrada para revolução social, e, sobretudo o modelo inspirado no movimento francês, formaram o que poderíamos chamar de uma “cultura política”.

O conceito de “cultura política” não é entendido como um fenômeno que surge em um determinado momento na história como, por exemplo, a partir da realização do congresso operário. Ou seja, a “cultura política” desenvolvida e incentivada pelas lideranças operárias, demanda certo tempo, pois, conforme Ângela de Castro Gomes, seu processo de construção “integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração”. Portanto,

²⁴² Idem, *ibidem*.

²⁴³ Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Gallego, à Rua do Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906 (IISG) *apud* PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. *A classe... op. cit.*, p. 47.

se constituindo por elementos hora divergentes hora permeáveis. Porém, mesmo apresentando divergências e conflitos, permitem “a produção de interpretação da realidade, sendo fundamental para a construção de identidades”.²⁴⁴

Logo, o sindicalismo revolucionário representa um importante espaço no qual essa cultura era desenvolvida e cultivada pelas lideranças operárias, com a intenção de preparar os trabalhadores para a luta contra o capitalismo. Porém, sua implantação no Brasil não se deu sem embates e divergências, resta compreender como se deu o processo de instrumentalização do modelo sindicalista por parte dos trabalhadores e as principais discussões a respeito da orientação sindical a ser seguida.

3.4 AUTOMATISMO SINDICAL: EMBATES E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS MILITANTES BRASILEIROS

Em primeiro de setembro de 1913 os editores de *A Voz do Trabalhador* reeditam um texto de Neno Vasco, no qual o militante expunha sua opinião frente à “declaração de princípios” da Federação Operária de Santos²⁴⁵ (FOPS). O artigo foi publicado inicialmente em seis de agosto daquele ano, em um jornal da cidade do Porto, Portugal, intitulado *Aurora*. Na publicação, Vasco critica a tendência ideológica “anarco-comunista” que se fazia presente nos estatutos e congressos sindicais de Santos, bem como nos sindicatos e federações operárias. Os princípios defendidos pelos militantes da FOPS, na opinião de Vasco, representam: “uma doutrina que me parece estar em contradição não só com as bases e necessidades da organização da classe trabalhadora, mas ainda, poderia dizer: sobretudo, com o anarquismo”.²⁴⁶

Para Neno Vasco, a iniciativa dos dirigentes da FOPS acabaria por afastar a maioria dos trabalhadores do movimento, reduzindo o sindicato a um grupo somente de

²⁴⁴ GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B., GOUVÊA, Maria de F. S. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 31-32.

²⁴⁵ Segundo os dados apresentados por Sheldon Leslie Maram, em Santos, no ano de 1912, os trabalhadores sindicalizados associados a COB, representavam mais de quatro vezes o quadro de associados no Rio de Janeiro (22.500 contra 5.000), possuindo ainda aproximadamente 12.500 a mais que na capital do Estado de São Paulo. A participação do imigrante Português, frequentemente considerado um fura greve pelo imigrante italiano, nas docas de Santos sua participação foi decisiva, segundo Maram, para a força organizacional dos sindicatos dessa região. Devido à força dos sindicatos, e o número de associados em Santos, podem ter motivado as reticências de Neno Vasco à “declaração de princípios” da FOPS, que poderia perder os associados devido ao emblema anarco-comunista. In MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

²⁴⁶ VASCO, Neno. O anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador- Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 38, 1 de setembro de 1913, p.1.

anarquistas, e conseqüentemente somente de ideias. Em seu entendimento ou o sindicato é exclusivamente composto de anarquistas e assim somente anarquista admite, ou então o sindicato agrupa profissionalmente todos os assalariados, sem distinção política ou social. Vasco entendia que:

(...) como os anarquistas são uma pequena minoria, este grupo será reduzido e reduzida será sua influência para suscitar os grandes movimentos da massa, não só por causa do seu número, mas ainda porque, separados da massa e entregues a si mesmos, os anarquistas tendem a torna-se exclusivamente teóricos e a cultivar apenas o ideal que, não podendo, de golpe e à força de propaganda abstrata, ser compreendido pela maioria, não pode levar esta à ação e à organização necessárias.²⁴⁷

Assim como Malatesta, Vasco defende que os sindicatos não sejam predominantemente de anarquistas, ou que este imponha sua ideologia ao restante dos trabalhadores, como era proposto pelos anarquistas da FOPS.

Ou seja, Vasco defende a presença de minorias anarquistas nos sindicatos, e que este seja organizado levando em conta o caráter profissional (social) e não ideológico. Ainda para o militante, o sindicato deve ser: “um fértil campo para a sementeira de ideias, a de permitir aos anarquistas estarem em contato com o povo, darem-lhe provas de energia e dedicação pela causa comum”.²⁴⁸

Portanto, Vasco entendia que o anarquismo deveria ser levado ao sindicato pela propaganda para assim estimular a massa, por meio do exemplo, da educação ao caminho da emancipação. Ou seja, o ideário anarquista no interior das associações operárias levaria ao proletariado a uma “concepção revolucionária da luta de classes, à compreensão da solidariedade proletária em frente da classe patronal” e ainda uma “consciência dos interesses gerais dos trabalhadores contrários aos dos capitalistas”. Nesta visão, o sindicato seria o local de preparação para a “luta final”, em que os trabalhadores tomariam consciência de sua situação e, a partir disso sentiriam a necessidade de organizar-se. Após o desenvolvimento de uma mente revolucionária sentiria a “vontade e poder de abolir o patronato e o salariedade, de tomar conta dos meios de produção e de reorganizar diretamente a vida social em vantagem de todos”.²⁴⁹

Ainda no mesmo texto, Vasco defende as resoluções do Primeiro Congresso Operário de 1906, que em sua opinião “parecem exprimir, melhor do que os outros estatutos

²⁴⁷ Idem, *ibidem*.

²⁴⁸ VASCO, Neno. O anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 38, 1 de setembro de 1913, p.1.

²⁴⁹ Idem, *ibidem*.

‘anarquistas’ ou ‘sindicalista revolucionários’”, a realidade dos fatos vivenciada pela classe trabalhadora brasileira, bem como a necessidade da ação e organização operária. Ou seja, Vasco compreende que as resoluções do Congresso apresentavam as bases fundamentais para a ação e organização da classe operária em nível nacional, que deveriam fundamentar-se essencialmente sobre o agrupamento dos trabalhadores para a luta de classes no terreno econômico e profissional.²⁵⁰

Ao criticar a iniciativa do grupo santista, Vasco alegava que o simples fato de aceitarem somente anarquistas ou então por meio da imposição tornar a ideologia predominante nos sindicatos e federações, conduziriam ao mesmo erro que levou a Associação Internacional do Trabalho a expulsar os anarquistas do seu interior.

Para encerrar sua argumentação diante da posição da FOPS, Vasco enfatizava sua opinião a respeito da organização operária. Como resposta aos anarco-comunistas de Santos, o militante aconselhava:

Qual deve ser pois, a atitude dos anarquistas nos sindicatos?
Em primeiro lugar, devem ali conservar quanto possível a sua liberdade de ação, evitar os compromissos e os motivos de suspeita, - o mais que possam, visto convir dar margem às contingências e circunstâncias especiais. Assim colocados, o seu papel é o de uma minoria atuante e propulsora: favorecendo com todas as suas forças à tendência socialista, anarquista e revolucionária do movimento econômico operário e as formas de ação e organização que a promovem; acompanhar ardentemente o operariado nas suas reivindicações, procurando alarga-las; apontar-lhe sempre o nosso fim e mostrar-lhe infatigavelmente a necessidade da revolução social. Procurar, em suma; que anarquistas sejam, não os estatutos, mas os operários, se não nas ideias, ao menos nos atos.²⁵¹

Em resposta ao artigo de Vasco, os editores de *A Voz do Trabalhador*, em primeiro de março de 1914, publicam o texto de João Crispim explicando os princípios da FOPS. O texto de João Crispim além de representar as divergências políticas-ideológicas internas do movimento operário brasileiro (principalmente entre os dirigentes), reflete um dos princípios fundamentais defendidos pela Confederação Operária Brasileira. Ou seja, como suas bases estruturantes são influenciadas pelo sindicalismo revolucionário, este por defender a autonomia política e ideológica permite assim a livre circulação de ideias e opiniões nos meios de propaganda e associação.

²⁵⁰ Idem, ibidem.

²⁵¹ Idem, ibidem.

A livre exposição de ideias foi um dos aspectos defendidos no Segundo Congresso Operário de 1913 que, entre outras medidas, ratificou as resoluções do Congresso de 1906. Os congressistas de 1913 aconselhavam:

Tendo em conta que da discussão dentro da mais ampla liberdade surge, com mais facilidade, o critério lógico e exato, o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha todas as sociedades operárias a permitirem em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as ideias.²⁵²

Apesar das divergências ideológicas, tanto Neno Vasco como João Crispim, fundamentavam suas argumentações a partir das teorias de Malatesta, em vários momentos citaram o militante italiano para justificar e legitimar suas posições sobre o sindicalismo.

Segundo o militante da FOPS, o artigo de Neno Vasco, mesmo publicado em um jornal sindicalista, em si não defendia a renúncia do anarquismo dentro do sindicato. Em sua opinião o que se vê é que “o zelo da neutralidade em benefício da tendência a agrupar todos os trabalhadores” motivou a recusa do anarquismo por parte do movimento sindicalista brasileiro. Ou seja, João Crispim entende que a neutralidade política e ideológica acaba por diminuir ou restringir a influência anarquista nas associações operárias.

Outro dado importante, levantado por João Crispim, revela a situação das organizações operárias naquele momento, sugerindo que a presença anarquista nos sindicatos era reduzida. Desta forma, podemos entender que houve certa predominância de outras correntes políticas-ideológicas no movimento sindicalista revolucionário brasileiro, e não uma hegemonia do anarquismo, como apontam alguns estudos.

Segundo o articulista: “como sabemos, as organizações operárias estabeleceram no seu próprio seio, o privilégio de classes, o privilégio de trabalho e negaram a entrada a todos os anarquistas que levavam aos trabalhadores a sua palavra luminosa e subversiva”.²⁵³ E ainda coloca parte da culpa nos veículos de propaganda dos sindicatos e federações, que para ele não faziam a propaganda do ideário libertário:

²⁵² Relatório da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro reunido no Rio de Janeiro nos dias 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de setembro de 1913. Rio, 1914, p 64 *apud* PINHEIRO, Paulo Sergio e HALL, Michael M. *A classe op. cit.*. p. 189.

²⁵³ CRISPIM, João. Anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 50, 1 de março de 1914, p.3.

Nos jornais sindicalistas não se vê a propaganda educativa que deve contribuir à emancipação intelectual dos trabalhadores, para que estes conquistem com mais facilidade a sua emancipação econômica; vê-se apenas a resenha do movimento operário nas suas lutas pelas conquistas imediatas (...) não vai além desta ação momentânea e, portanto, corporativista. (...) Desta forma, um número incalculável de sindicatos, em vez de se encaminharem pela senda da destruição do sistema estatal e capitalista procedem em sentido contrário.²⁵⁴

Ou seja, o militante da FOPS era favorável a que os libertários entrassem nas associações operárias, porém, com o objetivo de torná-las um grupo de orientação anarquista, e, em vez de encaminharem para a manutenção e reforma do sistema capitalista, promoverem a emancipação total dos trabalhadores.

Ou seja, as organizações operárias que se desenvolveram no Brasil neste período, e que tomaram corpo por meio do sindicalismo revolucionário, foram em grande parte desenvolvidas também com ajuda de militantes socialistas e não somente anarquistas. Dadas às dificuldades de se criar um partido político-eleitoral, os “socialistas também se sentiram estimulados com as crescentes mobilizações operárias e com algumas vitórias alcançadas” colocando em segundo plano a ideia do partido-político.²⁵⁵

De um lado as condições “excludentes” do regime republicano restringiam a participação parlamentar por parte dos partidos operários e, de outro lado, à composição étnica da população aumentava as dificuldades de se eleger um representante legítimo do interior do movimento operário. Os dirigentes socialistas brasileiros, neste período, não viram outra saída a não ser fazer parte do “movimento de massa” que começava a mostrar sua força e importância na luta de classes.

Entre os militantes socialistas, que refletem a esta realidade, podemos destacar o tipógrafo França e Silva, que esteve à frente da primeira tentativa de organização partidária socialista com a criação, em 1890, do Partido Operário²⁵⁶ que tinha como órgão de propaganda o jornal *Echo Popular*. Porém, pelas razões já expostas, e sem atingir os resultados eleitorais almejados, a duração do partido de França e Silva foi efêmera.²⁵⁷

Em 1907 o periódico *Avanti*, redigido e mantido por socialistas de São Paulo, reconhecia o esforço anterior de se criar um partido político, mas também admitia que: “a verdade nua e crua é que o partido socialista não existe, e nunca existiu neste país. Fundaram-

²⁵⁴ Idem, *ibidem*,

²⁵⁵ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo... op. cit...* p. 45.

²⁵⁶ Após o Congresso Operário de 1892 no Rio de Janeiro surge o Partido Operário do Brasil, que teria como porta voz o jornal *O Socialista*.

²⁵⁷ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo... op. cit...* p. 37.

se grupos, elaboraram-se estatutos, mas por isso não se pode dizer que constitua um partido orgânico e vital”.²⁵⁸

O jornal *Avanti* ainda na mesma edição pondera sobre as dificuldades para se constituir um partido político, atribuindo à vastidão continental e à diversidade populacional da classe trabalhadora os obstáculos que dificilmente seriam ultrapassados. Segundo a articulista:

O Brasil é tão vasto e tão diverso por sua população e costumes, que talvez não será possível constituir um partido socialista homogêneo em todo o país. Devemos talvez nos contentar com a formação de organizações estaduais, independentemente umas das outras, salvo pelo que respeita à necessária concórdia e acompanhar as questões que interessam igualmente todo país.²⁵⁹

Ou seja, os editores de o *Avanti* compreendiam as dificuldades em se criar um partido operário brasileiro naquele momento, o que significaria a impossibilidade de reunir um número maior de trabalhadores para a causa socialista. Portanto, defendiam a organização e utilizavam-se de exemplos como as greves desencadeadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Recife, a partir do 1º de maio de 1907, a favor da redução da jornada de trabalho para oito horas. Segundo o editorial:

TRABALHADORES!

Agora que vossos companheiros abrem resolutamente o caminho das reivindicações, imitai o forte exemplo, procurai melhorar a vossa situação - menos horas de fadiga, mais descanso, isto é, menos necessidade de álcool para chicotear os nervos num trabalho brutal, mais alegria no lar, mais pão para a boca, mais instrução para vós, mais bem-estar para a educação para os filhos.²⁶⁰

Desta forma, no apelo da Federação Operária de Estado de São Paulo podemos identificar a intenção dos dirigentes socialistas com o projeto sindicalista revolucionário ao convocar os trabalhadores para luta por melhorias imediatas, como a redução nas jornadas de trabalho, aumento de salário, melhores condições de vida e de trabalho.

A partir da posição de Crispim, depreendem-se questionamentos em relação às organizações operárias e a respeito da predominância de correntes ideológicas no movimento operário, sobretudo do anarquismo, sugerindo assim novos estudos para aprofundar essa

²⁵⁸ II partido socialista in Brasile, *Avanti*, 13-2-1907 *apud* PINHEIRO, Paulo Sergio, HALL, Michael M. *A classe operária... op. cit...* p. 61.

²⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 62.

²⁶⁰ Federação Operária do Estado de São Paulo, Aos trabalhadores, *Avanti*, 24-07-1907. *apud* PINHEIRO, Paulo Sergio, HALL, Michael M. *A classe op. cit.* p. 66.

discussão. Ou seja, os argumentos do militante de Santos parecem indicar não uma autonomia do sindicalismo revolucionário, mas sim o predomínio de disputas com outras correntes ideológicas na condução do movimento operário no Brasil.

Segundo Crispim, a defesa da neutralidade em razão da organização, favoreceria a diversidade de ideologias no interior no sindicato, e ainda resultaria em um ambiente propício aos “choques de ideias”, pois “cada grupo trata de imprimir ao sindicato a sua tendência predileta”.

Ninguém se contenta com a simples propaganda: os reacionários lutam por conservar na associação os antigos métodos e praxes, pretendendo que todos pensem e ajam como eles; os reformistas batalham contra os revolucionários e tratam de atrair todos às urnas, formando coro com os seus caudilhos; os sindicalistas tratam unicamente da conquista de melhoras e combatem, como disse, os anarquistas para que a planta da anarquia não crie raízes nos sindicatos (...) ²⁶¹

O que o militante João Crispim esperava dos libertários nos sindicatos é que estes não se deixassem levar por outras ideologias, mas sim influenciassem os demais aos princípios anarquistas. Pois, segundo ele, somente com a presença libertária nos meios operários não se repetiria “o fato de que, como na Revolução Francesa, os camponeses, os trabalhadores, pusessem em prática as ideias de renovação enquanto os intelectuais [ficaram] a discutir nos seus centros como se deve fazer a Revolução e como se deve organizar a produção e o consumo” ²⁶².

A fim de que os “leitores fiquem a par da discussão” *A Voz do Trabalhador*, na edição de primeiro de maio de 1914, traz a resposta de Vasco a Crispim. De Portugal, o militante reforçou seus ideais para organização do movimento operário e o papel dos anarquistas no sindicato. Segundo ele, a iniciativa do grupo santista assemelhava-se a dos “anarquistas argentinos” ²⁶³, que tinha feito adotar ‘oficialmente’ pela Federação Operária Regional (não ‘realmente’ pelos ‘associados’) o comunismo anarquista”. E, portanto “era expor-se a criar no Brasil” duas federações operárias nacionais “guerreando-se como dois partidos rivais, por vontade dos ‘chefes’, sem que a massa associada de uma se distinguisse da

²⁶¹ CRISPIM, João. Anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 50, 1 de março de 1914, p.3.

²⁶² Idem, *ibidem*.

²⁶³ Em 1905 no V Congresso Operário Regional Argentino define-se como princípio ideológico da Federação Operária Regional Argentina (FORA) o anarco-comunismo, marcando desta fora, segundo Felipe Corrêa a orientação ideológica do sindicalismo da FORA assumida após o congresso marca o estabelecimento do anarco-sindicalismo na organização Argentina. CORRÊA, Felipe. *Ideologia... op. cit.* p. 84.

outra, não só em interesses, mas até em ideias.”²⁶⁴ Ou seja, Neno Vasco utilizava como referência o caso da Federação Operária Regional Argentina (FORA), que a partir do Congresso de 1905 aconselhava a todos os militantes os princípios do comunismo anarquista, com isso misturando “funções de partido com as da organização de classe”.²⁶⁵ Segundo Vasco:

Como Malatesta, citado pelo amigo João Crispim, não creio no ‘automatismo’ revolucionário do sindicato, isto é, acho ter a experiência suficientemente provado que a organização econômica operária tanto por ser instrumento de conservação burguesa como de revolução social, e entendo que dentro dela são necessárias a propaganda e ação incessantes, francas e decididas dum livre e independente minoria anarquista; mas - *e por isso mesmo* - sou também partidário, como Malatesta, de sindicatos largamente abertos a todas as opiniões para a luta antipatronal.

O meu artigo foi escrito porque a *minoría* anarquista de Santos fez aprovar, em junho de 1913, pela Federação Operária da localidade, uma ‘declaração de princípios’ comunista-anarquista, redigida, se não erro, pelo próprio camarada João Crispim, que defendia semelhante modo de proceder nas colunas do *Germinal*, de São Paulo.²⁶⁶

Para Neno Vasco o operário somente pelo fato de exercer a ação sindical, pela “própria força das coisas, sem querer nem saber, vai dar fatalmente a revolução social, contra o Capitalismo e contra o Estado” e por isso já se dará como anarquista. Porém, devido ao sindicato ter por natureza uma tendência fortemente reformista e não revolucionária, Vasco entendia a necessidade das “minorias anarquistas” se fazerem presentes no “campo sindical e nos meios de ação sindicais”, para assim “injetar o mais possível do espírito” de ideias e métodos que elevam naturalmente a transformação social.²⁶⁷

O ponto importante que alimenta a discussão entre os dois militantes se dá em torno da neutralidade sindical: Para Crispim, esta favorece a renúncia do anarquismo por parte dos sindicalizados; para Vasco, o princípio deve ser entendido como um fator de “diferenciação” de órgão e de funções, ou seja, existindo de “um lado a organização operária de resistência, a outro os partidos ou grupos de ideias”.²⁶⁸ Crispim discorda de Vasco, pois, em seu entendimento não se pode falar em uma divisão entre anarquismo e movimento operário de resistência. Em sua visão:

²⁶⁴ VASCO, Neno. Anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 53-54, 1 de maio de 1914, p.2.

²⁶⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶⁶ Idem, *ibidem*.

²⁶⁷ Idem, *ibidem*.

²⁶⁸ Idem, *ibidem*.

Os métodos de ação direta, de pressão exterior contra o capitalismo e o Estado são propagados pelos anarquistas; a conquista de melhorias econômicas e morais, até a expropriação e a liberdade completa dos proletários, tem o seu mais forte esteio no anarquismo.²⁶⁹

O embate entre os dois militantes acontece em um período após a realização do Segundo Congresso Operário, realizado em 1913, que mesmo tomando por base e ratificando as resoluções do Primeiro Congresso, de 1906, sobre a orientação que deveria ser seguida pela organização, por julgarem “a que mais correspondem aos fins do movimento operário”²⁷⁰ reflete a existência de divergências internas entre os militantes brasileiros. As propostas sobre a orientação das organizações operárias foram discutidas no primeiro tema do Congresso de 1913.

Os delegados da Federação Operária de Santos, Crispim e Serrado Muñoz propuseram a primeira questão, que daria início às atividades de evento, relativa ao tema do caráter político do sindicalismo. Em redor deste tema “estabeleceu-se um longo debate, que se prolongou por toda a primeira sessão e parte da segunda”. As seguintes questões foram apresentadas: “A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade? Deverá exercer uma ação política?”²⁷¹ A partir do questionamento a delegação de Santos apresentou sua proposta:

‘Considerando que a política é a arte de governar os povos e que o governo é a antítese da liberdade econômica, social e intelectual dos trabalhadores, este Congresso aconselha a propaganda do anarquismo nas sociedades operárias, como meio para alcançar a emancipação dos trabalhadores. - *A delegação operária de Santos.*²⁷²

Depois de longa discussão a proposta dos anarquistas de Santos foi rejeitada, sendo aprovada a seguinte:

²⁶⁹ CRISPIM, João. Anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 57, 20 de junho de 1914, p.1.

²⁷⁰ Relatório da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro reunido no Rio de Janeiro nos dias 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de setembro de 1913. Rio, 1914, p 64 *apud* PINHEIRO, Paulo Sergio, HALL, Michael M. *A classe op. cit.* p. 188.

²⁷¹ As resoluções do Segundo Congresso. *A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira*, Rio de Janeiro, ano VI, nº 39-40, 1 de outubro de 1913, p. 2.

²⁷² Idem, *ibidem*.

Tendo em conta que da discussão dentro da mais ampla liberdade surge, com mais facilidade, o critério lógico e exato, o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha todas as sociedades operárias a permitirem em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as ideias. - *José Borobio*.²⁷³

Ou seja, o delegado de Federação Operária do Rio de Janeiro, José Borobio entendia que qualquer posição política-ideológica assumida como oficial por alguma associação operária não passaria da imposição de uma direção sobre os trabalhadores. Desta forma, o anarquismo deveria ser aceito, e não imposto de forma autoritária. Em oposição às propostas dos anarquistas de Santos o Congresso aconselhava:

Sendo as aspirações das organizações operárias tendentes à transformação econômica e social, quais devem ser os princípios da nova sociedade: os da propriedade privada e da autoridade ou os do socialismo anarquista?

‘O Segundo Congresso Operário Brasileiro, tomando em consideração as resoluções adotadas pelo Primeiro Congresso sobre a orientação que à organização convém seguir em face da política especial dum partido - aconselhado-a a se manter inteiramente no terreno da ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo, para a garantia dos direitos econômicos que ligam estreitamente os trabalhadores, divididos pelas suas opiniões políticas, religiosas ou sociais’²⁷⁴

Desta forma, tanto as resoluções, os questionamentos levantados no Segundo Congresso a respeito da orientação que deveria ser seguida pelas associações operárias, e, sobretudo o embate teórico entre Vasco e Crispim mostram o processo de instrumentalização do sindicalismo revolucionário como estratégia por parte dos anarquistas e do movimento operário brasileiro em si. Processo que foi iniciado em 1906 com aprovação do método da CGT francesa e que ainda em 1913 estava em curso no país, e que devido às divergências políticas e ideológicas não foi um processo rápido e sem embates.

Por outro lado, as divergências entre os militantes e a escolha pelo método do sindicalismo sem vinculação a partido político e ideologia, enfim, sugere que o anarquismo não foi uma corrente hegemônica no movimento operário, sobretudo no Rio de Janeiro. Pois, os dirigentes da Federação Operária do Rio de Janeiro se manifestaram contra a proposta da Federação de Santos. Segundo o delegado da FORJ no Congresso de 1913:

²⁷³ Idem, *ibidem*.

²⁷⁴ Idem, *ibidem*.

Considerando que os princípios anarquistas, como quaisquer outros princípios políticos e religiosos, adotados oficialmente pelo Sindicato, constituem uma imposição aos trabalhadores de outras ideias, de cuja força necessitamos para a conquista das nossas aspirações, - a Federação Operária do Rio de Janeiro, alheia como é a toda e qualquer política especial de partido, é pela orientação sindicalista. *Santos Barbosa*, delegado.²⁷⁵

Nas resoluções do Segundo Congresso, ficam claras as ideias de que a melhor estratégia para organização dos trabalhadores é o sindicato de resistência, livre de uma posição oficial política ou ideológica. As propostas, em torno da orientação das associações, foram presididas por Edgard Leuenroth²⁷⁶ que certamente concordou com a proposta aprovada. O anarquista no final das discussões aconselha que: “as federações estaduais ou uniões locais só admitam no seu seio os sindicatos exclusivamente formados de trabalhadores salarizados e que tenham como base principal a resistência”.²⁷⁷

Ou seja, o critério não é ideológico ou político, mas sim a posição social de trabalhador e assalariado. Portanto, podemos compreender a partir das resoluções dos congressos de 1906 e 1913, que o movimento operário brasileiro não se definia majoritariamente como anarquista. Pois, o processo que permitiu a presença da militância anarquista nos meios operários no Brasil nos primeiros anos do século XX, foi o sindicalismo revolucionário.

O modelo adotado no país possibilitou a presença de inúmeras correntes político-ideológicas, que se esforçaram para dar suas características ao movimento. Foi em defesa da neutralidade que os libertários entraram nas associações operárias para combater seus adversários, e para evitar que o movimento operário tomasse os rumos do parlamentarismo.

²⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 1.

²⁷⁶ Edgard Leuenroth nasceu em Moji-Mirim, no Estado de São Paulo em 31 de outubro de 1881, falecendo em 28 de setembro de 1968. Deixou a escola para se dedicar a profissão de tipógrafo. Como militante libertário fundou inúmeros periódicos, em 1904 iniciou os trabalhos no jornal “O Trabalhador Gráfico”, em 1905 foi redator do periódico anarquista “A Terra Livre”, de 1908 a 1909 dirigiu a “Folha do Povo”, e a seguir como diretor reiniciou a publicação de “A Lanterna”, em 1917 fundou o periódico libertário “A Plebe”, em 1919 foi um dos fundadores e redatores de “A Vanguarda”. No campo sindical brasileiro foi um dos mais ativos militantes, participou da fundação da Federação Operária de São Paulo em 1905, participou da organização dos três primeiros Congressos Operários Brasileiros realizados em 1906, 1913 e 1920 no Rio de Janeiro. Para saber sobre Edgard Leuenroth ver KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária - imprensa e militância anarco-sindicalista*. São Paulo, Tese de doutorado/USP, 1988.

²⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento anarquista que se desenvolveu no Brasil nos primeiros anos do século XX, em parte ganhou corpo por meio da ação direta como greves e boicotes, aliado à estratégia do sindicalismo revolucionário. Em sua maioria, os militantes libertários atuantes no país acreditavam que a organização da classe trabalhadora era a arma mais eficaz contra inimigos do anarquismo. Desta forma, utilizaram os meios disponíveis no momento para propagar sua ideologia ao restante da massa, incentivando e produzindo uma “cultura política” de resistência.

O movimento anarquista apresentou-se como ideologia e visão de mundo, expressa por princípios políticos-ideológicos e com diferentes estratégias para a transformação social. Por outro lado, é compreendido por um conjunto de ideias e valores que divergem e confundem-se, o que acabou por gerar conflitos internos, e diferentes interpretações. Porém, mesmo com essas características particulares sobre as concepções políticas e estratégicas, foi responsável pela dinâmica do sindicalismo de intenção revolucionária e do movimento operário brasileiro em si, principalmente após o Congresso de 1906 até a década de 1920.

Os militantes anarquistas exerceram forte influência no movimento operário desse período com duas correntes fundamentais que conduziram o movimento operário: a anarco-sindicalista e a anarco-comunista. Na primeira, militantes anarquistas adeptos do sindicalismo; na segunda, militantes que eram contra organizações operárias autônomas defendiam que o critério para pertencer ao sindicato era ser anarquista.

O movimento sindicalista que se desenvolveu neste período foi associado ao termo anarco-sindicalismo, no entanto, há diferenças fundamentais entre anarco-sindicalismo e sindicalismo revolucionário. No caso brasileiro, anarco-sindicalista não tem síntese explicativa sobre a definição política, ideológica e estratégica do movimento operário daquele período, sobretudo no Rio de Janeiro. Tal termo é empregado para nomear os libertários que defendiam a ação revolucionária por intermédio do sindicato e não o movimento sindicalista como um todo. Devido ao princípio de neutralidade, como forma de aproximação gradual com os trabalhadores, possibilitou a presença não somente de anarquistas nas associações operárias, mas de outras ideologias, ou simplesmente nenhuma.

A Confederação Operária Brasileira, por meio do jornal *A Voz do trabalhador*, era contrária a um levante político-ideológico nos sindicatos, qualquer que fosse, até mesmo anarquista, pois entendem que caso o movimento fosse imposto ao trabalhadores de forma

autoritária, esse não mais seria anarquista, nem o sindicato seria um instrumento de fortalecimento para a ação libertária, mas um grupo de ideias.

Assim, os libertários defendiam que uma associação de resistência deveria ser regida por bases bem específicas: plena autonomia dos indivíduos; plena independência política, religiosa e ideológica. Ou seja, o critério para fazer parte do sindicato não deveria ser as concepções políticas ou ideológicas, mas pela situação social do trabalhador. Com isso, o sindicalizado deveria ser assalariado e não anarquista ou socialista. Por outro lado os libertários sabiam dos riscos inerentes ao rótulo anarquista, pois, naquele momento, os militantes sofriam com o estigma associado à sua imagem, identificados como terroristas, detonadores de bombas, destruidores da ordem capitalista. Parte dessa imagem foi criada pela classe dominante para justificar a repressão sobre os “indesejáveis” que contaminavam e ameaçavam o regime burguês.

Assim, identificamos o surgimento e expansão do anarquismo no Brasil, motivado, em parte, pelas situações da classe popular que sofria com as péssimas condições de moradias e com as longas jornadas de trabalho. Esse cenário foi favorecido pelo processo migratório no país com inúmeros militantes que ajudaram a formar sindicatos e jornais operários; muitos deles traziam alguma experiência libertária nos países de origem. As primeiras iniciativas no campo da imprensa foi obra desses imigrantes, italianos, espanhóis e portugueses, e, em algumas localidades, como na região sul, alemães.

A defesa em torno de propaganda do ideário anarquista, proposto pelos libertários, encontrou força e espaço nas páginas dos periódicos proletários, principalmente nos jornais das associações e confederações operárias. No campo da imprensa *A Voz do Trabalhador* desempenhou um importante papel em divulgar a visão de mundo proposto pelos anarquistas vinculados a COB. Apesar de ter exercido função essencialmente informativa sobre o movimento operário, foi instrumento aliado da propaganda de uma moral não associada aos dogmas da Igreja, ao Estado e da moral burguesa: um veículo de conscientização das massas indispensável para compreensão do movimento operário em seu momento de organização.

Devido as suas características editoriais, a análise do jornal da COB, hoje possibilita uma compreensão sobre as divergências entre os militantes. Portanto, revela que, tanto divergências políticas, estratégia de luta e ação e ideológicas, quanto o próprio anarquismo, foram manifestações de um complexo processo para construir a classe trabalhadora brasileira, sobretudo no Rio de Janeiro, e de sua tomada de consciência.

Como fonte histórica, o jornal representa importante instrumento empregado pelos adeptos do sindicalismo no país, não somente de informação, mas principalmente de

organização, características claras do sindicalismo revolucionário. Neste sentido, concordamos com Edilene Toledo e Felipe Corrêa, em alegar que então, houve não um movimento anarquista “puro”, mas sim sindicalista e revolucionário. Ele foi organizado e incentivado por anarquistas que viam na associação operária a chance para se aproximarem do proletariado e propagarem seu ideário, auxiliado por militantes socialistas após as derrotas na luta política-parlamentar.

Ou seja, nos limites políticos e sociais, de uma República oligárquica, o sindicalismo revolucionário teve um papel considerável na organização da classe trabalhadora, favorecendo seu desenvolvimento econômico e moral. Ainda foi um exercício, uma “ginástica revolucionária”, se não ideológica, prática de ameaça contra a hegemonia das classes dominantes brasileiras, além de luta por melhores condições de vida e de trabalho da classe operária.

Contudo, a discussão apresentada indica abordagens mais aprofundadas sobre a atuação e formação do movimento operário brasileiro, por meio da atuação do sindicalismo revolucionário. Mesmo cientes das dificuldades e armadilhas que envolvem a definição de um grupo social ou político. A proposta inicial ruma para novas pesquisas da História do movimento sindicalista brasileiro, para compreender o projeto para a classe com iniciativas independentes de militantes anarquistas ou então socialistas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Silva, CARDOSO, Alcina. **Jornalismo e militância operária**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992
- AZEVEDO, Raquel de. **A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Coleções Teses e Monografias, vol. 3).
- BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 161-189, 2003 (O Brasil Republicano, v. 1).
- _____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.
- BILHÃO, Isabel. *Identidade operária: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular – História e Imagem**. Trad. Vera Maria Xavier dos SantosBauru-SP: EDUSC, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1887.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 3º edição. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.
- CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (org). **Leitura, história e história da leitura**. Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2000.
- CORRÊA, Felipe. **Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular**. Faísca Publicações Libertárias. 2011.
- CÔRTEZ, Alex Sandro Barcelos. Raízes do anarquismo no Brasil. In: DIMINICIS, Rafael Borges e REIS Filho, Daniel Aarão (orgs.). **História do anarquismo no Brasil - Vol. I**. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2006, p. 45-56.
- DARNTON, Robert. **“O que é história do livro” revisitado**. ArtCultura, Urbelandia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan.-jun. 2008.
- EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação - Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1890-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. A imagem como instrumento de luta anarquista. In: **Imagens anarquistas: análises e debate**. GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). - Londrina: UEL, 2009.

GOMES, Angela Maria de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEA, Maria de Fátima S. **Culturas Políticas: ensaios de História Cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005. p.21-44.

_____. Questão social e historiografia no Brasil no pós 1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n 34, pp. 1/33, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria nem patrão!: Memória operária, cultura e literatura no Brasil**. 3ª Ed.rev. e ampl. - São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KHOURY, Yara Maria Aun. **Edgard Leuenroth: uma voz libertária - imprensa e militância anarco-sindicalista**. São Paulo, Tese de doutorado/USP, 1988.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto. 2010.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Silvia Cristina Martins. Do tablado às livrarias: edição e transmissão de textos teatrais no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 42, p. 1-23, 2009.

MALATESTA, Errico. **Escritos revolucionários**. São Paulo: Novos tempos, 1989.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Universidade Federal Fluminense. Tese (Doutorado), 2009.

PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. **A Classe Operária no Brasil, 1889-1930, documentos**. São Paulo, Alfa-Ômega, v. 1, 1979.

SAMIS, Alexandre. **Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos**. Lisboa: Letra Livre, 2006. Tese (Doutoramento) Universidade Federal fluminense. 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **República da Belle Époque à era do rádio; In, NOVAIS, Fernando A.** História da vida privada no Brasil. Vol. 3. 2010. Companhia das Letras.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 - 1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: 3ª Ed. Paz e Terra, 1987.

_____. As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. - (Coleção História do Povo Brasileiro)

WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas.** São Paulo: LePM, 1986.

_____. George. **História das idéias e movimentos anarquistas – v.1: A Idéia.** Trad. de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. **História das idéias e movimentos anarquistas – v.2: O movimento.** Trad. de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2002.

REFERÊNCIA DOCUMENTAL:

A Voz do Trabalhador: Órgão da Confederação Operária Brasileira: coleção fac-similar de 71 números, 1908-1915. Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Secretária da Cultura: Centro de Memória Sindical, 1985.